C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

151

151

SALVADOR • DEZEMBRO DE 2006

SEI
Informação a Serviço da Sociedade
www.sei.ba.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
RONALD LOBATO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Vaz de Carvalho Junior
Edmundo Sá Barreto Figueirôa

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA
Carla Janira Souza do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco dos Santos
Joseanie Aquino Mendonça
Nícia Moreira da Silva Santos
Rosangela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO
Coordenação de Documentação e Biblioteca - COBI

REVISÃO
Luís Fernando Sarno

DESIGNER GRÁFICO
Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA
2 Designers

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2006.

Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2° and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115-4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Panorama da economia baiana em 2006
Núcleo de conjuntura da SEI 4

Conjuntura Econômica Baiana 14

Artigos

O "enigma" brasileiro: crescimento do PIB em 2007
André Pomponet 24

Uma investigação empírica sobre as causas da corrupção: o mercado informal é uma variável relevante?
Lúcio Flávio de Freitas 30

Sobre a neutralidade da política fiscal
João Augusto Pessôa Lepikson 37

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos para o estado da Bahia totalizam R$ 11,2 bilhões 44

Notícias 48

Legislação 51

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 54
Indicadores Sociais 60
Finanças Públicas 70

Carta do Editor

Os eventos que ocorrem no interior de uma economia são determinados tanto pela tomada de decisão dos agentes econômicos e administradores de política econômica, quanto pelas ações de natureza subjetiva de indivíduos que estão inseridos nesta economia. Tendo em consideração estas premissas, a revista Conjuntura e Planejamento traz, na sua última edição de 2006, textos que enfocam o comportamento da economia analisando, nesse contexto, o papel da política fiscal, bem como aspectos relacionados ao crescimento econômico brasileiro.

No artigo **Sobre a neutralidade da política fiscal**, o autor João Augusto Pessôa Lepikson analisa o momento atual da economia brasileira no que se refere à política fiscal e à sua neutralidade em relação aos eventos econômicos, observando que a propagada neutralidade é questionável, na medida em que a política fiscal está alinhada ao movimento de acumulação financeira observada em todo o mundo.

André Pomponet analisa no artigo **O "enigma" brasileiro: crescimento do PIB em 2007** o comportamento do crescimento do PIB brasileiro e a necessidade de se buscar um crescimento na casa dos 5%. Finalmente, Lúcio Flávio de Freitas discute no artigo **Uma investigação empírica sobre as causas da corrupção: o mercado informal é uma variável relevante?** qual a contribuição da informalidade para a corrupção a partir da visão da teoria econômica.

Dessa forma, a disseminação dos textos apresentados acima, bem como a apresentação de indicadores da economia baiana e brasileira, vem contribuir para uma, senão completa, ao menos parcial compreensão da atividade econômica. Assim, espera-se que o leitor capte tais informações e que a partir das mesmas agregue material necessário para chegar à mencionada compreensão.

Panorama da economia baiana em 2006

Núcleo de conjuntura da SEI*

O resultado do Produto Interno Bruto do terceiro trimestre de 2006, divulgado pelo IBGE (2006a), evidencia um recuo no crescimento da economia brasileira, pois apresentou taxa de apenas 0,5% no período em relação ao segundo trimestre; no trimestre anterior a taxa havia sido de 0,4%. Com esta taxa o PIB acumula no ano taxa de 2,5%.

Após a divulgação do PIB do terceiro trimestre, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (2006) apurou que este resultado foi motivado principalmente pelo fraco desempenho do setor industrial "em função da combinação juros e câmbio vigente no Brasil". Ainda segundo este Instituto "apesar da redução da taxa de juros básica ao longo do ano, esta ainda se encontra num patamar elevado em termos nominais e reais, impondo limites ao crescimento global.

No tocante à taxa de juros, o Boletim de Conjuntura do IPEA (2006b) defende que "a média anual móvel de cinco anos da taxa de juros real – Selic deflacionada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – caiu de mais de 20% a.a., nos cinco anos concluídos em 1999, para 10% no último quinquênio, que inclui a projeção deste boletim para 2006." No entanto, centrando-se apenas nos últimos quatro quinquênios, com base nos dados do IPEA, verifica-se que a taxa de juros mantêm-se *rígida* entre 9,0% e 10%, causando pressão sobre o mercado por ser ainda uma taxa muito elevada e que inibe novos investimentos. Por certo, este não é o único entrave do crescimento brasileiro, como o próprio IPEA afirma, mas não deve ser descartado.

Ainda com base no desempenho da economia brasileira do terceiro trimestre, novas expectativas para o crescimento no ano de 2006 foram feitas pelos analistas econômicos. Segundo projeções da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o PIB deve crescer 3% neste ano, redução de 0,7 p.p. comparando-se com as projeções do primeiro semestre, apesar de esperar-se uma inflação de 3,2%, abaixo da meta de 4,5% fixada pelo Bacen para este ano.

Já o IPEA (2006b) revisou para baixo a projeção de crescimento do PIB para 2006, passando a estimativa de 3,3% para 2,8%. Segundo o Instituto "o menor crescimento da economia pode ser explicado pelo impacto negativo das importações sobre o desempenho do produto". Para 2007, o instituto mantém a projeção de 3,6%.

Outros órgãos, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Centro das Indústrias de São Paulo (Ciesp), afirmam que o desempenho para todo o ano de 2006 está estimado abaixo de 3%. Outros fatores como o elevado endividamento das famílias e a lenta recuperação da renda que influenciam o consumo das famílias que cresceu apenas 0,5% no terceiro trimestre reduzem as expectativas de maior crescimento para este ano.

É dentro deste cenário que se insere a economia baiana, com o país apresentando ainda elevadas taxas de

*Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Fabiana Pacheco, João Paulo C. Santos, Joseanie Mendonça, Nícia Santos, Patrícia Cerqueira, economistas, técnicos da SEI.

juros, reduzidos aumentos da renda real, leve recuperação dos investimentos e manutenção dos elevados volumes de exportação.

O resultado para o PIB trimestral da Bahia ficou abaixo das expectativas. Os resultados consolidados, divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), para os três trimestres de 2006 mostram um processo de desaceleração econômica do Estado, no decorrer do ano. Isso se evidencia a partir do indicador mais comumente utilizado, que é a taxa de crescimento trimestral do PIB, isto é, a variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Partindo de uma variação de 4,4% no início de 2006, essa taxa reduziu-se continuamente: passou para -1,0% no segundo trimestre, e apresentou pequena recuperação no terceiro trimestre, quando atingiu 0,9%.

Na taxa de crescimento acumulada no ano (variação no ano com relação ao mesmo período do ano anterior), a trajetória de queda é suavizada: iniciou 2006 em 4,4%, passou para 1,5% no segundo trimestre e atinge 1,3% no terceiro trimestre.

Mesmo na taxa de crescimento anual do PIB, medida pela variação dos últimos quatro trimestres com relação aos quatro trimestres imediatamente precedentes, que tende naturalmente a distribuir a tendência no tempo e portanto a suavizar os movimentos conjunturais, o comportamento é similar: após aumentar nos quatro trimestres encerrados em março de 2006 a uma taxa de 4,5%, a taxa de crescimento acumulada do PIB da Bahia passou a equivaler a 4,4%, no segundo trimestre; e 1,9%, no terceiro.

Na série dessazonalizada (variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior com ajuste sazonal), o PIB inicia 2006 com taxa reduzida, uma vez que cresce apenas 0,7% no primeiro trimestre, reduz-se no segundo (quando recua à taxa de -3,6%), e acelera-se no terceiro (3,1%).

O desempenho do PIB da Bahia foi frustrado principalmente pela queda no setor agrícola. Na taxa de crescimento acumulada no ano, o setor agropecuário caiu 13,0%, a indústria (extrativa mineral, transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública) aumentou 3,4% e o setor de serviços cresceu 3,2%.

Os aspectos que mostram o comportamento desses setores estão melhor evidenciados nas seções seguintes:

O desempenho do PIB da Bahia foi frustrado principalmente pela queda no setor agrícola

Agricultura

As estimativas da agricultura, para o ano de 2006, apresentam queda na maioria de seus produtos. Segundo as últimas informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (LSPA/IBGE), em outubro de 2006, muitas das principais lavouras baianas apresentam queda de produção física, de área plantada, de área colhida e de rendimento médio da produção.

Entre os principais motivos da dificuldade em que está inserida a agricultura baiana estão: a presença de uma conjuntura de câmbio desfavorável, os preços dos produtos, as más condições climáticas, as dificuldades de infra-estrutura (estocagem) e débitos financeiros (safras anteriores).

No balanço global dos principais produtos agrícolas, de acordo com a Tabela 1, a produção em toneladas apresenta redução de 3,8% comparando-se ao ano anterior, acompanhada de queda de 4,8% na área colhida. Este resultado desfavorável, em relação ao ano de 2005, é reflexo da redução da produção de grãos em quase 20% no estado. A baixa produção física dos grãos está acompanhada de redução de aproximadamente 4% na área plantada, de 6% na área colhida e de 14% no rendimento médio por hectare.

Observando-se as estimativas dos grãos por produtos destacam-se o milho (-29,0%), feijão (-27,9%) e soja (-17,1%). Estas lavouras ocupam boa parte da área plantada do estado, chegando a 809 mil hectares plantados de milho, 775 mil hectares plantados de feijão e 870 mil hectares plantados de soja. A queda de produção destes três produtos pode afetar a vida do produtor rural, já que os dois primeiros são representativos da agricultura familiar no estado e o último uma das principais commodities do mercado.

No caso específico da produção de soja a estabilidade do preço na comercialização do produto, que

Tabela 1
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas
Bahia, 2005/2006

Produtos/ safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2005[1]	2006[2]	Var. (%)	2005[1]	2006[2]	Var. (%)	2005[1]	2006[2]	Var. (%)	2005[3]	2006[3]	Var. (%)
Mandioca	4.512.817	4.414.164	-2,19	380.078	392.881	3,37	351.473	349.700	-0,50	12.840	12.623	-1,69
Cana-de-açúcar	5.636.887	6.147.954	9,07	96.319	102.730	6,66	95.929	102.500	6,85	58.761	59.980	2,07
Cacau	142.240	137.459	-3,36	556.727	548.989	-1,39	556.727	517.603	-7,03	255	266	3,94
Café	140.339	176.800	25,98	145.957	160.963	10,28	145.957	158.833	8,82	962	1.113	15,77
Grãos	5.400.777	4.352.800	-19,40	2.769.641	2.668.970	-3,63	2.654.073	2.493.804	-6,04	2.035	1.745	-14,22
Algodão	819.977	810.633	-1,14	257.567	241.761	-6,14	257.567	241.761	-6,14	3.184	3.353	5,32
Feijão	460.505	332.178	-27,87	775.368	718.718	-7,31	687.440	616.345	-10,34	670	539	-19,55
Milho	1.614.899	1.146.102	-29,03	808.761	785.840	-2,83	781.121	713.568	-8,65	2.067	1.606	-22,31
Soja	2.401.200	1.991.400	-17,07	870.000	872.600	0,30	870.000	872.600	0,30	2.760	2.282	-17,31
Sorgo	104.196	72.487	-30,43	57.945	50.051	-13,62	57.945	49.530	-14,52	1.798	1.463	-18,61

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA
[1] Estimativas do GCEA/IBGE safra 2005 (dados sujeitos a retificação)
[2] Estimativas do GCEA/IBGE outubro/2006 (dados sujeitos a retificação)
[3] Rendimento= produção física/área colhida

continua o mesmo do ano passado (R$ 13,00 a saca de 60kg), é um ponto negativo para o produtor (INDICADORES..., 2006a).

Já no caso do milho a sensível melhora dos preços na comercialização não foi suficiente para estimular a produção e este produto apresentou a maior queda (22,31%) no rendimento médio da produção por hectare (PREÇOS..., 2006).

A saca do feijão carioca, o comercializado pelos produtores da região de Irecê, também apresentou queda de preço, passando de R$ 47,00 em outubro de 2005 para R$ 44,25 em outubro de 2006, gerando impacto negativo em sua produção (INDICADORES..., 2006b).

Além dos grãos outros produtos também contribuem para este resultado, como o cacau e a mandioca, produtos tradicionais da agricultura baiana, que apresentam 2% e 3%, respectivamente, de queda em produção física no estado.

Os preços para o produtor de mandioca - produto representativo da agricultura familiar - não foram estímulo para a produção. Em outubro de 2005 a tonelada da raiz estava em torno de R$ 89,00, já em outubro de 2006 passou para R$ 84,00 (PREÇOS...., 2006). O estímulo à produção em 2004/2005, devido à elevação de preços da tonelada da raiz e da farinha, gerou impactos negativos na produção de 2006, já que o aumento da oferta anterior afeta negativamente os preços atualmente.

As estimativas para a produção de cacau, que se encontra em frutificação, permanecem em queda, devido à conjuntura de preços da amêndoa, dívidas de produtores e pragas. Apenas as lavouras de café e cana-de-açúcar apresentam estimativas de crescimento de produção física para a safra 2006 (26% e 9%, respectivamente).

No caso da cana-de-açúcar as expectativas em relação aos preços de álcool e açúcar nos mercados interno e externo (exportações de álcool de cana) vêm contribuindo como estímulo à expansão da produção. Esta lavoura apresenta crescimento de 6,66% em sua área plantada, comparando-se com os resultados do ano passado.

Apenas as lavouras de café e cana-de-açúcar apresentam estimativas de crescimento de produção física para a safra 2006 (26% e 9%, respectivamente)

O café é o produto que apresenta o maior crescimento em termos de produção física no estado. As expectativas são de crescimento de 26% comparando-se com o ano anterior. Este resultado reflete o crescimento de 8% na área colhida do produto e de 16% no rendimento médio da produção por hectare. Tal performance deve-se principalmente à utilização de plantações irrigadas no cerrado baiano, que reduz o impactos das estiagens durante o plantio, e à bianualidade positiva da lavoura e melhoria dos tratos manuais.

As exportações, comparando-se com o mesmo período do ano anterior, também apresentam queda, tanto no âmbito nacional como no âmbito estadual. Segundo os dados da Centro Internacional de Negócios da Bahia (Tabela 2) a Bahia exportou 17% a menos em toneladas. O valor exportado também apresentou queda, de 2%. O produto que apresenta a maior queda em tonelada exportada é a pesca e aqüicultura, com redução de aproximadamente 39%. A conjuntura cambial desfavorável reflete-se no valor comercializado, passando de US$ 16 milhões para US$ 10 milhões. A soja, com o seu baixo desempenho no ranking de produção no estado, também teve redução significativa em toneladas exportadas, caindo cerca de 21%.

Os produtos que apresentam aumento em toneladas exportadas e valores comercializados são: fumo e derivados, algodão e subprodutos, couros e peles, cacau e derivados, sisal e derivados, e café e especiarias.

O algodão conta com a conjuntura favorável de preços nacionais e internacionais, com os preços altos os estoques são comercializados facilmente e estimulam a produção. O consumo mundial do algodão cresce em todo o mundo e deve atingir 25,6 milhões de toneladas na safra 2006/07, sendo a China, Índia e Paquistão os principais demandantes, responsáveis por 65% do consumo mundial (VAIVÉM..., 2006).

No caso específico do sisal e derivados a política do governo de preços mínimos vem estimulando a produção, e as expectativas são otimistas para o estado nos próximos quatro anos. Atualmente o estado é responsável por 95% da produção nacional da fibra e exporta 45% para os Estados Unidos em forma de fibra beneficiada e manufaturados (COM LULA..., 2006).

Indústria

A indústria baiana (extrativa mineral e transformação), apresentou um incremento para o acumulado do ano até setembro de 4,2%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE (2006b). Analisando-se por indústria, têm-se que a extrativa mineral registrou resultado negativo (-0,6%). Por outro lado, a indústria de transformação continua a obter crescimento, registrando no período taxa positiva de 4,4%. Este resultado foi influenciado pelo incremento na produção de cinco dos oito setores que compõem esta indústria.

As maiores contribuições positivas vieram do setor de papel e celulose que registrou para o acumulado do ano até setembro um crescimento de 28,1%, em função de uma elevação na fabricação de celulose; o setor de refino de petróleo e produção de álcool com crescimento de 5,2% devido a um aumento na fabricação de óleo diesel e outros óleos combustíveis e nafta e o segmento da metalurgia básica que registrou um aumento no período de 12,3%, em virtude do acréscimo na produção de barra, perfil, vergalhões de cobre e vergalhões de aço ao carbono.

Obtiveram desempenho negativo os setores de alimentos e bebidas com uma queda na sua produção de 3,1% para o período, o que se deve a uma menor produção de farinha e "pellets" da extração do óleo de soja e da queda na produção de leite em pó. O recuo na produção de derivados de soja reflete a queda acentuada na produção de soja tanto na Bahia como no Brasil. Também registrou desempenho negativo o segmento de veículos automotores com uma redução de 5,1%, em função da queda na produção de veículos.

O setor de refino de petróleo vem registrando resultado positivo ao longo do ano, o que pode ser atribuído ao incremento na capacidade produtiva e à melhoria da qualidade dos derivados, principalmente na produção de gasolina e nafta. De acordo com os dados da Agência Nacional do Petróleo, na Refinaria Landulpho

O recuo na produção de derivados de soja reflete a queda acentuada na produção de soja tanto na Bahia como no Brasil

Alves, ocorreu aumento de 7,2% no processamento de gasolinas, de 16,0% em óleo combustível e de 7,4% no de nafta no acumulado do ano até o mês de setembro. É interessante ressaltar que estão previstos para os próximos anos investimentos no estado na área de exploração e produção, na área de distribuição e na área do biodiesel que deverão alavancar resultados significativos para o segmento.

O segmento de celulose e papel está inserido em um ambiente favorável com o aumento da demanda internacional e nacional ao mesmo tempo em que ocorre alta nos preços da *commoditie*. Além disso, têm-se a previsão de novos investimentos com a instalação de novas plantas e ampliação de empresas já instaladas com triplicação da capacidade produtiva.

Analisando-se os fatores que influenciam o segmento da metalurgia básica no estado para o acumulado do ano até setembro, pode-se afirmar que este continua sendo afetado pela forte volatilidade do preço do cobre no mercado internacional. Atribui-se ao aumento da produção a maior fabricação de barra, perfil e vergalhões de cobre e vergalhões de aço ao carbono. Em relação às vendas internas foi registrado um aumento de 6,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Este desempenho significativo nas vendas internas deve-se ao aquecimento no setor de construção civil e ao segmento de autopeças. As vendas externas apesar de desempenho inferior, registraram taxa positiva de 0,3% para ao período.

O desempenho do emprego industrial, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE (2006d), registrou queda no nível de pessoal ocupado assalariado de 0,5% no estado, para o acumulado do ano até setembro, comparando-se com igual período do ano passado. No Brasil o decréscimo foi de 0,3%. Dos segmentos industriais, destacam-se com incremento do emprego: máquinas e equipamentos (13,2%), calçados e couro (6,3%), madeira (6,1%), alimentos e bebidas (4,8%), fabricação de meios de transporte (4,0%) e coque, refino de petróleo (2,4%). Os segmentos que obtiveram queda elevada foram: produtos químicos (-7,8%), produtos de metal (14,3%), metalurgia básica (-8,1%), borracha e plástico (-12,7%) e vestuário (-10,0%).

Assim, a indústria baiana deverá fechar o ano de 2006 com taxa positiva, porém, esse ritmo de desaceleração deverá continuar no fechamento do ano, por conta principalmente da revisão do PIB nacional para baixo, o que revela pouco investimento produtivo no país. A expectativa é de que investimentos importantes nos setores de papel e celulose e de refino de petróleo tornem o setor industrial mais dinâmico. Além disso, o câmbio desvalorizado e uma provável queda mais acentuada na taxa de juros podem afetar positivamente não apenas a taxa de investimentos no setor como também o volume das exportações e de empregos.

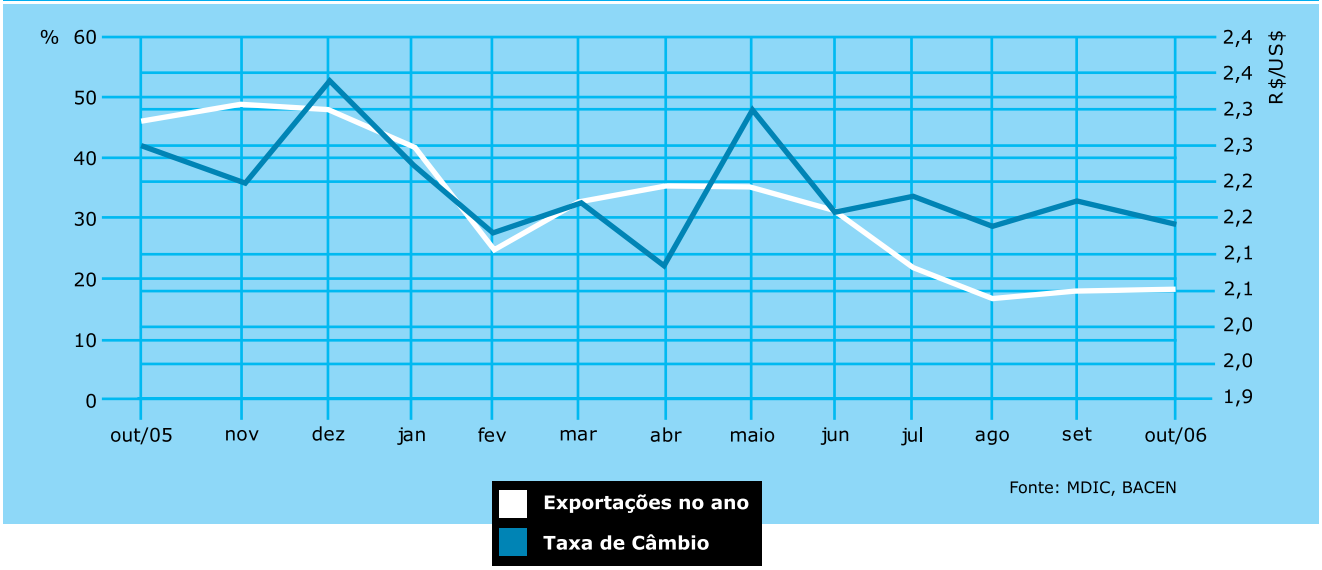
Comércio exterior

A balança comercial baiana apresentou, até o mês de outubro, desempenho positivo tanto nas exportações quanto nas importações. Entre janeiro e outubro, as exportações baianas registraram crescimento de 18,1% em relação ao mesmo período do ano anterior; as exportações totais da Bahia somaram US$ 5,6 bilhões. Já as importações registraram desempenho mais expressivo, com crescimento de 40,0% em relação ao mesmo período do ano anterior – US$ 3,7 bilhões. Em função dessa disparidade entre a variação das exportações e das importações, o saldo comercial baiano registrou na mesma comparação, redução de US$ 209 milhões.

A despeito do crescimento de 18,1% nas exportações, vê-se, pelo Gráfico 1, que a linha de tendência das exportações baianas exibe uma posição declinante, saindo de 50,0% em outubro de 2005 para 18,0% em outubro de 2006. Ou seja, mantidas as atuais circunstâncias, a tendência é de que as exportações baianas mantenham desaceleração no volume das vendas externas. Tal trajetória é determinada, sobretudo, pela valorização cambial. Ainda no Gráfico 1 pode-se observar que a trajetória das exportações segue a trajetória da variação cambial, isto é: na medida em que a relação Real/Dólar sofre redução, a exportações seguem a mesma tendência, de forma que pode-se afirmar que, mantida a atual tendência com relação à taxa de câmbio, tem-se a possibilidade de reversão no volume de exportações da Bahia, deteriorando assim a balança comercial baiana.

Na medida em que a valorização do Real frente o Dólar vem corroborando para a deterioração das exportações baianas, a elevação dos preços internacionais de alguns produtos exportados pela Bahia age no sentido inverso. Segundo o relatório do Centro Internacional de Negócios da Bahia (2006), o crescimento das exportações é conseqüência exclusiva da

Gráfico 1
Exportações baianas e taxa de câmbio: Out/2005 - Out/2006



Fonte: MDIC, BACEN

variação de preços, que no ano, alcançou 27,8%, ao passo que as quantidades exportadas registraram redução de 7,6%.

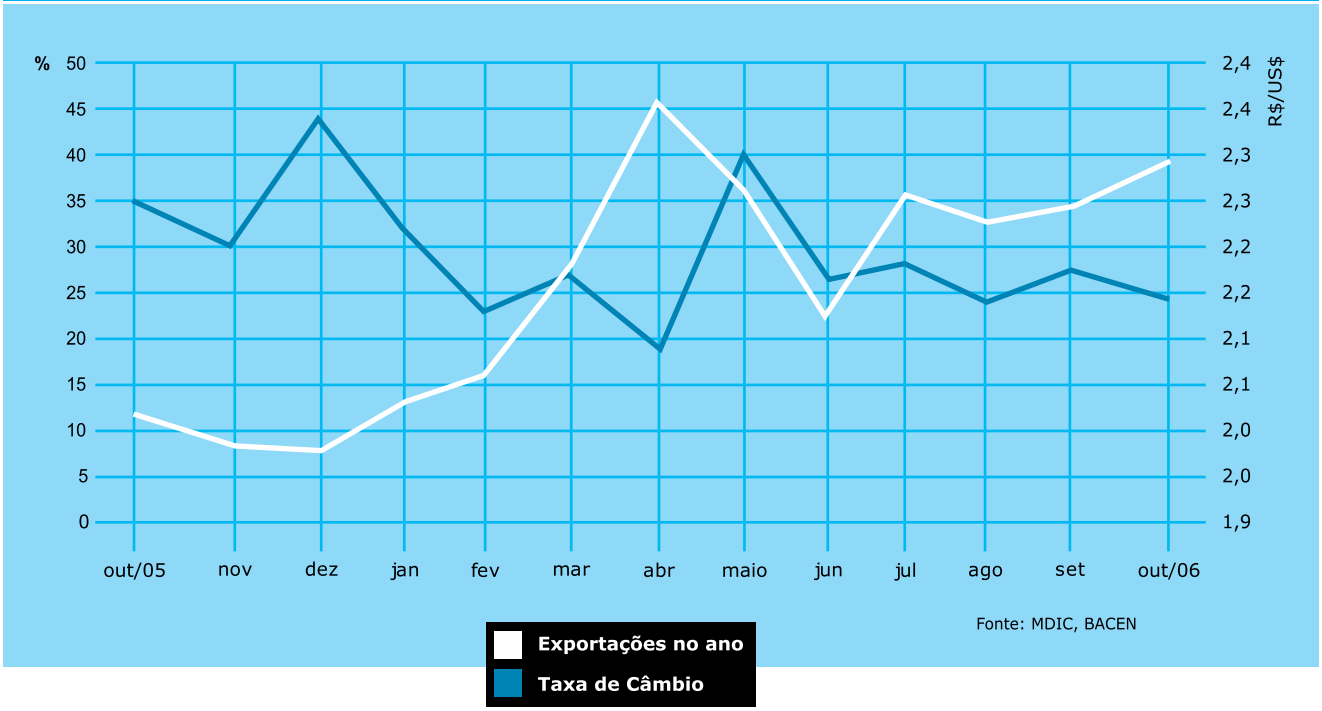
Dentre os principais segmentos, os que registram as maiores variações tem-se destacados na Tabela 2: *metalúrgicos* (93,3%), *papel e celulose* (86,7%) e *minerais* (55,6%). No caso dos metalúrgicos, o crescimento foi determinado pela baixa demanda interna, enquanto que no setor de *papel e celulose* o fator determinante foi o aumento nos preços internacionais da celulose de eucalipto; já o crescimento do segmento mineral ocorreu em função da elevação nas vendas de cobre (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA

Tabela 2
Exportações principais segmentos
Bahia, Jan-Out 2005/2006

Segmentos	Valores (US$ 1000 FOB)		Var.	Part.
	2005	2006	%	%
Químicos e petroquímicos	970.875	1.132.024	16,60	20,21
Petróleo e derivados	1.061.578	952.802	-10,25	17,01
Metalúrgicos	441.199	853.080	93,35	15,23
Automotivo	705.881	746.018	5,69	13,32
Papel e celulose	311.594	581.691	86,68	10,38
Soja e derivados	297.856	228.169	-23,40	4,07
Minerais	121.542	189.115	55,60	3,38
Cacau e derivados	188.823	181.699	-3,77	3,24
Café e especiarias	73.355	82.802	12,88	1,48
Frutas e suas preparações	74.510	79.640	6,88	1,42
Algodão e seus subprodutos	60.986	77.157	26,52	1,38
Couros e peles	57.982	70.924	22,32	1,27
Sisal e derivados	48.413	63.828	31,84	1,14
Móveis e semelhantes	54.789	58.929	7,56	1,05
Borracha e suas obras	37.704	55.365	46,84	0,99
Calçados e suas partes	47.787	53.289	11,51	0,95
Máqs., apars. e mat. elétricos	30.665	45.446	48,20	0,81
Fumo e derivados	13.234	20.168	52,40	0,36
Pesca e aqüicultura	16.280	10.764	-33,88	0,19
Demais segmentos	126.282	118.979	-5,78	2,12
Total	**4.741.335**	**5.601.889**	**18,15**	**100,00**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 14/11/2006
Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia

Gráfico 2
Importações baianas e taxa de câmbio: Out/2005 - Out/2006



Fonte: MDIC, BACEN

BAHIA, 2006). Ainda pela Tabela 2 pode-se verificar que o setor de derivados de petróleo registrou variação negativa de 10,25%.

Se a valorização cambial tem reduzido, ou pelo menos, freado o desempenho das exportações, com as importações ela age em sentido oposto, isto é, tem determinado um melhor desempenho das importações. Conforme pode ser visto no Gráfico 2, as importações seguem uma tendência inversa à da taxa de câmbio, isto é, a valorização da taxa de câmbio tem feito com que o volume de importações seja crescente.

Dentre o conjunto das importações baianas há de se destacar o crescimento das importações da categoria bens de consumo duráveis que na comparação com o mesmo período do ano passado registrou variação de 92,7%. Conforme o Centro Internacional de Negócios da Bahia (2006), o destaque nas importações de bens de consumo ficou por conta das compras de vinhos, que cresceu 840,0%, de automóveis, que cresceu 126,7% e geladeiras, com crescimento de 100,0%. Já a categoria bens intermediários, que representou 47,2% do total das importações baianas, registrou variação de 67,3%. Sem dúvida esse crescimento reflete a valorização do real frente o dólar, e no que se refere às compras de bens importados, o fator fim de ano também contribui para que ocorra esse crescimento.

Mantida a atual tendência, a expectativa é que as exportações fechem o ano com crescimento de 21,6%, enquanto que o crescimento esperado para as importações é de 30,0%. Já para o saldo comercial, espera-se que este feche 2006 em US$ 2,5 bilhões, US$ 200 milhões a menos que em 2005. Para 2007, espera-se que o cenário mude pouco ou até mesmo mantenha o desempenho deste ano, uma vez que o governo já assinalou que vai manter a política de não interferência na taxa de câmbio. Mudanças maiores podem ocorrer em função da oscilação nos preços internacionais dos produtos exportados pela Bahia, na medida em que os preços elevados têm garantido a manutenção dos ganhos perdidos com a valorização do real. Possíveis oscilações nos preços podem contribuir, positivamente (aumentos) ou negativamente (redução), para o saldo do comercial baiano.

Comércio varejista

O comércio varejista apresentou nos últimos anos, apesar da variação na intensidade, resultados ascendentes que deixaram os analistas de mercados otimistas quanto ao desempenho do setor no ano de 2006. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio – PMC, realizada em âmbito nacional pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no mês

de setembro de 2006 a expansão no Volume de Vendas do Comércio varejista foi de 10,1% em relação a igual mês de 2005, 5,8% no acumulado do ano, e 5,5% no acumulado dos últimos 12 meses.

Na Bahia, o varejo alcançou taxas positivas de 11,3% sobre setembro/05; 9,1% no acumulado do ano e de 7,8% no acumulado dos últimos 12 meses. Setembro/06 representa o trigésimo quarto mês consecutivo em que o comércio baiano apresentou desempenho positivo. Na relação mês/mês anterior, com ajuste sazonal, a expansão para o volume de vendas foi de 2,2%.

Na Bahia, o varejo alcançou taxas positivas de 11,3% sobre setembro/05; 9,1% no acumulado do ano e de 7,8% no acumulado dos últimos 12 meses

Os dados extraídos das séries sem ajustamento, revelam uma intensa influência do grupo de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que no mês de setembro obteve uma variação positiva de 18,7%. Considerando que na composição do indicador do comércio esse segmento é, com o peso de 45,0% da taxa global do varejo, o mais representativo dentre os oito ramos de atividade que o integram, tem-se que as constantes variações positivas apresentadas pelo ramo foram responsáveis pelas principais contribuições favoráveis a formação da taxa que avalia o comportamento do varejo baiano.

Na relação de acumulado do ano, seis das oito atividades do varejo obtiveram resultados positivos para o volume de vendas. Por ordem de importância no resultado global, têm-se Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (13,4%); Móveis e eletrodomésticos (20,7%); Outros artigo de uso pessoal e doméstico (12,5%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (30,7%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (3,4%) e Tecidos, vestuário e calçados (1,7%). Os demais seguimentos apresentaram taxas negativas, Combustíveis e lubrificantes e Livros, jornais, revistas e papelaria, de 3,2% e 27,9%, respectivamente (Tabela 3).

O desempenho apresentado pelo grupo de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo reflete a melhoria no rendimento do trabalhador e a elevação do emprego com carteira de trabalho assinada, que segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), em relação a setembro/05 foram de 2,7% e 5,6%, respectivamente (IBGE, 2006). Além do que, a queda nos preços de alguns produtos pre-

Tabela 3
Variação no volume de vendas no varejo[1]
Bahia, setembro 2006

Classes e Gêneros	No mês[2]	Mensal[3]	No ano[4]	12 meses[5]
Comércio varejista	**2,2**	**11,3**	**9,1**	**7,8**
Combustíveis e lubrificantes	-1,6	-5,6	-3,2	-7,0
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,0	18,7	13,4	10,5
Hipermercados e supermercados	4,4	30,8	22,1	17,3
Tecidos, vestuário e calçados	1,8	4,8	1,7	5,6
Móveis e eletrodomésticos	10,8	24,4	20,7	22,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	3,3	3,4	6,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	-30,1	-27,9	-17,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	-14,6	30,7	41,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	18,8	12,5	13,4
Veículos, motos e peças	**-5,4**	**19,4**	**20,8**	**18,1**
Materiais de construção	**nd**	**7,5**	**5,0**	**nd**

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas/ Departamento de Comércio e Serviços
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível
[1] Dados deflacionados pelo IPCA
[2] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[3] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[4] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[5] Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

sentes na cesta básica contribuiu para elevar o poder aquisitivo dos consumidores.

Para o subgrupo de Hipermercados e supermercados se verificou no mês de setembro a taxa de maior expressividade do setor (30,8%), apresentando para o acumulado do ano uma expansão de 22,1%. Favoreceram esse resultado, além dos fatores já mencionados, as constantes promoções empreendidas pelas grandes redes e a utilização nas vendas de cartão de crédito da própria rede de supermercados (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006).

O segundo segmento a se destacar nos primeiros nove meses de 2006 no comércio baiano foi móveis e eletrodomésticos, com taxa de 20,7%, embora, haja a sinalização de arrefecimento no nível de atividade, em decorrência da limitada capacidade de pagamento das famílias. Favorecido pela permanência de condições favoráveis de crédito, pelas reduções de preços, impulsionado pela concorrência dos importados, e pela elasticidade dos prazos de pagamentos, o setor apresentou sucessivos desempenhos positivos ao longo dos últimos três anos.

No período de janeiro-setembro/06, o ramo de Outros artigos de uso pessoal e doméstico obteve variação de 12,5%. Abrangendo segmentos como lojas de departamento, ótica, joalheira, artigos esportivos, brinquedos, etc., esta atividade teve as suas vendas alavancadas com as estratégias adotadas pelas grandes redes varejistas que passaram a investir em serviços financeiros para atrair e manter clientes. As empresas como as Americanas lançaram seus próprios cartões que facilitam parcelamento de compras, oferecem empréstimo pessoal, saque e capitalização, com taxas de juros variando de 8% a 11,9% ao mês, e a C&A que montou seu próprio banco, o Banco Ibi (RIBEIRO; SANTOS, 2006).

Para a atividade de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação a taxa obtida no acumulado do ano foi de 30,7%. Esse resultado continua sendo explicado pela queda dos preços, principalmente dos produtos de informática, além da melhoria do poder aquisitivo da população. No segmento de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos a expansão neste período foi de 3,4%. Acredita-se que o aumento de enfermidades relacionadas a mudanças climáticas tenha acelerado, nos últimos meses, as vendas do setor.

Para a atividade de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação a taxa obtida no acumulado do ano foi de 30,7%

No ramo de Tecidos, vestuário e calçados a taxa para o período de janeiro-setembro/06 foi positiva em 1,7%. Ao longo desses meses, o setor apresentou altos e baixos, comprometendo, após quatro meses consecutivos de variações negativas (abril a julho de 2006), o seu desempenho no acumulado do ano, embora os lojistas do ramo venham promovendo constantes liquidações e facilitando o parcelamento das compras.

As variações negativas nos primeiros nove meses do ano ficaram por conta dos segmentos de Combustíveis e lubrificantes e Livros, jornais, revistas e papelaria, com taxas de 3,2% e 27,9%, respectivamente. O primeiro ramo apresentou recuo em todos os períodos analisados. Por se tratar do segundo maior peso na formação da taxa global do varejo, as constantes variações negativas comprometeram o dinamismo do comércio baiano. Quanto ao segundo, verifica-se que em todo período analisado (janeiro/06 – setembro/06) as taxas obtidas foram negativas, tratando-se do segmento dentre os oito que compõem o indicador do varejo que vem apresentando os resultados mais desfavoráveis.

No segmento de Veículos, motos e peças se observou expansão de 20,8% para o acumulado do ano, mas este não contribui para a formação do indicador. A redução dos juros cobrados pelas instituições financeiras ligadas às montadoras, além do alongamento dos prazos de financiamentos foram extremamente relevantes para impulsionar as vendas do setor.

Para os próximos meses, a expectativa é que o comércio varejista melhore o seu dinamismo em decorrência das festas de fim de ano e do prognóstico de que as autoridades monetárias manterão o ritmo de queda da taxa SELIC, iniciado em setembro de 2005. Nesse aspecto, o comércio baiano deverá encerrar o ano de 2006 acumulando um crescimento mais intenso do que foi o ano anterior. Além do que, a perspectiva de aumento do crédito para financiamento de bens duráveis e a melhoria do emprego sinalizam para um impulso significativo no volume de vendas do varejo.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Economia e finanças.* Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas.* Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2006.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Resultados do comércio exterior.* Disponível em: <http://www.promobahia.com.br>. Acesso em: 28 nov. 2006.

COM LULA o sisal aumenta 139%. Disponível em: <http://www.apaeb.com.br/folhadaapaeb/314/noticia0710_005.htm>. Acesso em: 28 nov. 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Informe conjuntural.* v. 22, n. 3, jul.-set. 2006. Disponível em: <http://www.cni.org.br/f-ps-ec.htm>. Acesso em: 30 nov. 2006.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *Acompanhamento conjuntural.* nov. 2006. Disponível em: <http://www.fieb.org.br/sinopse/>. Acesso em: 27 nov. 2006.

IBGE. Contas nacionais trimestrais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 nov. de 2006a.

IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola.* Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 nov. de 2006b.

IBGE. *Pesquisa industrial mensal.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2006c.

IBGE. *Pesquisa indutrial mensal de emprego e salário.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2006d.

IBGE. *Pesquisa mensal de comércio.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2006e.

IBGE. *Pesquisa mensal de emprego.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2006f.

INDICADORES da agropecuária. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/indicadores/0510_Soja_e_Suinos.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2006a.

INDICADORES da agropecuária. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/indicadores/050_Feijao_Fertilizantes_Juta_e_Sisal.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2006b.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *Análise IEDI.* PIB trimestral. PIB fraco, indústria pior. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>. Acesso em: 01 dez. 2006.

IPEA. *Dados macroeconômicos.* Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2006a.

IPEA. *Boletim de conjuntura.* n. 75, dez. 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 11 dez. 2006b.

PREÇOS da agropecuária. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/indicadores/0508_Mandioca_e_Milho.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2006.

RIBEIRO, Erica; SANTOS, Ana Cecília. *Comércio oferta mais crédito.* A Tarde, Salvador, 10 set. 2006. Economia. p. 23.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Release – setembro 2006.* Vendas do comércio baiano crescem 11,27% em setembro. Disponível em: <http:www.sei.ba.gov.br> Acesso em: 22 nov. 2006.

VAIVÉM das commodities. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0310200620.htm>. Acesso em: 4 dez. 2006.

Conjuntura Econômica Baiana

Os indicadores da atividade econômica, para o mês de setembro, mostraram a ocorrência de pequena retração na atividade industrial e balança comercial (até outubro). O comércio varejista, por sua vez, manteve o bom desempenho que vem caracterizando o setor nos últimos meses.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em setembro de 2006, variação positiva de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2005. No acumulado do ano, a indústria apresenta crescimento de 4,4% em comparação com o mesmo período de 2005. Nesse mesmo período, os segmentos que registraram os maiores crescimentos foram: *Celulose, papel e produtos de papel* (28,1%), *metalurgia básica* (12,2%) e *minerais não-metálicos* (8,4%). Por outro lado, os segmentos *automotivo* (-5,1%) e *alimentos e bebidas* (-3,1%) registraram desempenho negativo no período.

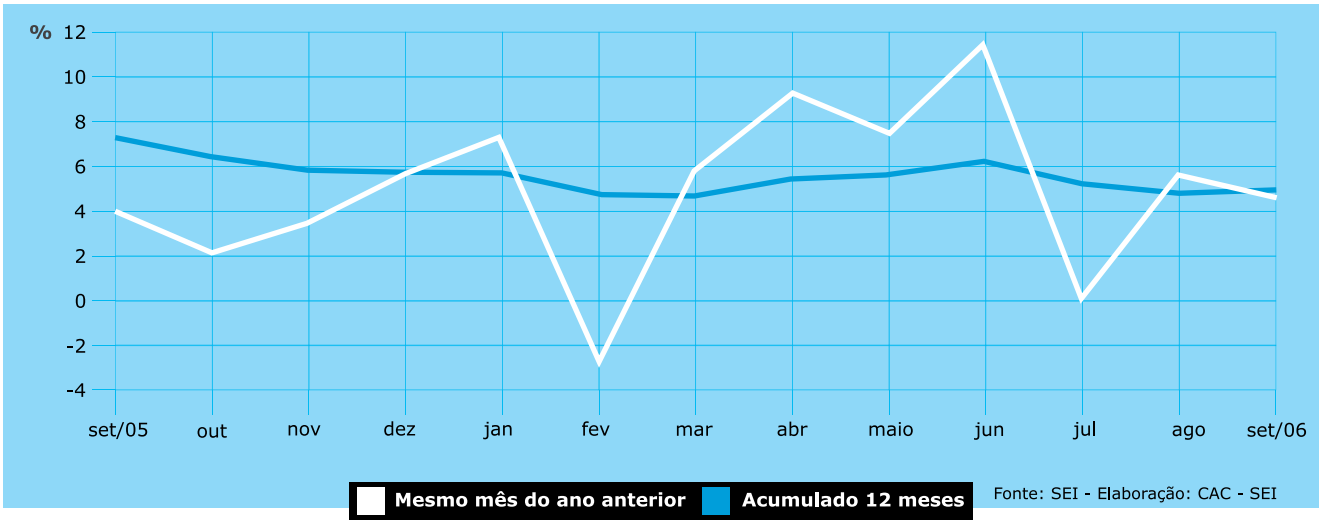
No que se refere ao comércio exterior, tanto exportações quanto importações registraram crescimento no acumulado do ano, em comparação com os números de setembro. O crescimento das exportações, até outubro, foi de 18,2%. Já as importações tiveram crescimento de 31,6% no mesmo período.

O comércio varejista, conforme os dados da PMC-IBGE, registrou variação positiva de 9,1% no volume das vendas no acumulado do ano. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *equipamentos e materiais para escritório* (30,7%), *hipermercados e supermercados* (22,1%) e *móveis e eletrodomésticos* (20,7%). O segmento *veículos, motos, partes e peças* registrou crescimento de 20,8% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, entre os meses de outubro e de novembro de 2006, variação de 0,3%. Entre janeiro e novembro de 2006, os preços se elevaram, em média, 3,4%. *Habitação e encargos* (20,7%) e *saúde e cuidados pessoais* (4,5%) foram os grupos que registraram as maiores altas no acumulado dos últimos doze meses.

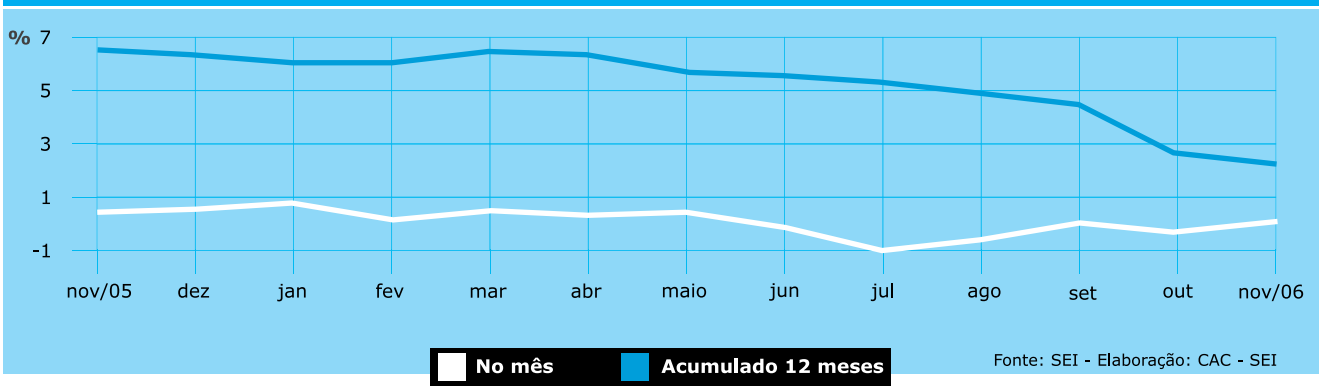
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou o mês de outubro com taxa de desemprego em 22,9% e média anual de 23,9%. Com relação ao rendimento, houve variação positiva de 2,5%, entre dezembro/2005 e setembro/2006.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



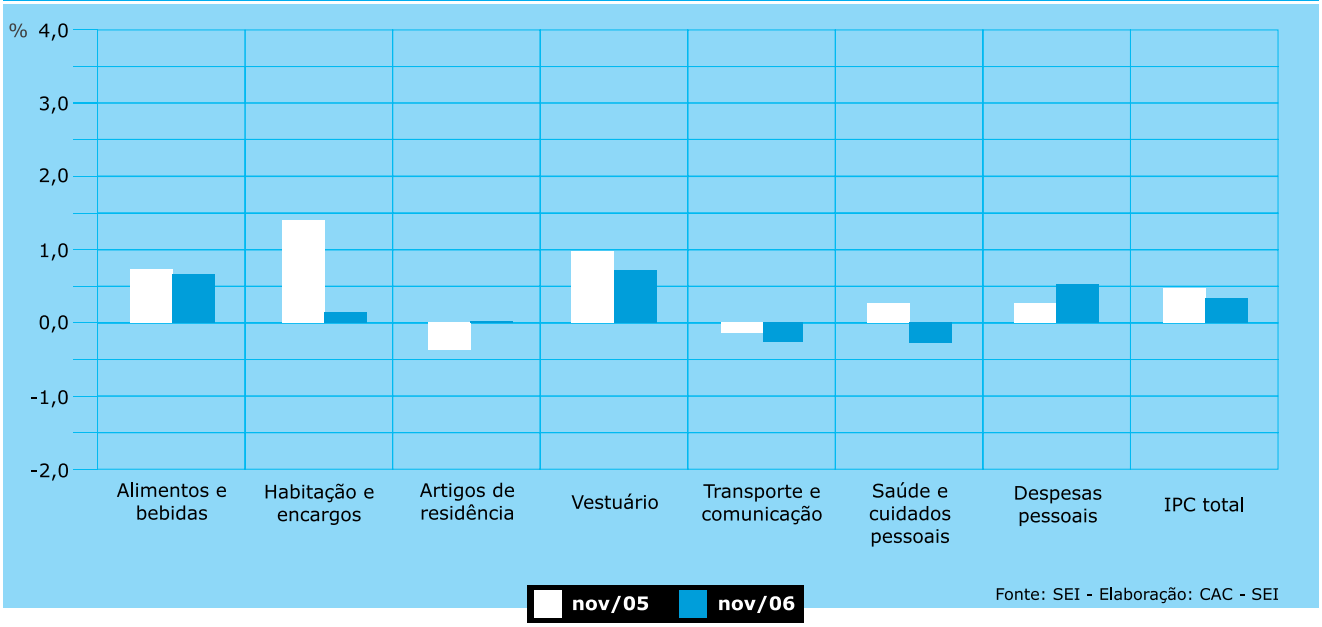
No mês de setembro, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC) apresentou crescimento de 4,6%, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês de agosto, houve uma pequena ascensão na tendência de expansão da atividade econômica de Salvador; ascensão essa caracterizada pelo crescimento no acumulado dos doze meses, com o índice passando de 4,7% em agosto para 4,8% em setembro.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



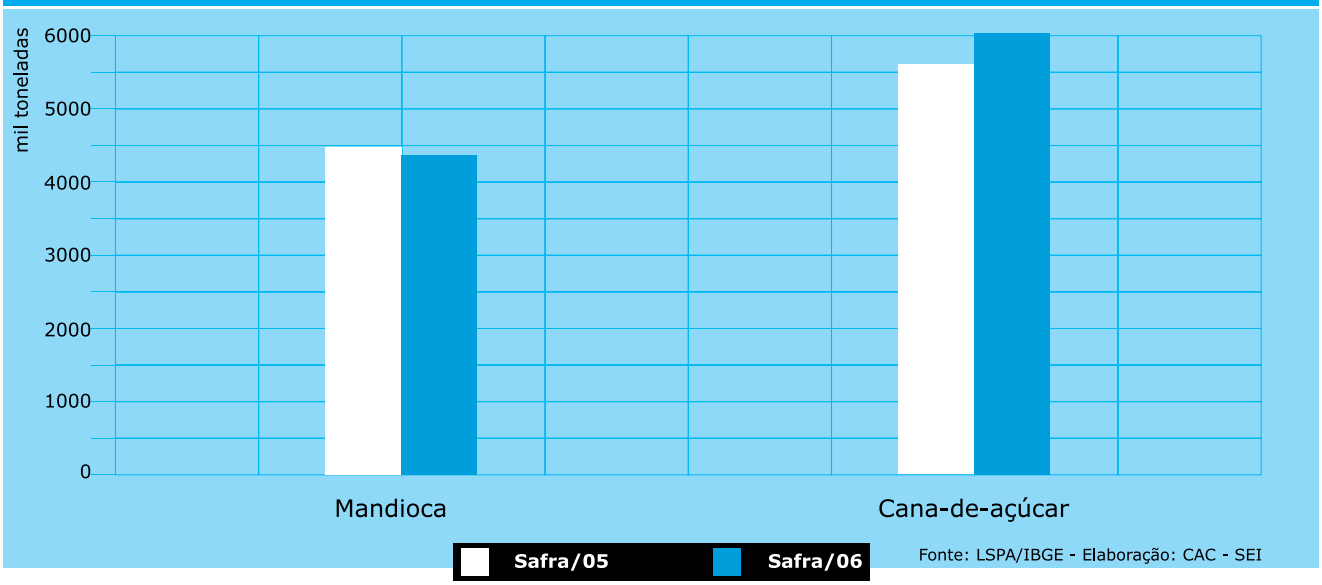
No mês de novembro, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou variação de 0,33%. Com esse resultado, o índice acumula, nos doze meses, alta de 4%, mantendo assim a tendência de redução da taxa de inflação em Salvador. Habitação e encargos (20,7%) e Saúde e cuidados pessoais (4,5%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses.

Taxa de variação do IPC-SEI: Grupos selecionados - Salvador



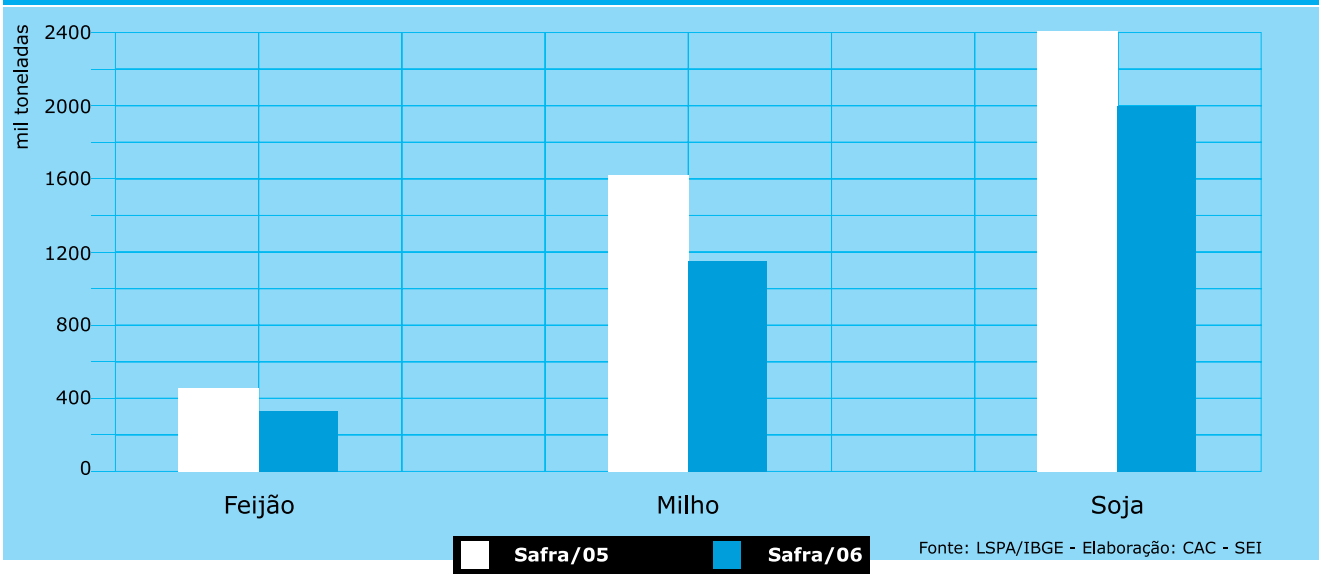
Os grupos Vestuário (0,72%) e de Alimentos e bebidas (0,68%) apresentaram, em novembro, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens *calçados e outros apetrechos* (1,4%) e *produtos in natura* (2,2%) foram os que apresentaram as maiores variações no período.

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



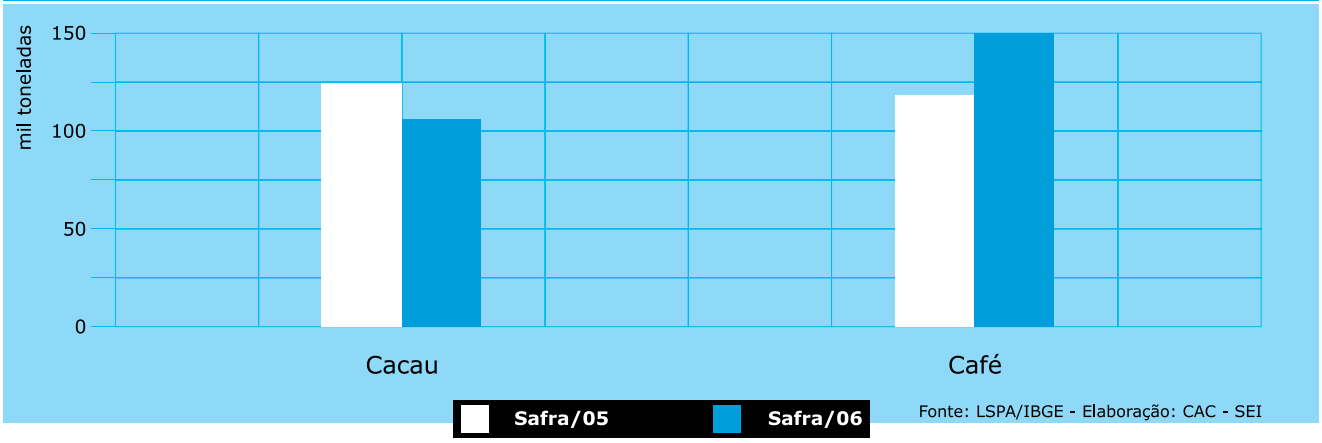
As estimativas para a safra baiana, realizadas em novembro de 2006 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, apontam para um resultado negativo da produção de mandioca (-2,3%), que vem acompanhado pela queda do rendimento da lavoura (-0,7%). Para a cana-de-açúcar, observa-se elevação significativa da produção (9,1%) e do rendimento (2,1%), que pode ser explicada pelas expectativas dos produtores em relação aos bons preços do açúcar e do álcool nos mercados interno e externo.

Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



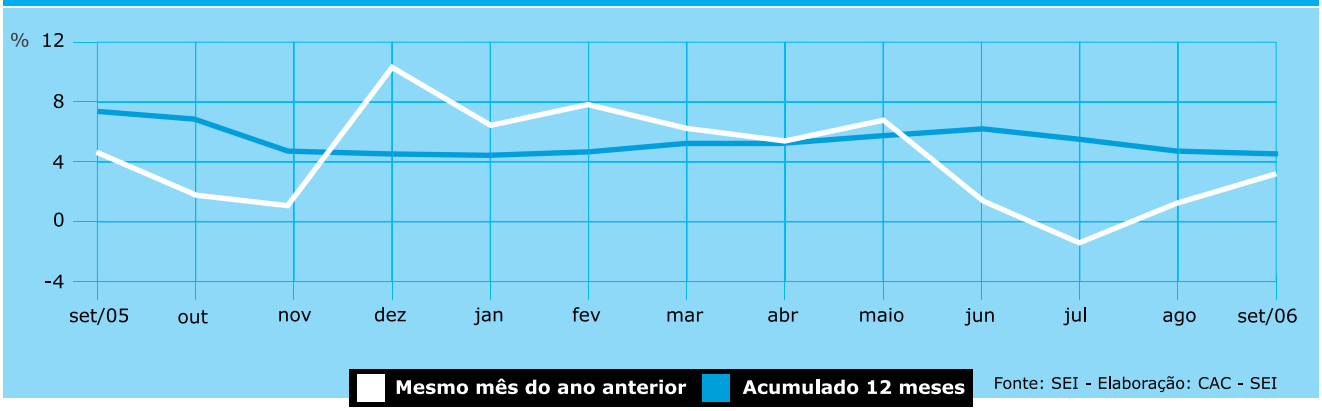
Acentua-se a estimativa de redução da produção para a safra de feijão em 2006 (-27,9%). O resultado negativo deve-se tanto a queda no feijão 1ª safra (em entressafra) de 38,7%, quanto a 2ª safra (com colheita em andamento). Em relação ao milho, verifica-se a continuidade da redução na produção (-29,0%) e no rendimento (-22,3%). Tais desempenhos negativos do milho e feijão podem ser explicados pelas chuvas irregulares em diversas regiões produtoras do estado. Para a soja (em entressafra), mantêm-se as estimativas de queda de 17,1% da produção.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



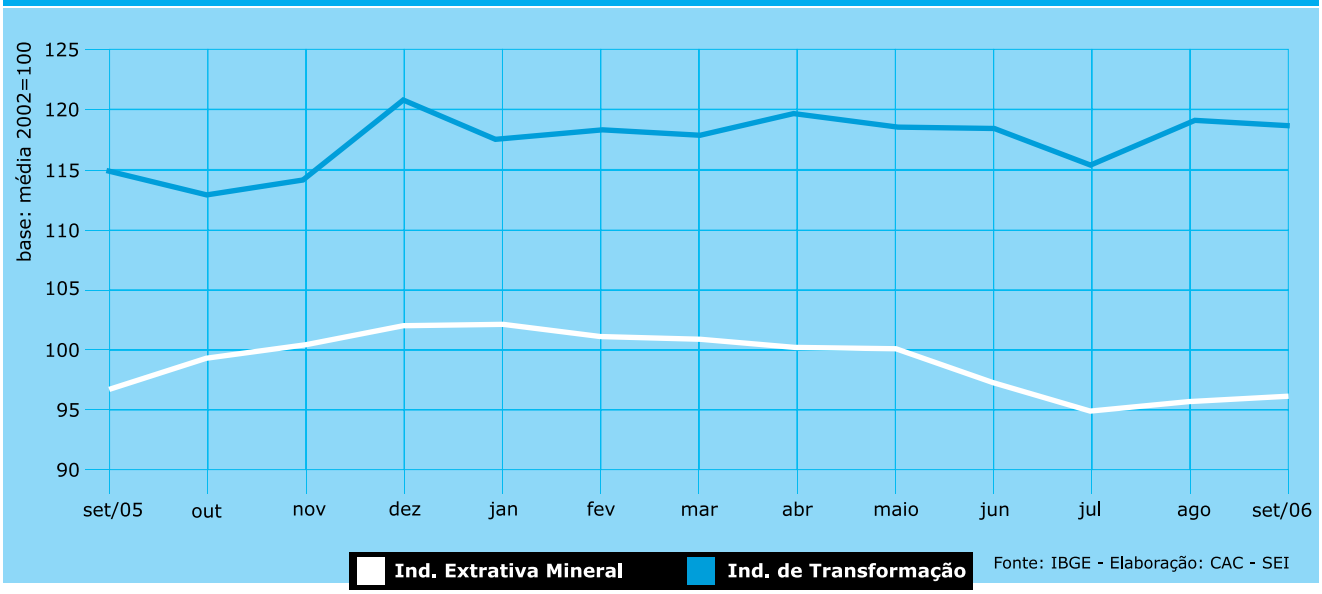
Segundo o LSPA/IBGE de novembro de 2006, as estimativas para a produção de cacau (em frutificação) permanecem em queda de 4,2%, devido à conjuntura de preços da amêndoa, dívidas de produtores e pragas. Em relação à safra de café, tem-se a elevação da produção de 26,4%, acompanhada de expansão de aproximadamente 16% no rendimento. As análises permitem verificar ainda a expansão das áreas plantada (10,3%) e colhida (8,8%) em relação à safra 2005.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



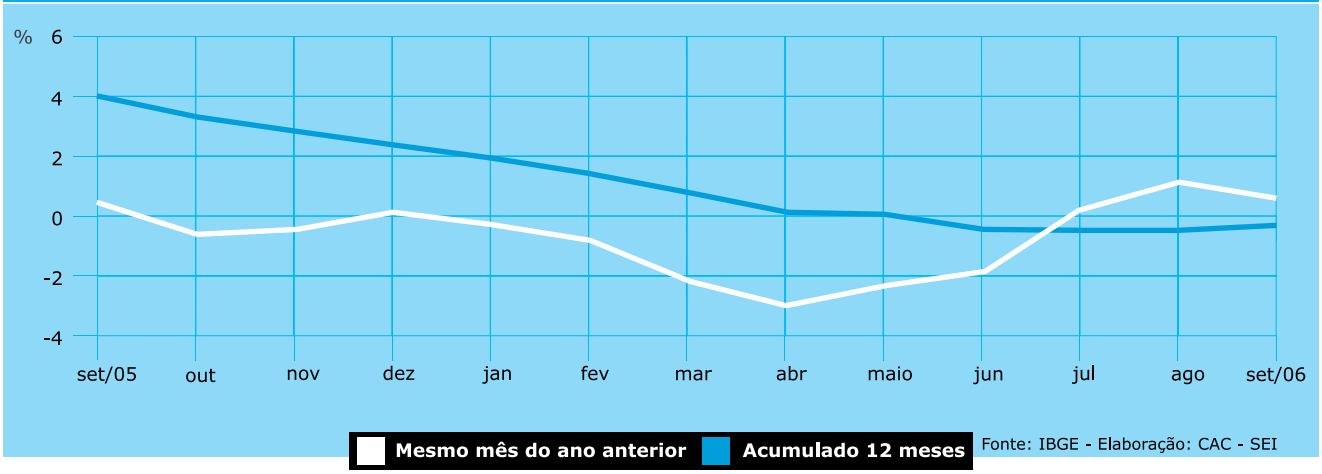
A produção industrial do setor de transformação da Bahia registrou crescimento de 3,3%, em setembro de 2006, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE). Para o acumulado dos doze meses, o índice reverteu a tendência de expansão, passando de 4,6%, em agosto, para 4,5%, em setembro. Neste último indicador, os setores que acumularam as maiores altas foram: celulose, papel e produtos de papel (36,6%), metalurgia básica (12,6%), minerais não-metálicos (10,9%) e borracha e plástico (5,1%).

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia



A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana mostra taxa negativa de 0,5%, entre os meses de agosto e setembro de 2006. A taxa negativa registrada no mês foi ocasionada, particularmente, pela retração no setor de minerais não metálicos, o qual registrou a maior taxa negativa (-5,7%).

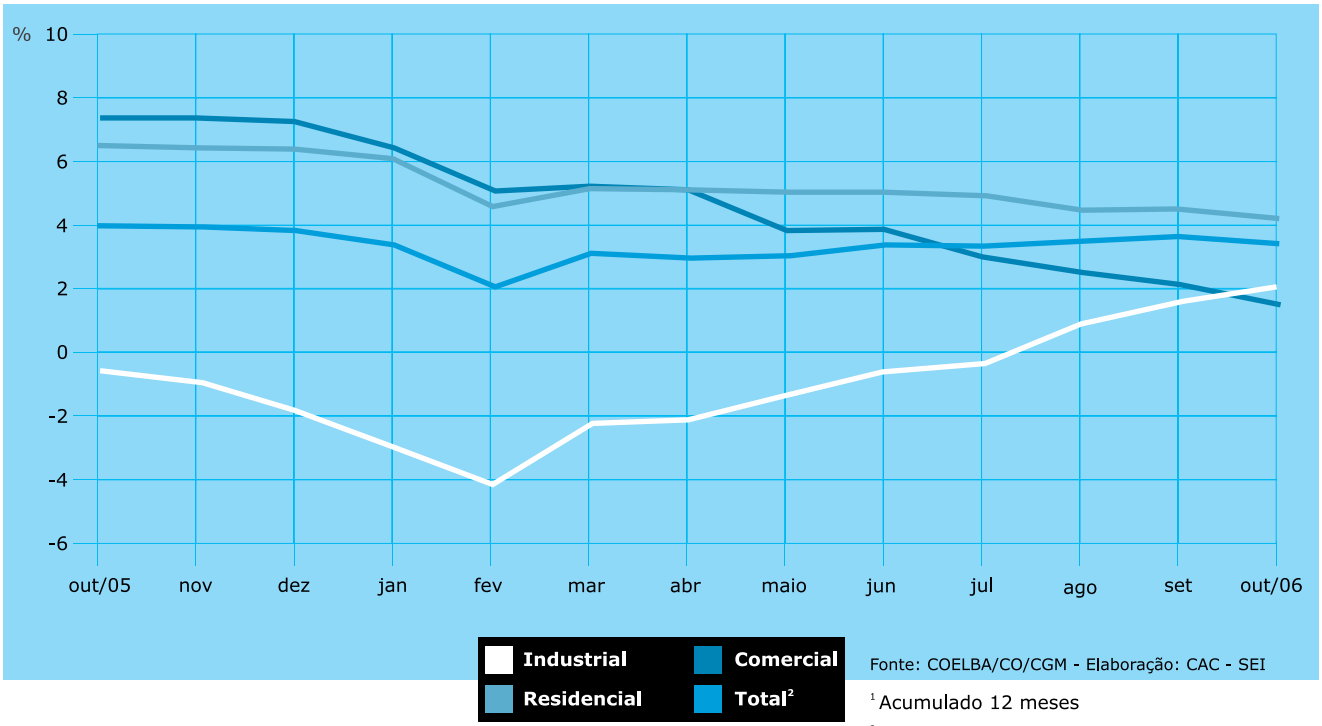
Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE - Elaboração: CAC - SEI

O emprego na indústria baiana de transformação registrou, em setembro de 2006, crescimento de 0,6% em relação a setembro de 2005. Mantendo a tendência de crescimento e recuperação, na comparação mensal. No acumulado dos últimos doze meses, o índice manteve a tendência de queda no emprego industrial, registrando taxa negativa de 0,4%. Os setores que registraram as maiores quedas no mês foram: produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (-12,7%) e borracha e plástico (-12,1%).

Taxa de variação do consumo de energia elétrica[1] - Bahia



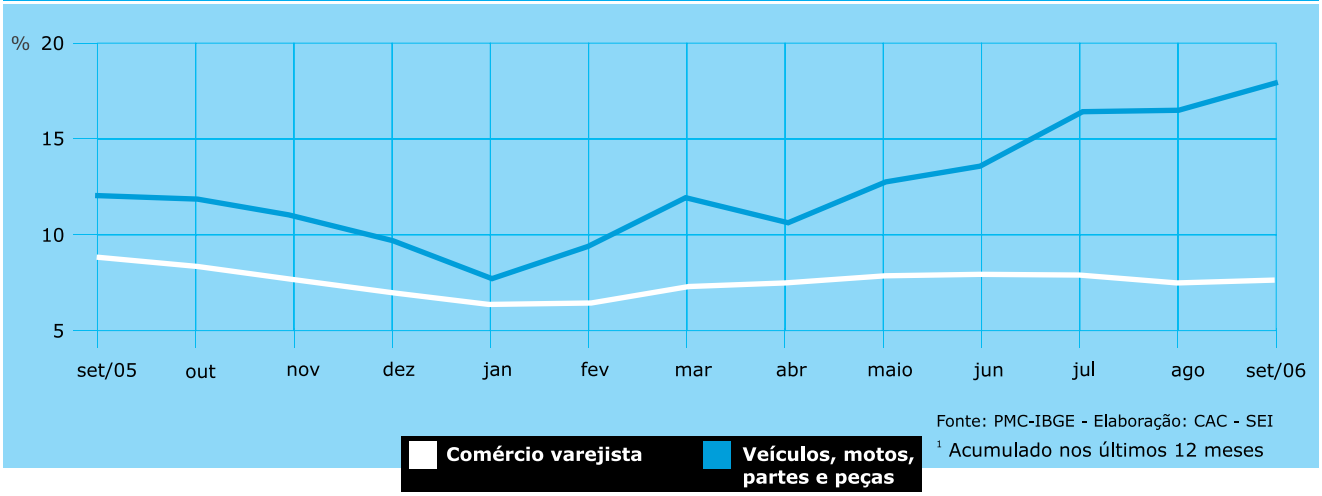
Fonte: COELBA/CO/CGM - Elaboração: CAC - SEI

[1] Acumulado 12 meses

[2] Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA.

O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, registrou, em outubro de 2006, crescimento de 2,9%, em relação a outubro de 2005. No acumulado dos doze meses, a taxa fechou em 3,3%, mantendo a tendência de crescimento ao longo dos últimos meses. Dentre os principais consumidores, o residencial registrou uma queda de 1 p.p, que acumulada nos doze meses, com alta de 4,3%. O consumo comercial registrou um taxa de 1,1%, logo o consumo industrial cresceu, registrando nos doze meses uma taxa de 1,8%.

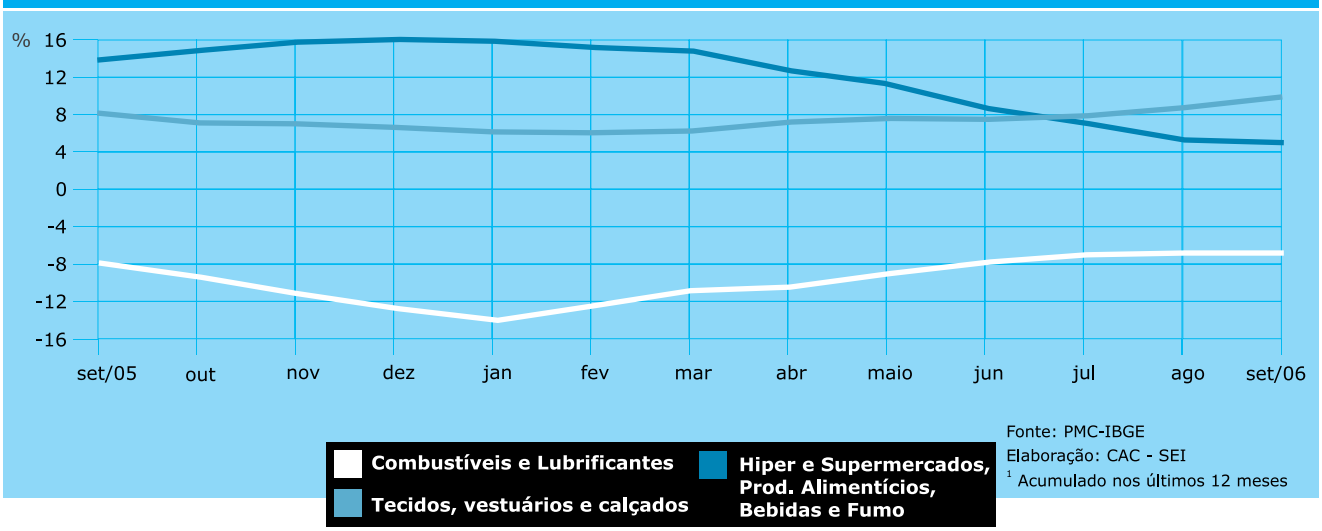
Taxa de variação de volume de vendas no varejo[1] - Bahia



Fonte: PMC-IBGE - Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

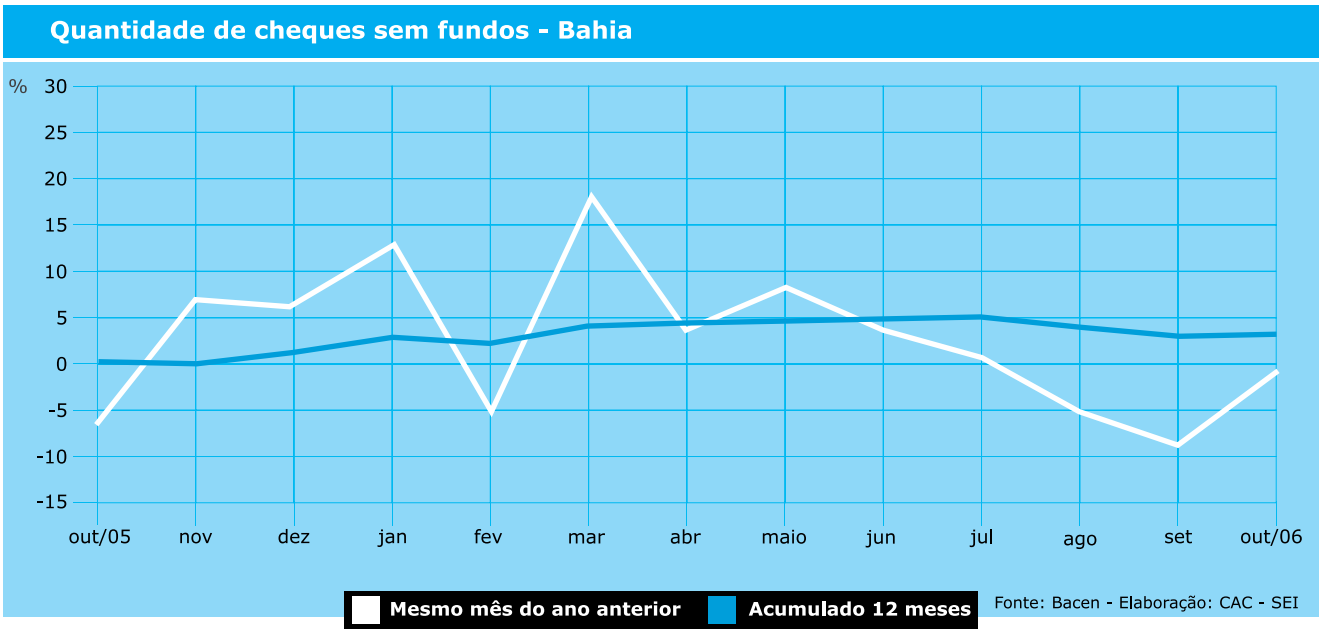
Na Bahia, o comércio varejista apresentou no mês de setembro de 2006, pelo trigésimo quarto mês consecutivo, um acréscimo no volume de negócios da ordem de 11,3%. A pesquisa Mensal de Comércio (IBGE) apurou para o acumulado dos últimos doze meses uma expansão de 7,8%. O segmento de veículos, motos e peças obteve um crescimento de 19,4% ante igual mês de 2005. Nos últimos doze meses, o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 18,1%.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo[1]: principais segmentos - Bahia

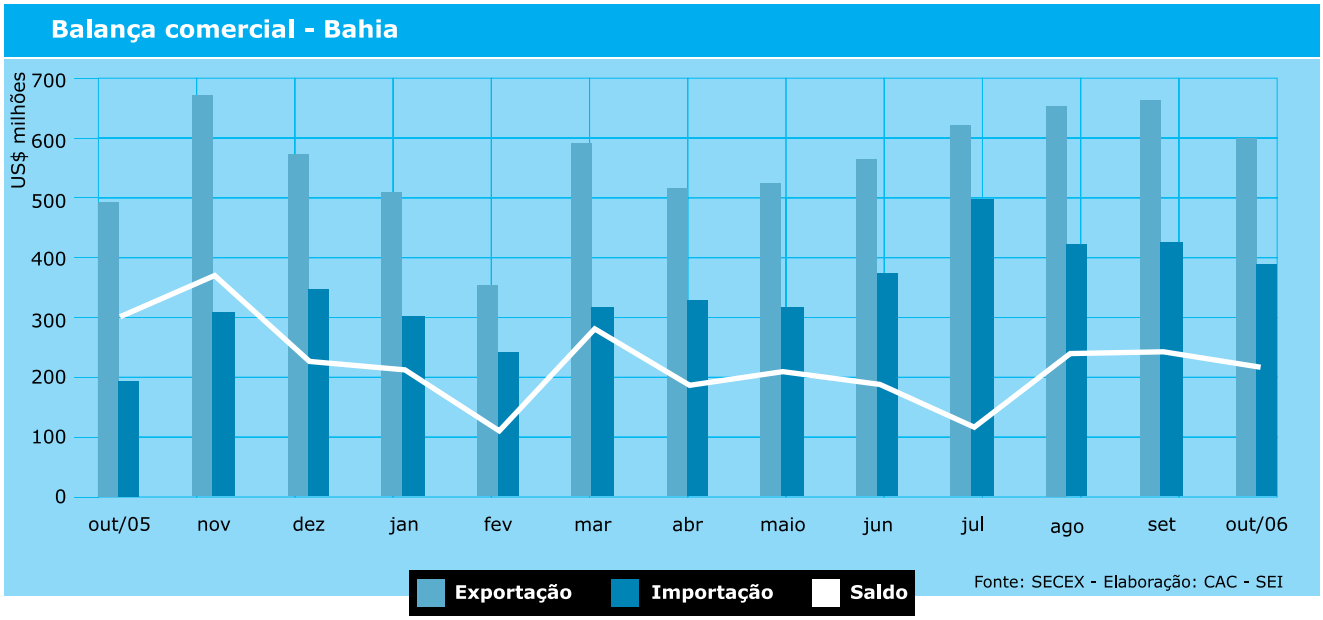


Fonte: PMC-IBGE
Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

De acordo com a PMC (IBGE), o segmento de Móveis e eletrodomésticos apresentou para o acumulado dos últimos doze meses, até setembro/06, um acréscimo de 22,3% no volume de vendas. Esse desempenho continua sendo explicado pela ampliação do crédito direto ao consumidor e dos empréstimos pessoais consignados em folha verificados nos últimos meses, além da ampliação dos prazos de parcelamento. O mesmo comportamento foi verificado para o segmento de Hiper e supermercados, que acumulou uma expansão para esse período de 10,5%.

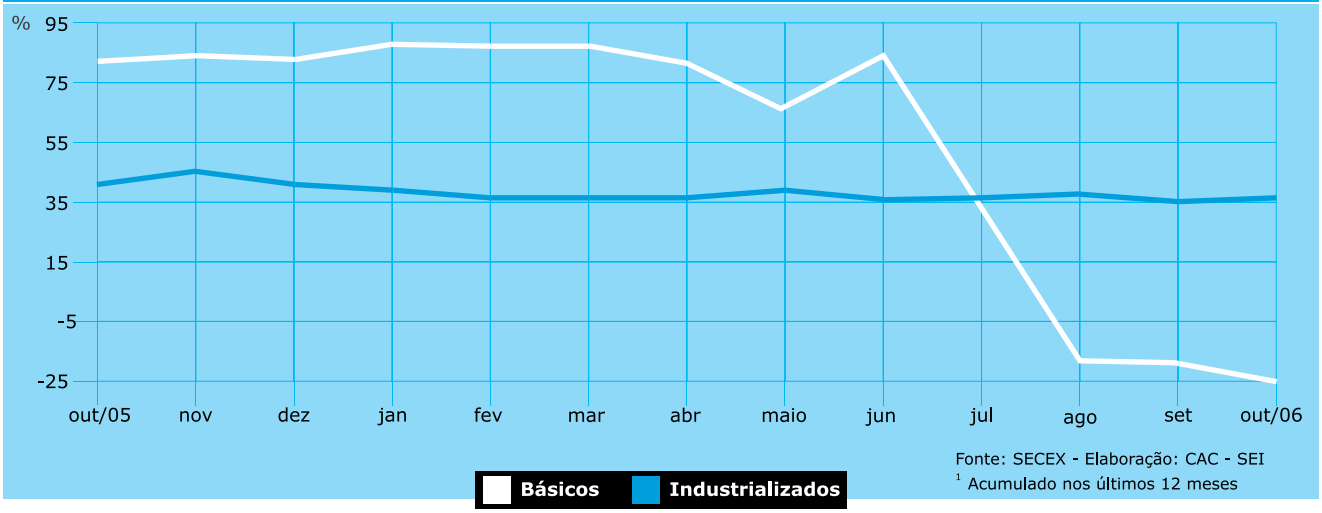


Em outubro de 2006, foram emitidos cerca de 419.000 cheques sem fundos na Bahia, 0,8% a menos que no mesmo mês do ano anterior. Já na comparação com o mês de setembro 2006, houve crescimento de 22,7%. Com este resultado, a taxa acumulada nos doze meses apresentou crescimento de 0,6 p.p, passando de 4,6% em setembro para 5,2% em outubro.



A balança comercial baiana registrou, em outubro de 2006, saldo superavitário de US$ 213,3 milhões. As vendas externas alcançaram US$ 601,0 milhões, sendo este o maior valor do ano; porém, na comparação com o mesmo mês de 2005 houve crescimento de 21,6%. Já as importações totalizaram US$ 387,7 milhões, representando crescimento de 100,2% em relação ao mesmo mês de 2005.

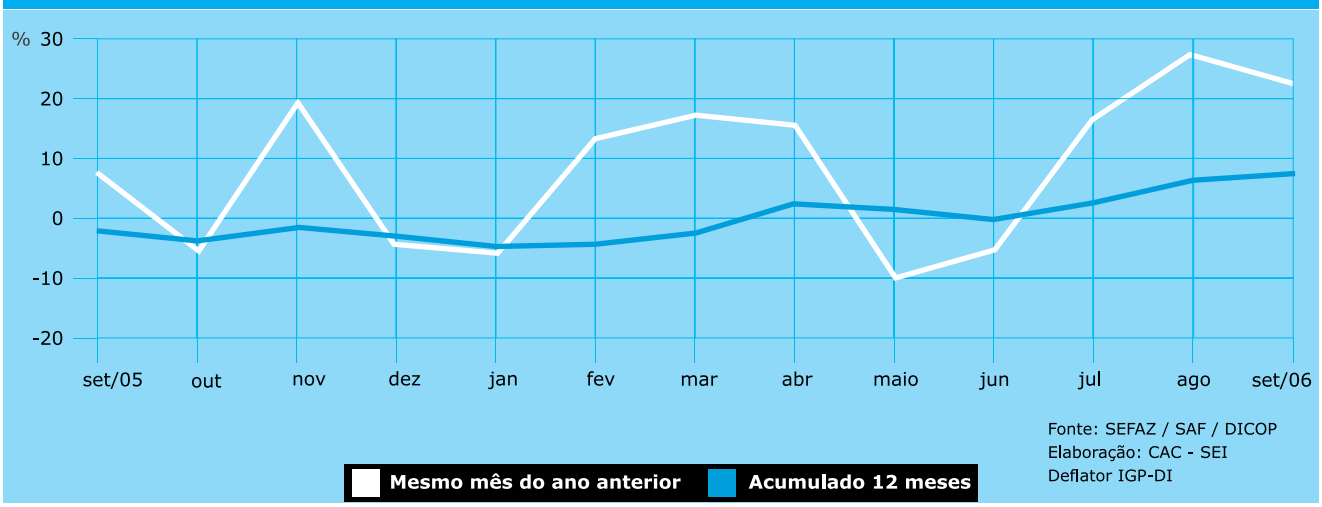
Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado[1] - Bahia



Fonte: SECEX - Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

Nas exportações por fator agregado, o segmento produtos industrializados registrou variação positiva de 36% no acumulado dos últimos doze meses, mantendo trajetória estável. Já o segmento produtos básicos, que até julho apresentava variação positiva, registrou, em outubro, variação negativa de 24,8% no acumulado dos últimos doze meses. Apesar dessa taxa negativa parecer atípica, ela está associada à tendência de longo prazo, observável na curva, de redução das exportações de produtos básicos.

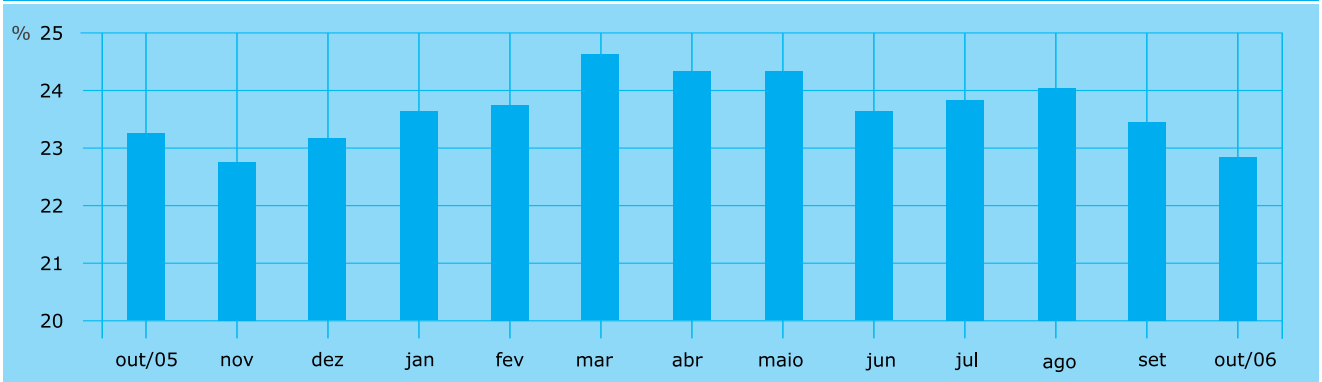
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ / SAF / DICOP
Elaboração: CAC - SEI
Deflator IGP-DI

A arrecadação de ICMS no Estado da Bahia registrou, no mês de setembro de 2006, crescimento de 22% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação total foi de R$ 785.574 milhões. No acumulado dos últimos doze meses, o índice acumulado da arrecadação cresceu 1,3 p.p., passando de 6,5% para 7,8%, com valor total de R$ 7.420.952 bilhões.

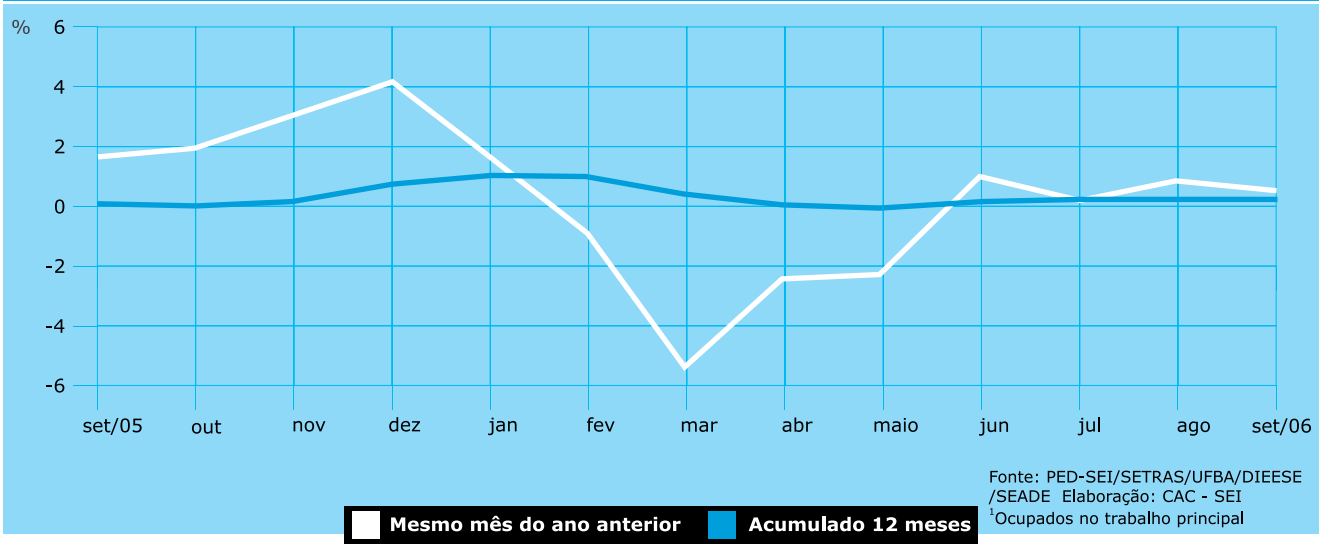
Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: CAC - SEI

A Pesquisa de Emprego e Desemprego captou uma redução de 2,6% na Taxa de Desemprego na RMS, em outubro/06, comparando-se com setembro do mesmo ano. Esse movimento justifica-se pela compensação entre a demanda por trabalho (10 mil novos entrantes na População Economicamente Ativa) e a geração de novos postos de trabalho (19 mil) nesse período. A PED estimou a População Economicamente Ativa em 1.766 mil pessoas e um contingente de ocupados de 1.362 mil pessoas.

Taxa de variação do rendimento médio real[1] - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE /SEADE Elaboração: CAC - SEI
[1]Ocupados no trabalho principal

Os rendimentos auferidos pelos ocupados no mês de setembro de 2006 sofreu uma redução de 0,5%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a RMS. O salário real médio da indústria foi estimado em R$ 970, o do setor de serviços em R$ 686,00 e o do comércio em R$ 602,00.

O "enigma" brasileiro: crescimento do PIB em 2007

André Pomponet*

A retomada do crescimento econômico em patamares robustos foi um dos temas mais debatidos na campanha presidencial de 2006. O presidente reeleito Luís Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) – os dois candidatos que disputaram o segundo turno – dedicaram boa parte da campanha à discussão sobre como fazer o Brasil crescer de forma sustentável nos próximos anos. A preocupação é perfeitamente justificável: há 26 anos o Brasil não experimenta um ciclo de crescimento vigoroso, o que tem contribuído para manter o desemprego elevado, aumentar o subemprego e inibir a redução da pobreza. Nos últimos anos o Brasil inclusive cresceu menos que a maioria dos países da América Latina.

O período eleitoral favoreceu a proliferação de mitos e fantasias sobre a prolongada estagnação em que mergulhou a economia brasileira no último quarto de século. Mas, passada a disputa presidencial, persistem as discussões sobre quanto o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deverá crescer em 2007 e, mais do que isso, qual a receita mais adequada para se atingir o objetivo. A finalidade do presente artigo é refletir sobre o debate que se trava ultimamente entre autoridades do governo, técnicos do setor de planejamento e instituições financeiras dedicadas às projeções econômicas.

O "sonho" dos 5%

Durante a campanha eleitoral, os candidatos Luís Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin prometeram um crescimento médio do PIB em torno de 5% para os próximos quatro anos (NEVES; CAMACHO, 2006). Somente em 2004 o governo do presidente reeleito Lula atingiu um índice próximo (4,9%), mas mesmo assim sobre um crescimento quase nulo no ano anterior (0,5%). Em 2005 ficou em 2,3% e, para 2006, a aposta do mercado financeiro gira em torno de 3%, bastante abaixo da previsão otimista do governo no início do ano (de 4,5%).

Embora depois do segundo turno das eleições o presidente tenha evitado se referir explicitamente a um crescimento do PIB de 5% ou de qualquer outro percentual (MATAIS, 2006a), uma meta próxima (fixada em 4,75%) está prevista para o próximo ano na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), encaminhada pelo Executivo para aprovação pelo Congresso. Nos dois anos seguintes, o crescimento previsto também é ambicioso: 5% em 2008 e 5,25% em 2009, que se aproxima da média prometida na campanha eleitoral.

Integrantes do Governo Lula estimam que o Brasil desfruta de um cenário favorável para a retomada do crescimento econômico. Uma das razões é a ausência de crises e o controle da inflação (SPITZ, 2006), o que vai permitir a implementação de uma política econômica "desenvolvimentista", com redução das taxas de juros, conforme afirmação do ministro da Fazenda, Guido Mantega (RIBEIRO, 2006). O presidente, no entanto, se preocupa também com os aspectos não-

* Economista/UEFS e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Integrantes do Governo Lula estimam que o Brasil desfruta de um cenário favorável para a retomada do crescimento econômico

monetários da economia, já que manifestou a intenção de viajar pelo país com o objetivo de acompanhar o andamento de obras de infra-estrutura, pois o setor representa um possível gargalo para a retomada do crescimento (MATAIS, 2006b).

É inegável que a manutenção de taxas elevadas de juros ao longo do primeiro mandato inibiu a inflação, ameaça crescente no início de 2003. O êxito é visível principalmente junto às famílias que ganham até R$ 600 mensais, já que a in flação cresceu apenas 24% no mandato Lula para este segmento da população (índice medido até setembro de 2006), contra 29% entre os que ganham acima de R$ 6 mil mensais (BILLI, 2006). Para 2007, o Banco Central estabeleceu meta de 4,5% para a inflação, que é inclusive superior às projeções de analistas de mercado, que estimam um índice de 4,21%, utilizando-se como referência o IPCA (FEBRABAN, 2006).

Além do cenário favorável em relação à inflação, o governo aposta no aumento dos investimentos para estimular o crescimento. Para tanto, a equipe econômica apresentou no início de novembro uma série de propostas visando reduzir a carga tributária e os gastos públicos. Entre estas propostas estão: redução da alíquota de 0,38% do CPMF ou isenção para setores específicos; aumento da Desvinculação de Receitas da União (DRU), o que permitiria ampliar os investimentos; aprovação de reforma tributária pelo Congresso e aumento das despesas correntes do governo em um patamar inferior ao do crescimento do PIB. O presidente Lula, no entanto, considerou as medidas insuficientes e cobrou um esforço maior (CRUZ; PERES, 2006).

Analistas do mercado, todavia, consideram as medidas adotadas ou anunciadas pelo governo até o momento como insuficientes para fazer o PIB crescer 5% a partir de 2007. As razões são apresentadas na seção seguinte.

A "realidade" dos 3,5%

Conforme já foi dito na seção anterior, é inegável o êxito do governo no combate à inflação. Este, porém, não é o único pré-requisito para a retomada do crescimento econômico, e o zelo excessivo das autoridades monetárias tem acarretado problemas. Um deles, conforme foi citado, é a taxa básica de juros (Selic): a previsão de analistas é que feche 2006 em 13,5% e que em dezembro de 2007 esteja em 12,44%. Mesmo com esta redução e com uma previsão de inflação um pouco maior no próximo ano, a taxa real de juros ainda permanecerá bastante elevada, próxima de dois dígitos. Outro problema é o câmbio sobrevalorizado: há meses o dólar vale menos que R$ 2,20 e a previsão do mercado é que em dezembro de 2007 esteja cotado a R$ 2,29 (FEBRABAN, 2006).

Os juros elevados e a taxa de câmbio baixa têm provocado protestos dos empresários, principalmente do setor exportador, mesmo com os recordes registrados nas exportações brasileiras nos últimos quatro anos (saltou de US$ 73 bilhões para US$ 133 bilhões previstos para 2006, o que contribuiu para o crescimento do PI B nos últimos quatro anos). Estas projeções representam uma resposta tímida à afirmação do ministro da Fazenda de que a política monetária será menos rigorosa no segundo mandato (NEVES; CAMACHO, 2006), já que a taxa de juros e o câmbio deverão permanecer atuando como inibidores do investimento.

Os juros elevados e a taxa de câmbio baixa têm provocado protestos dos empresários, principalmente do setor exportador, mesmo com os recordes registrados nas exportações

Por outro lado, o governo permanece atado às restrições orçamentárias que impedem a ampliação do investimento público, principalmente em infra-estrutura. 70% das despesas correntes do Executivo estão vinculadas aos gastos com pessoal e previdência, percentual que sobe para 96% quando se

incluem os programas sociais e gastos com educação e saúde. Restam, portanto, R$ 18 bilhões para as demais despesas, incluindo infra-estrutura (PATU, 2006). Como a elevação da carga tributária está descartada (hoje está em 38% do PIB), as alternativas para aumentar o investimento são reformar novamente a Previdência ou cortar gastos, o que o presidente Lula descartou durante a campanha eleitoral. A receita de cortes nos tributos e a redução dos gastos correntes parte de economistas mais alinhados com as idéias monetaristas.

O próprio vice-presidente da República, José Alencar, empresários e economistas menos ortodoxos apontam uma redução mais acelerada das taxas de juros como o caminho mais adequado para aumentar os investimentos e impulsionar o crescimento. É que as despesas financeiras do governo estão em R$ 158,7 bilhões, o que corresponde a 7,8% do PIB (BATISTA JÚNIOR, 2006), e são favorecidas pela política monetária bastante restritiva do Banco Central.

Com base nesse cenário, os analistas de mercado projetam um crescimento do PIB em torno de 3,5% nos próximos anos. Técnicos do governo avaliam que o crescimento até 2010 deve ficar entre 3,5% e 4%, havendo perspectivas de um crescimento mais acelerado apenas a partir de 2011, quando o Brasil poderia crescer entre 4,5% e 5%, conforme o IPEA (apud RIBEIRO, 2006). O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada indica que o Brasil enfrenta dois gargalos: a baixa taxa geral de investimento do PIB (atualmente em torno de 20%, quando o desejável é que esteja em 25%) e a limitada capacidade do setor elétrico, incapaz de suportar um crescimento superior a 4% nos próximos anos sem o risco de um novo "apagão".

Técnicos do governo avaliam que o crescimento até 2010 deve ficar entre 3,5% e 4%, havendo perspectivas de um crescimento mais acelerado apenas a partir de 2011

As explicações para o baixo crescimento brasileiro, porém, não estão apenas na limitada capacidade do governo de ampliar os investimentos públicos, mesmo com uma eventual redução mais robusta das taxas de juros. O outro componente do investimento total é o investimento privado, que também enfrenta dificuldades além das óbvias restrições impostas pelas taxas de juros. Economistas apontam as incertezas da economia brasileira como um inibidor dos investimentos de longo prazo. Entre estas incertezas estão a ausência de um marco regulatório para os investidores privados, as dúvidas sobre o grau de autonomia das agências reguladoras, o complexo sistema tributário brasileiro e as indefinições em relação aos investimentos em infra-estrutura (BARROS, 2006).

Mesmo que o governo decida promover as reformas defendidas pelo mercado, não deve haver impacto sobre o crescimento do PIB brasileiro em 2007. Analistas apontam a necessidade de se resolver o gargalo da infra-estrutura (embora a aprovação das Parcerias Publico-Privadas seja considerada um passo), reduzir as despesas correntes do Estado (o "choque de gestão" tão enfatizado na campanha de Geraldo Alckmin), reformar novamente a Previdência e reduzir a carga tributária, desonerando os setores produtivos (exigência que só pode ser atendida reduzindo gastos correntes e previdenciários).

Essas recomendações, porém, não encontram eco no governo. O presidente Lula já afirmou que não há onde cortar despesas correntes (CANTANHÊDE, 2006) e o ministro Guido Mantega já antecipou que não haverá reforma estrutural da Previdência e, caso haja modificações, não haverá reflexos no curto prazo (GOVERNO..., 2006).

Durante todo o primeiro mandato o presidente Lula prometeu a retomada do crescimento econômico, mas não obteve resultados muitos superiores ao do seu antecessor. A polêmica em torno dos 5% prometidos pelo presidente traz a tona o debate sobre quando começa, efetivamente, o "espetáculo do crescimento".

Entre o "sonho" e a "realidade"?

A economia brasileira não vai crescer em 2007 alavancada por uma redução mais vigorosa das taxas de juros, mesmo com as reivindicações de segmentos influentes, como o empresarial. A constatação é evidente nos documentos oficiais (como a Lei de Diretri-

zes Orçamentárias) e pelas projeções dos agentes do mercado. Descartada, portanto, a política monetária como via para estimular o crescimento, resta apostar as fichas na política fiscal e suas amarras.

Parece evidente que a capacidade de ampliação do investimento público é bastante limitada. A combinação de despesas correntes elevadas, forte vinculação do orçamento a determinadas naturezas de gastos e esforço fiscal para assegurar o pagamento dos juros da dívida pública (4,25% do PIB para os próximos anos) engessam a capacidade do Estado investir e impulsionar o crescimento. A impossibilidade de ampliar a carga tributária também contribui para constranger o investimento público. O investimento privado parece ser a tábua de salvação.

A impossibilidade de ampliar a carga tributária também contribui para constranger o investimento público. O investimento privado parece ser a tábua de salvação

A ampliação do investimento privado, porém, está inversamente relacionada à carga tributária, que não pode ser reduzida de imediato porque o Estado não pode ampliar o seu déficit. Como complicadores adicionais existem a taxa de juros (que não atrai o investidor privado), o caos tributário, a pouca clareza nas regras para o investimento privado, a infra-estrutura deficiente do país e o real sobrevalorizado, que dificulta as exportações, principal alavanca do crescimento nos últimos quatro anos.

A combinação desses fatores demonstra que é utópico se apostar em crescimento do PIB de 5% em 2007. O próprio comportamento da economia brasileira nesse ano que se encerra é elucidativo. Em 2006 o crescimento brasileiro de 3% o colocará distante da média alcançada pelos países emergentes, de 5,6%, com destaque para China (10%), Índia (8,3%) e Argentina (8%). E como o FMI prevê um crescimento menor para a América Latina em 2007 (DÁVILA, 2006) é provável que o Brasil não cresça no patamar almejado pelas autoridades do governo, já que não se enxerga nenhuma mudança significativa no cenário econômico. Resta, porém, a expectativa de que haja uma expansão de pelo menos 3,5%.

É quase consensual que o Brasil precisa voltar a crescer para favorecer a redução das desigualdades sociais. A gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ostentou como grande conquista o fim da inflação e a estabilidade monetária. A primeira gestão Lula (2003-2006) foi marcada pelos programas assistenciais que favoreceram milhões de famílias. A segunda, que se inicia em 2007, será marcada pela necessidade imperiosa do Brasil voltar a crescer com vigor, o que não consegue fazer desde 1980.

Referências

BARROS, G. Mercado Aberto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2006. Folha Dinheiro, caderno B, p. 2.

BATISTA JÚNIOR, P. N. “Se ousares, ousa”. *A Tarde*, Salvador, 16 nov. 2006. Economia, p. 15.

BILLI, M. Sob Lula, inflação cresce menos para pobres. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05 nov. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/noticias>. Acesso em: 16 nov. 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2007. Anexo IV.1. Anexo de Metas Anuais. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/sof/orcamento_2007>. Acesso em: 16 nov. 2006.

CANTANHÊDE, E. Lula quer debate antes do pacote econômico. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/noticias>. Acesso em: 16 nov. 2006.

CRUZ, V.; PERES, L. Lula quer desonerar novos investimentos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2006. Folha Dinheiro, caderno B, p.3.

DÁVILA, S. FMI vê expansão mais sustentável na América Latina. *Folha de São Paulo,* São Paulo, 03 nov. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/noticias>. Acesso em: 16 nov. 2006.

FEBRABAN. *Pesquisa Febraban de projeções econômicas*, out. 2006 [s.l.]. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaque-proj_econ_outubro_2006.asp>. Acesso em: 14 nov. 2006.

GOVERNO analisa corte de gastos na Previdência. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 9, 17 nov. 2006.

IPEA. Brasil não deve crescer 5% ao ano. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 nov. 2006. Disponível em: <http://pernambuco.com/ultimas/notas.asp>. Acesso em: 14 nov. 2006.

MATAIS, A. Lula evita falar em meta de 5% de crescimento para 2007. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 nov. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/noticias>. Acesso em: 16 nov. 2006a.

_____. Lula quer priorizar infra-estrutura para garantir meta de crescimento. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 06 nov. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/noticias>. Acesso em: 16 nov. 2006b.

NEVES, F.; CAMACHO, K. Mantega sugere que política econômica será menos rigorosa agora. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 out. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/noticias>. Acesso em: 16 nov. 2006.

PATU, G. Gastos com servidores e INSS barram alta do investimento. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/noticias>. Acesso em: 16 nov. 2006.

RIBEIRO, A. P. Mantega promete mais emprego e crescimento no segundo mandato. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 out. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/noticias>. Acesso em: 16 nov. 2006.

SPITZ, C. Brasil vai crescer de forma mais acelerada em 2006, diz BNDES. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 out. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/noticias>. Acesso em: 16 nov. 2006.

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clic**

Através do site da SEI você fica por dentro das mais relevantes informações socioeconômicas e geoambientais dos Estado. Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e o banco de dados da SEI estão ao seu alcance. Navegue e conheça a Bahia de perto. Um canal de comunicação aberto para você.

SEI
SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

Uma investigação empírica sobre as causas da corrupção: o mercado informal é uma variável relevante?

Lúcio Flávio de Freitas*

Da natureza da corrupção

Pretende-se aqui apresentar algumas notas acerca do tratamento que a corrupção vem recebendo dentro da teoria econômica, enquanto teoria social. Sumariamente discute-se a questão da definição do fenômeno, as principais intervenções da economia e as evidências empíricas que suportam as proposições feitas no âmbito da ciência. Compreendendo a corrupção uma peculiar interação entre agentes, ter-se-á por hipótese que os indivíduos são racionais e auto-interessados. Desta feita, assume-se implicitamente uma interação estratégica entre os agentes econômicos na forma de um jogo. Contudo, pelo caráter obtuso do próprio fenômeno corrupção, não se procura aqui uma validação quantitativa em termos que mensuração de *payoffs* de cada agente. Entretanto esta é a intuição por detrás do trabalho que segue.

Compreendida como a má utilização das propriedades do governo em busca de benefícios privados, a corrupção coloca de um lado a presença do Estado como órgão regulador, ou mesmo interventor direto na atividade produtiva, e de outro a obviedade de que os governos são feitos por indivíduos, com suas limitações e fraquezas. Se for assim, naturalmente surgirá aquilo que a ortodoxia econômica convencionou chamar "falha de governo". Esse é o *locus* onde se encontra e se justifica o estudo da corrupção.

O primordial na avaliação que segue é o entendimento de que instituições mal desenvolvidas conduzem a uma estrutura de incentivos inadequada, pois distorcem a relação custo / benefício de ser corrupto em favor da desonestidade. Introduzindo o jargão econômico, induzem assimetrias de informação no serviço público, que por sua vez reduzem a possibilidade de monitoramento do trabalho dos funcionários do governo e assim também a probabilidade de descoberta de atos escusos. Ou seja, reduzem os custos da corrupção.

Na outra extremidade, a chance de obtenção de renda econômica, derivada da regulação imposta pela administração pública, cria espaço para que o celebrado comportamento maximizador de lucros das firmas seja preterido em função do comportamento *rent seeking*, que pode facilmente evoluir para a corrupção e significa aumento nos benefícios dessa prática.

Contudo, tratar a corrupção, em caráter formal, exige uma abordagem que torne possível operacionalizar o conceito de corrupção, derivado da noção de ilegalidade, que advém da separação normativa entre coisa pública e privada. Observa-se que, na teoria econômica positiva, essa separação não existe de fato. O governo (excetuando seu setor produtivo) não gera produto, apenas se apropria de parte da renda nacional e detém o poder decisório de realocação dessa renda. Os políticos e burocratas partilham desse poder decisório e participam da execução das políticas públicas. Ocorre que, ambos são agentes econômicos auto-interessados, racionais, e que possuem suas respectivas funções-objetivo. Logo, assumindo que o mercado político não é perfeito, surge o incentivo ao desvio de conduta em relação ao que desses agentes era esperado, em bases normativas. Os incentivos para tanto não são poucos, mas aqui importa apenas o retorno financeiro na forma de um pagamento ilegal obtido por esses agentes.

O governo (excetuando seu setor produtivo) não gera produto, apenas se apropria de parte da renda nacional e detém o poder decisório de realocação dessa renda

* Economista e Mestrando em Economia pela UFBA. lucioffreitas@yahoo.com.br

Definições

Jain (1998) define como situações de corrupção a má utilização da propriedade do governo e o mau uso do poder de decisão e escolhas de políticas públicas. Dessa forma a corrupção exigiria três requisitos:

a) algum agente possui monopólio sobre um dado processo (oferta de um bem público ou regulação);
b) esse agente é passível de se inclinar ao mau uso do seu poder;
c) há um incentivo econômico para o mau uso desse poder.

Os burocratas ou políticos ponderam os benefícios do envolvimento com a corrupção, como a obtenção de renda na forma de propinas ou suborno, e seus respectivos custos, qual seja, a possibilidade de serem descobertos e punidos. O mesmo ocorre com os agentes privados cúmplices no ato ilícito. Uma vez que o Estado tem a prerrogativa de redistribuir recursos e impor regulação e custos (tributários ou de fiscalização), cria-se o incentivo à oferta de suborno, seja para obter benefícios do governo ou para evitar custos[1].

Para os corruptores, alguns dos benefícios mais habituais da prática da corrupção são: a obtenção de informações valiosas ou de posição privilegiada junto ao governo, quando este, como um agente econômico, compra ou vende bens e serviços, ou ainda, faz concessões, distribui subsídios ou organiza privatizações. Já os principais custos que se procura evitar são aqueles provenientes de regulamentações, tributação ou aplicação de leis penais[2].

Causas da corrupção

As instituições norteiam as relações humanas, estabelecem as "regras do jogo", seja formalmente, resultando em leis *strictu sensu*, devidamente registradas nos códigos de direito, seja informalmente, implicando normas e padrões de conduta pessoal. Dessa forma, determinam proibições e condicionam as ações dos indivíduos, reduzindo as incertezas da vida em sociedade pela imposição de uma estrutura estável, não necessariamente eficiente, que deve responder às diversas questões da vida social, por exemplo, esclarecendo direitos de propriedade ou definindo procedimentos a serem seguidos (NORTH, 1990).

Mauro (1995) observa a relação entre a eficiência das instituições e os níveis de investimento, crescimento e produto per capta, em uma amostra de 67 países. Como esperado, o autor confirma a importância das instituições sobre as variáveis econômicas. Kaufmann; Kraay; Zoido-Lobatón (1999) constroem índices de governança e demonstram a relação entre estes índices e variáveis econômicas e sociais, como o produto per capta, a mortalidade infantil ou o nível de escolaridade.

Assim, o que a análise empírica tem demonstrado é que a corrupção é maior quanto menos eficaz é o desenho institucional de um país. Intuitivamente, a magnitude da corrupção está intimamente ligada aos mecanismos de supervisão da ação dos agentes públicos. Como define Klitgaard (1988) em equação estilizada:

corrupção = discricionariedade + liberdade de ação - prestação de contas

O que a análise empírica tem demonstrado é que a corrupção é maior quanto menos eficaz é o desenho institucional de um país

[1] Essa perspectiva não está livre de críticas, "*... a mais importante crítica que se pode fazer às definições de corrupção centradas no mercado é a da despreocupação com o impacto ético do fenômeno. Essas definições transformam a tomada de decisões públicas numa função de demanda. As leis que regem esse processo são as leis do mercado, sem maiores menções a outras leis sociais tão ou mais importantes que aquelas*" (BREI,1996, p 67). A autora se reporta ao trabalho de Leff (1970), na verdade um dos trabalhos pioneiros no estudo da corrupção, que nesta fase pressupunha a existência de um lado da oferta de suborno, ou demanda por corrupção, e de outro da busca pela maximização de renda ou oferta de corrupção, o equilíbrio dar-se-ia na interseção das curvas. Como o agente público detém monopólio sobre o bem que oferta, haveria a tendência à exploração dos consumidores (eleitores) por parte deste agente.

A crítica, embora pertinente a esse tratamento simplificado da corrupção, é mitigada quando se firma a hipótese, confirmada empiricamente, de que os diferentes níveis de corrupção são conseqüência de arranjos institucionais mais ou menos eficazes. Na verdade, supõe-se que as variáveis ética e moral são constantes entre os países, e então, diferentes níveis de corrupção são conseqüência de diferentes graus de monitoramento e discricionariedade sobre os agentes públicos. (ROSE-ACKERMAN, 1998).

[2] Uma análise mais detida a respeito dos custos e benefícios da corrupção pode ser encontrada em Rose-Ackerman (1998).

O nível de corrupção deve comportar-se inversamente ao grau de desenvolvimento institucional dos países, que claramente atua sobre o lado direito da equação, ou seja, das "regras do jogo" e do sistema de incentivos.

Vital, portanto, é desvendar o funcionamento das instituições. Argumenta-se que são institucionalizadas as respostas a problemas recorrentes dentro de uma comunidade política, compreendida amplamente, desde a administração pública a famílias e firmas, ou seja, são estabelecidos e firmados critérios, rotinas e procedimentos, e freqüentemente são criadas organizações, que serão responsáveis pela efetiva resposta à sociedade, dotadas de recursos e autoridade (SHEPSLE; BONCHEK, 1997).

Chamam atenção quatro elementos típicos das instituições: a divisão do trabalho e procedimentos comuns, a especialização do trabalho, as jurisdições e, por último, delegação e monitoramento, sob os quais se fundam as instituições e que devem ser contemplados, já que o objetivo é o desenvolvimento de um instrumental de aplicação geral para a compreensão e comparação das instituições.

A divisão do trabalho no contexto institucional promove uma utilização mais racional dos recursos disponíveis, trazendo ganhos de produtividade decorrentes da melhor separação de tarefas, além de induzir a criação de procedimentos regulares nos quais os indivíduos se fiam, de sorte a reduzir os custos de transação numa economia. Porém, o mais importante é que a divisão do trabalho e a definição de procedimentos, quando bem realizadas e forjadas em critérios transparentes e confiáveis, constituem um empecilho ao poder discricionário do dirigente da instituição (SHEPSLE; BONCHEK, 1997) ou mesmo ao tráfico de influência.

Quanto à especialização, tem a seguinte lógica: cada indivíduo possui seu próprio talento e aptidão, logo, cada um irá naturalmente buscar especializar-se no que lhe pareça mais adequado e rentável, ou seja, onde suas habilidades possam ser mais bem exercidas. Espera-se que as instituições se valham disso e explorem todo o potencial de seu capital humano, gerando aumento de produtividade pela formação de *experts* em cada área. Um aspecto relevante da corrupção é a sua associação negativa ao grau de profissionalização da mão-de-obra do setor público, medida em relação aos níveis de treinamento desta mão-de-obra e, também, às práticas de contratação e promoção criteriosas e justas dos funcionários públicos (KAUFMANN, 1998).

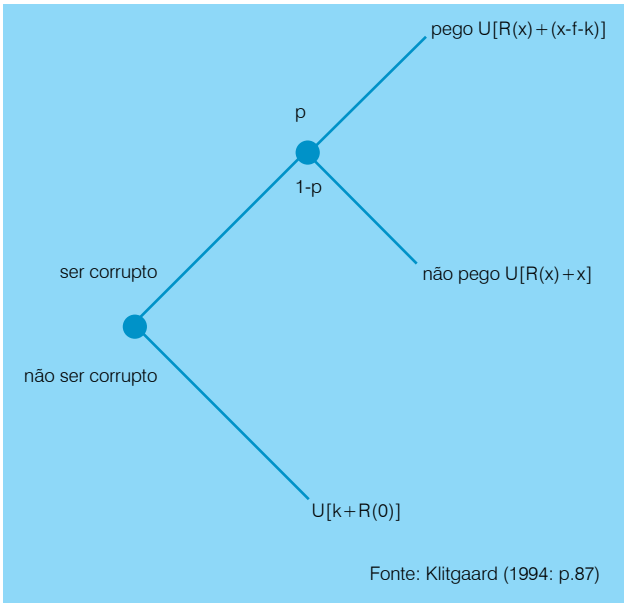
Um aspecto relevante da corrupção é a sua associação negativa ao grau de profissionalização da mão-de-obra do setor público

O terceiro elemento considerado refere-se à determinação de jurisdições; nada mais é que a indicação da área de atuação e atribuições de cada instituição. A aparente simplicidade do conceito esconde a *priori* sua relevância. De fato, jurisdições mal definidas implicam muitas vezes inoperância sobre determinadas questões sociais. Um exemplo típico é da Constituição brasileira, que discrimina em pormenores as atribuições das três esferas de governo, a federal, a estadual e a municipal, sem, no entanto, conferir a nenhuma delas a função de responder por questões residuais, não descritas textualmente. Eventuais lacunas acabam obtendo respostas somente após a intervenção judicial. A conseqüente morosidade e incerteza desse processo podem criar dificuldades de se estabelecerem marcos regulatórios bem resolvidos, o que, por sua vez, pode criar oportunidades à corrupção.

O último componente, 'delegação e monitoramento', é uma via de mão dupla. Se por um lado, a transmissão de autoridade é positiva, à medida que traz eficiência em razão da divisão do trabalho e da especialização, também exige, em contrapartida, o desenvolvimento de meios de monitoramento da ação dos agentes, de sorte a impedir que seus objetivos individuais se sobreponham ao interesse da instituição que, em última instância, é também o interesse coletivo. Cumpre papel importantíssimo aqui, a produção de estatísticas sobre a atividade do agente público e o acesso a essa informação (KLITGAARD, 1994).

O problema pode ser formalizado como segue:

Figura 1
Diagrama de decisão do agente



Fonte: Klitgaard (1994: p.87)

Onde k é a remuneração do agente, R (0) a satisfação moral por não ser corrupto, x o suborno por ser corrupto, p a probabilidade de o agente ser descoberto e punido caso seja corrupto, f a grandeza da punição, R (x) o custo moral por aceitar um suborno de x e U a utilidade do agente envolvido. Então, a utilidade esperada pelo agente por ser corrupto é:

UE = U / [R(x) + p (x – f – k) + (1 – p) x]. Se esta superar a remuneração por não ser corrupto, ele aceitará o suborno[3].

Assim, regras claras de contratação e promoção dos funcionários nas organizações, remuneração adequada e que valorize a produtividade servem para tornar o comportamento ilícito menos atraente. Também contribui para este fim o aumento nas punições e fiscalização, de tal sorte a aumentar a probabilidade de os agentes corruptos serem descobertos. Note que, a liberdade de imprensa afeta sobremaneira tanto a probabilidade de descoberta da corrupção, como significa, pela exposição pública, punição ao corrupto.

Verificação empírica - o mercado informal

Pretende-se nesta seção investigar a validade estatística da variável mercado informal. Para tanto, utiliza-se o indicador compilado pela Heritage Foundation e Wall Street Journal sobre a liberdade econômica dos países; este índice varia de 1 a 5 e resultados menores são mais desejáveis. Particularmente entre os fatores associados à liberdade econômica é de interesse aqui o indicador do Mercado Informal. A proxy escolhida para o nível de corrupção é o Índice de Percepção de Corrupção IPCorr da ONG Transparência Internacional.

O método de estimação escolhido foi o de regressão linear clássico. Por hipótese, o índice de corrupção percebida (IPCorr) é explicado pelo tamanho do mercado informal e pelo grau de liberdade de imprensa. A liberdade de imprensa é medida pela ONG Freedom House, fundada em 1941, em Nova York; a ONG dedica-se ao monitoramento e promoção da democracia em todo o mundo. Seus principais índices, que medem o respeito aos direitos políticos, à liberdade civil e à liberdade de imprensa, constam de sua publicação anual Freedom in the World – FHFW, e cobrem mais de 180 países em todo o mundo. Além de um amplo time de consultores, que inclui acadêmicos, jornalistas e ativistas sociais, a Freedom House tem uma equipe de especialistas que avalia e qualifica as informações recebidas. Seus dados primários são forjados a partir de *checklists* respondidas pelos consultores.

Por hipótese, o índice de corrupção percebida (IPCorr) é explicado pelo tamanho do mercado informal e pelo grau de liberdade de imprensa

O IPCorr varia entre zero e dez e quanto mais se aproxima de dez, menor a corrupção percebida. Os indicadores de mercado informal (IM) e liberdade de imprensa (PF) foram transformados de sorte a pertencerem à mesma escala do IPCorr. A amostra compreende 125 países relevantes e os dados referem-se ao ano de 2004.

Modelo estimado:

$$IPCorr = \beta_0 + \beta_1 IM + \beta_2 PF + \beta_3 PC$$

[3] Para um aprofundamento ver Carraro e Hilbretch (2003), Bac (1996) e Easkland e Thiele (1996).

Resultados da regressão:

$$IPCorr = 7.957 - 0.553\,IM - 0.115\,PF + 0{,}000\,PC \qquad DW = 1.97$$
$$(0{,}55) \quad (0{,}07) \quad (0{,}04) \quad (0{,}00)$$

Entre parênteses está o erro padrão. O coeficiente de determinação R2 é igual a 0,87, revelando um bom ajuste da reta de regressão à dispersão dos dados.

Na regressão acima os sinais dos coeficientes são os sinais esperados. Assim, existe uma relação inversa entre o tamanho do mercado informal e a ausência de corrupção percebida; o mesmo ocorre em relação à liberdade de imprensa. Os coeficientes foram estimados segundo o critério de consistência de White, para correção da heterocedasticidade detectada previamente pelo teste de White.

Os dados não apresentam autocorrelação espacial, como observado pela estatística de Durbin-Watson, e todos os coeficientes são estatisticamente diferentes de zero em um intervalo de confiança de 98%. A validade global da regressão é também garantida, como demonstra a estatística F; sob a hipótese nula de que os coeficientes são todos iguais a zero, rejeita-se a hipótese. Também os resíduos da regressão apresentam as características desejáveis, a saber, normalidade na distribuição e esperança matemática igual a zero.

O coeficiente associado à variável PIB per capta (PC) é quase nulo (5,49-5). Contudo, além de válida estatisticamente, a variável PC é uma *proxy* para o grau de desenvolvimento dos países, constituindo-se numa variável de controle da regressão.

Quanto aos valores, o coeficiente mais relevante é aquele associado ao mercado informal: quando este varia em uma unidade, o IPCorr varia negativamente, indicando maior corrupção, em -0,553. Quanto à liberdade de imprensa, capturada pelo índice PF, quando este é aumentado em uma unidade, diminuindo a liberdade de imprensa, o IC diminui em 0,11, ou seja, há um aumento na corrupção percebida.

Justifica-se a escolha das variáveis utilizadas no exercício empírico da seguinte forma: a variável PIB per capta (PC) representa uma variável de controle, à medida que se configura numa *proxy* para o grau de desenvolvimento. A variável liberdade de imprensa (PF) parece ser a mais robusta variável das diversas modelagens econométricas, mostrando-se sempre significativa. Constitui, portanto, a contribuição deste artigo, o teste estatístico da variável mercado informal (IM). Intuitivamente o que está sendo proposto é a existência de uma correlação negativa entre o tamanho do mercado informal de um país e a qualidade de suas instituições. Daí afirma-se a direção da causalidade: do tamanho do mercado informal para o nível de corrupção. Diversas especulações podem surgir aqui. Por exemplo, outra forma de se compreender o problema é a partir da hipótese de que quanto maior o mercado informal, maiores os recursos que ele movimenta, maior tenderá a ser a pressão sobre os funcionários públicos, fiscais ou políticos, pela corrupção.

A variável liberdade de imprensa (PF) parece ser a mais robusta variável das diversas modelagens econométricas, mostrando-se sempre significativa

Conclusão

Claramente a informação e o acesso à informação são fundamentais para a transparência do setor público que, por sua vez, importa sobremaneira para o devido monitoramento de seus agentes pela sociedade. É válido mencionar que em nenhum momento deve-se procurar eufemismo no trato da corrupção; é sim uma questão de moralidade e ética. No entanto, como foi visto, argumentar que os diferentes níveis em que é observada sejam fruto de diferenças entre os padrões éticos de cada cultura é certamente um equívoco.

Também é certo que instituições políticas mal desenvolvidas dificultam a já árdua tarefa de se eliminar ou, ao menos, minorar a corrupção na sociedade, já que não criam incentivos para isso. Quanto ao mercado informal, confirmou-se a suspeita de que é uma variável relevante na determinação do nível de corrupção, constituindo-se mais uma *front* no difícil combate à desonestidade na esfera pública.

Referências

ABRAMO, Cláudio Weber. Relações entre índices de percepção de corrupção e outros indicadores em

onze países da América Latina. Em *Cadernos Adenauer n° 10: Os custos da corrupção*, São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, dez. 2000.

BAC, Mehmet. Corruption and Supervision Costs in Hierarchies. *Journal of Comparative Economics*, vol. 22, p. 99-118, 1996.

BREI, Zani Andrade. Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. *Revista de Administração Pública*, n° 30 (1), Jan/Fev 1996.

BONCHEK, Mark. SHEPSLE, Kenneth. *Analyzing Politics: rationlity, behavior, and institutions*, New York, London, W. W. Norton & Company Inc, 1997.

ESKELAND, Gunnar; THIELE, Henrik. Corruption Under Moral Hazard. *Policy Research Working Papers Series*, n. 2204, 1999.

JAIN, Arvind. Models of corruption, em org. JAIN, Arvind. *Economics of corruption*, 2 ed. Boston, Kluwer Academic Publishers, 1998, 183 p.

KAUFMANN, Daniel. KRAY, Aart. ZOIDO-LOBATÓN, Pablo. Governance matters. The World Bank Development Research Group (Macroeconomic s and Growth) and World Bank Institute (Governance, Regulation and Finance) *(Policy Research Working Paper 2.196), Oct. 1999.*

KAUFMANN, Daniel. Research on corruption: critical issues, em org. JAIN, Arvind. *Economics of corruption*, 2 ed. Boston, Kluwer Academic Publishers, 1998.

KLITGAARD, Robert. *A corrupção sob controle*, tradução: Otávio Alves Velho, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1994.

MAURO, Paolo. Corruption and Growth. *Quarterly Journal of Economics*, p. 681-712, ago. 1995.

NORTH, Douglass. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge, UK. Cambridge Press, 1990. ROSE-ACKERMAN, Susan. A economia política da corrupção. Em Elliot, Kimberly, Corrupção e a Economia Global Brasília, ed. Unb, 2002, 354p.

SITE TRANSPARÊNCIA BRASIL. (www.transparência.org.br) *Corrupção no Brasil: A perspectiva do setor privado*, 2003. Abril de 2004. Acesso em: 20 mar. 2006.

SITE FREEDOM HOUSE. (www.freedomhouse.org). *Freedom of Press 2004. Table of Global Press Freedom Rankings*. Acesso em: 20 mar. 2006.

SITE HERITAGE FOUNDATION. (www.heritage.org). *Trade and economic freedom*. Acesso em: 20 mar. 2006.

ANIPES

Garantindo seu direito à informação.

16 institutos de pesquisa do país estão defendendo o seu direito à informação de qualidade.

É a Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística, hoje presidida pela SEI, que vem alcançando importantes conquistas na área estatística:

- Integração de trabalhos em rede
- Promoção de intercâmbio técnico com organismos internacionais
- Uniformização de metodologias de trabalhos em âmbito nacional
- Promoção da pesquisa e planejamento como etapas fundamentais para o crescimento do país.

Para conhecer melhor a ANIPES, acesse www.sei.ba.gov.br/anipes
Tel: (71) 3115-4822 / Fax: (71) 371- 1853

ANIPES
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO, PESQUISA E ESTATÍSTICA

Sobre a neutralidade da política fiscal

João Augusto Pessôa Lepikson*

A corrente hegemônica do pensamento econômico propaga a idéia de que existe apenas uma política macroeconômica correta, tecnicamente fundamentada e neutra. Segundo essa crença, não há mais espaço para políticas de direita ou de esquerda, existe apenas uma política correta, sendo que quaisquer outras são irresponsáveis, utópicas, ingênuas e populistas.

Dentro desse contexto, os ajustes econômicos se tornam pontuais e ficam limitados à esfera microeconômica. Assim, a discussão do modelo de ajuste fiscal, da política monetária, do câmbio flutuante e da livre mobilidade de capitais ficam distantes do centro do debate, ficando imunes às possíveis "irresponsabilidades" governamentais.

Propagam que as medidas responsáveis e corretas, no que concerne à política monetária, devem ser balizadas pelas metas inflacionárias, e a política fiscal por superávits primários capazes de conter o endividamento público. Ceder à tentação do crescimento alterando qualquer dos axiomas da política econômica "cientificamente respaldada" implicaria em pôr em risco a credibilidade da condução econômica.

O presente artigo tentará expor que essa neutralidade tão apregoada é, no mínimo, questionável e que a afirmação de que existe apenas uma única alternativa para a política econômica esconde, atrás de sua aparente neutralidade, interesses muito específicos que estão alinhados com a mudança na direção da acumulação financeira observada no capitalismo mundial, na qual o Estado cumpre um papel central.

Uma crítica à suposta neutralidade do ajustamento das finanças públicas brasileiras

A partir da década de 1980, após a crise da dívida pública, o ajustamento das contas públicas foi colocado como condição fundamental para o desenvolvimento econômico.

O ajuste fiscal adotado preconiza que seja alcançado um superávit primário suficiente para manter a relação entre a dívida pública e o PIB em nível aceitável pelos investidores, já que essa relação seria justamente o maior indicador da capacidade de o país arcar com suas obrigações financeiras. Assim, o ajuste foi constituído, sobretudo, por uma canalização do orçamento público para pagamento dos encargos dessas dívidas, desencadeando, inevitavelmente, um desajuste social.

Impôs-se, portanto, uma mudança do padrão dos gastos públicos. Assim, o que antes era gasto com promoção do crescimento e oferta de bens e serviços fundamentais foi convertido em pagamento dos juros da dívida pública, o que terminou por se constituir em um processo de transferências de renda aos especuladores.

Esse modelo de ajuste das finanças públicas no Brasil é constituído por cinco pilares básicos, que serão mais adiante explicados, a saber: i) contingenciamento dos recursos; ii) privatização e corte do gasto público; iii) elevação da carga tributária; iv) descentralização do gasto federal e reconcentração da receita na União; e v) desvinculação de receitas públicas.

O ajuste foi constituído, sobretudo, por uma canalização do orçamento público para pagamento dos encargos dessas dívidas

* Graduando da Faculdade de Ciências Econômicas - UFBA e bolsista do NEC
Email: japlepikson@yahoo.com.br

Contingenciamento dos recursos

Em épocas de inflação alta, bastava o governo postergar a liberação orçamentária para que ganhasse recursos extras. O valor nominal estabelecido no orçamento, ao ser liberado, geralmente no final do ano fiscal, representava apenas uma parcela do valor real. Essa diferença entre os valores real e nominal era usada pelo governo como ferramenta para aumentar sua disponibilidade de recursos.

Com a estabilização monetária, o bloqueio de recursos substituiu a simples postergação do repasse de verbas. Ou seja, o governo passou a bloquear a liberação de recursos previstos no orçamento para os gastos discricionários com o intuito de financiar o superávit fiscal.

Assim, recursos que poderiam estar promovendo o crescimento ou mesmo atuando para amenizar o abismo social brasileiro são, agora, liberados somente quando o superávit fiscal está garantido, caso contrário são bloqueados. Enfim, os gastos discricionários passaram a ser tratados como variável de ajuste da política fiscal, como o resto do aperto que se é obrigado a fazer para cumprir a meta de superávit para pagamento dos encargos da dívida.

Privatização e corte do gasto público

Com a redução da possibilidade de se conseguir recursos pela via das privatizações, que, na década de 1990, geraram uma receita extra aos cofres públicos estimada em US$ 100 bilhões, houve a necessidade de redução dos investimentos públicos para o cumprimento da meta principal da política fiscal, o superávit primário.

Os gastos obrigatórios (constitucionalmente vinculados), como o próprio nome sugere, não são passíveis de cortes e representam cerca de 90% do orçamento. Obviamente, portanto, o peso dos cortes recai, principalmente, sobre os investimentos.

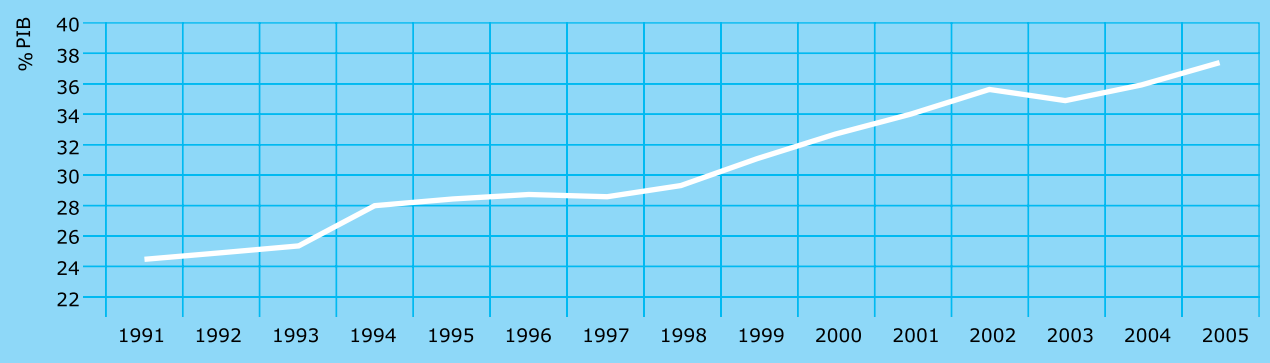
Os investimentos públicos, que em tempos não muito remotos eram grandes promotores e estimuladores do crescimento econômico, foram diminuídos a níveis muito aquém do necessário. Em 2005, por exemplo, enquanto o superávit primário foi de 4,58% do PIB, os investimentos públicos federais não representaram mais do que 1% do PIB, para ser mais exato, totalizaram 0,88%. Há duas décadas, os inve stimentos da União representavam 16% do total de gastos não financeiros. Hoje, não passam de 3%.

Há duas décadas, os investimentos da União representavam 16% do total de gastos não financeiros. Hoje, não passam de 3%

Elevação da carga tributária

A carga tributária que, em 1991, era de 24,4% do PIB, hoje ronda os 40% (Gráfico 1). É importante ressaltar que, por ser um sistema de tributação com base extremamente regressiva, uma vez que se assenta, sobretudo, em impostos indiretos, o incremento na ar-

Gráfico 1
Carga tributária total: Brasil, 1991 - 2005



Fonte: IBPT

recadação recaiu principalmente sobre a parcela mais pobre da população. Esta, mesmo pagando proporcionalmente mais impostos, não viu os serviços públicos serem universalizados.

Descentralização do gasto federal e reconcentração das receitas na União

A transferência de parte das despesas da União para estados e municípios sem a conseqüente descentralização da receita fiscal disponível é mais um dos pilares do ajuste fiscal.

Segundo Márcio Pochmann, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, em 2004, a União respondeu por 49,4% do gasto nacional com saúde (24,8% pelos estados e 25,6% pelos municípios), enquanto em 1994 era responsável por 60,7% do total (22,1% pelos estados e 17,2% pelos municípios). Porém, essa transferência de 11,3 p.p. do gasto nacional com saúde da União para estados e municípios não foi acompanhada por uma descentralização proporcional das receitas (Gráfico 2).

Parece claro, a partir da observação do gráfico anterior, que sem uma contrapartida da receita fiscal disponível, a descentralização dos gastos sociais termina, por muitas vezes, determinando uma degradação na oferta de bens e serviços públicos.

Desvinculação de receitas

Hoje, 20% das receitas vinculadas ao gasto social têm sido usadas livremente, principalmente, na composição do superávit primário.

Em 2004, por exemplo, calcula-se que a carga tributária social do governo federal (impostos e contribuições vinculados ao gasto social) tenha representado 15,9% do PIB. Em 1995, esse número era 11,3%.

Nesse mesmo intervalo de tempo, o gasto social passou de 10,9% para cerca de 13,5% do PIB. Ou seja, a arrecadação social aumentou 40,7% enquanto a despesa social subiu 23,8%. Isto possibilitou a elevação do superávit primário social do governo federal de 0,4% do PIB em 1995 para 2,4% do PIB em 2004, valor esse que correspondeu a 33,1% dos R$ 128,3 bilhões comprometidos com o pagamento de juros da dívida pública naquele ano.

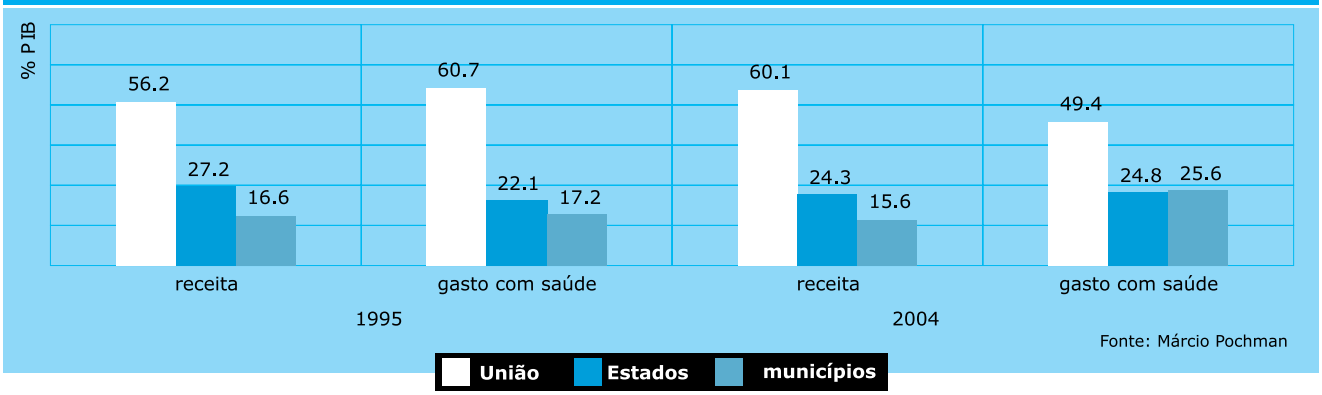
Crítica ao modelo

É fato que todos os pilares do ajuste fiscal apresentados acima têm o mesmo sentido: canalizam recursos que poderiam, e eram, gastos em investimentos e em oferta de bens e serviços públicos para o pagamento dos encargos da dívida pública.

Este modelo de desenvolvimento, propalado pelo *main stream* como o único "cientificamente correto" e adotado pelos condutores da política econômica brasileira, preconiza que o Estado deve ter sua ação limitada pela busca da estabilidade de preços e, assim, como que por geração espontânea, os investidores privados tomariam a iniciativa do crescimento.

Como conseqüência, a economia brasileira encontra-se bastante deprimida por conta das sistemáticas contrações do consumo e do investimento, estes componentes de grande peso na demanda efetiva. Assim, sem o estímulo à demanda efetiva, mesmo a

Gráfico 2
Receita x Gasto com saúde: Brasil, 1995/2004



A economia brasileira encontra-se bastante deprimida por conta das sistemáticas contrações do consumo e do investimento

recuperação dos investimentos baseada nos setores exportadores e na ampliação esporádica do consumo via expansão do crédito não tem sido suficiente para assegurar um crescimento sustentado.

Se somados ao quadro desenhado anteriormente, a exaustão da infra-estrutura brasileira, a política de altíssimas taxas de juros, dificilmente se poderá conjeturar uma ampliação da taxa de investimento produtivo privado capaz de fazer com que a economia volte a crescer solidamente sem um retorno expressivo do investimento público que, aliás, no Brasil, historicamente precede o investimento privado.

A conjuntura recente como exemplo

Os dados da conjuntura recente são bastante elucidativos acerca do que se vem mostrando neste artigo.

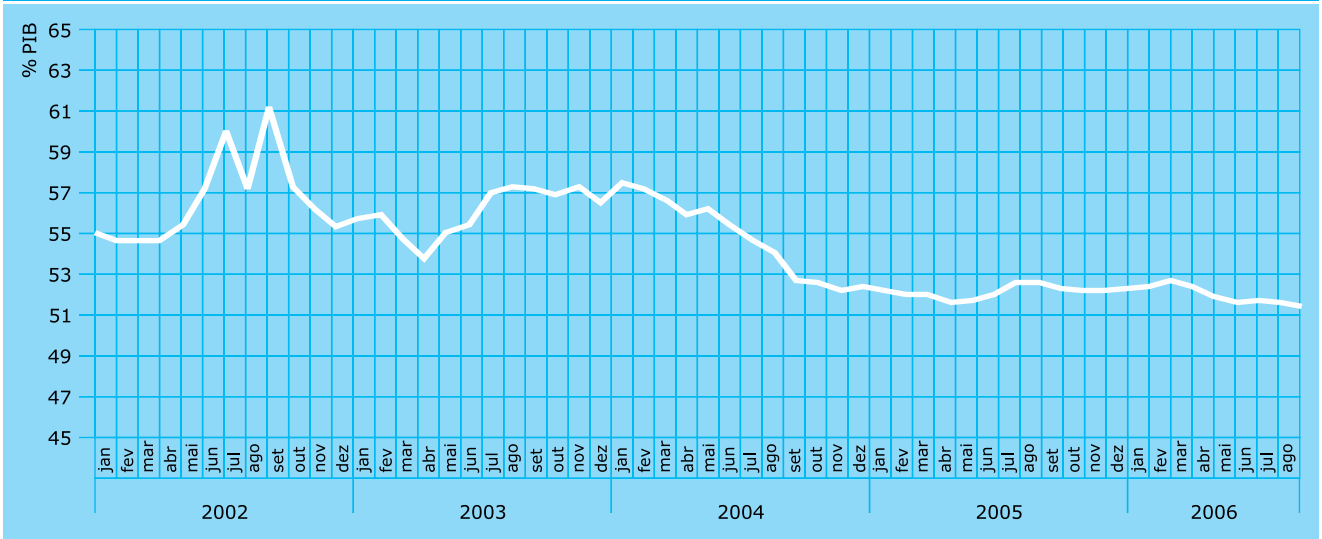
Apesar do que foi dito anteriormente acerca das medidas do ajuste fiscal, o esforço, não obstante tenha estabilizado a relação dívida pública/PIB (Gráfico 3) em torno de 50% do PIB (50,1% em setembro), não conseguiu conter o crescimento do estoque da dívida pública (R$ 1,039 trilhão em setembro).

Os números referentes ao mês de agosto são bastante ilustrativos no que tange ao esforço e aos resultados da tentativa de controle da relação dívida/PIB. O superávit fiscal de agosto (R$ 13,2 bilhões, número recorde para o mês na série estatística do Banco Central) contribuiu com uma queda da dívida líquida de 0,6 ponto percentual, enquanto os juros nominais tiveram um impacto para cima de 0,8 ponto percentual do PIB e o crescimento econômico contribuiu com 0,4 ponto percentual na redução do indicador. Somados esses valores, percebe-se uma redução de apenas 0,2 p.p. na relação dívida pública/PIB do mês de julho (50,5%) para o mês de agosto (50,3%).

Esse superávit, como dito, co-responsável pela queda da relação dívida/PIB, porém, não foi fruto de corte de gastos nem de aumento da arrecadação tributária, mas de um enorme repasse de dividendos das estatais (R$ 9,6 bilhões no acumulado do ano até agosto) aliado ao aumento da receita conseqüente do programa de refinanciamento de dívidas (REFIS 3). Esses repasses, associados a uma maior economia dos Estados e municípios, permitiram, inclusive, um aumento dos gastos federais e redução da meta de superávit do governo central de 2,5% para 2,45% do PIB.

Os gastos federais, por sinal, pela primeira vez no governo Lula, cresceram mais do que as receitas. Enquan-

Gráfico 3
Dívida total setor público: Brasil, Jan/2002 - Ago/2006



Fonte: Bacen

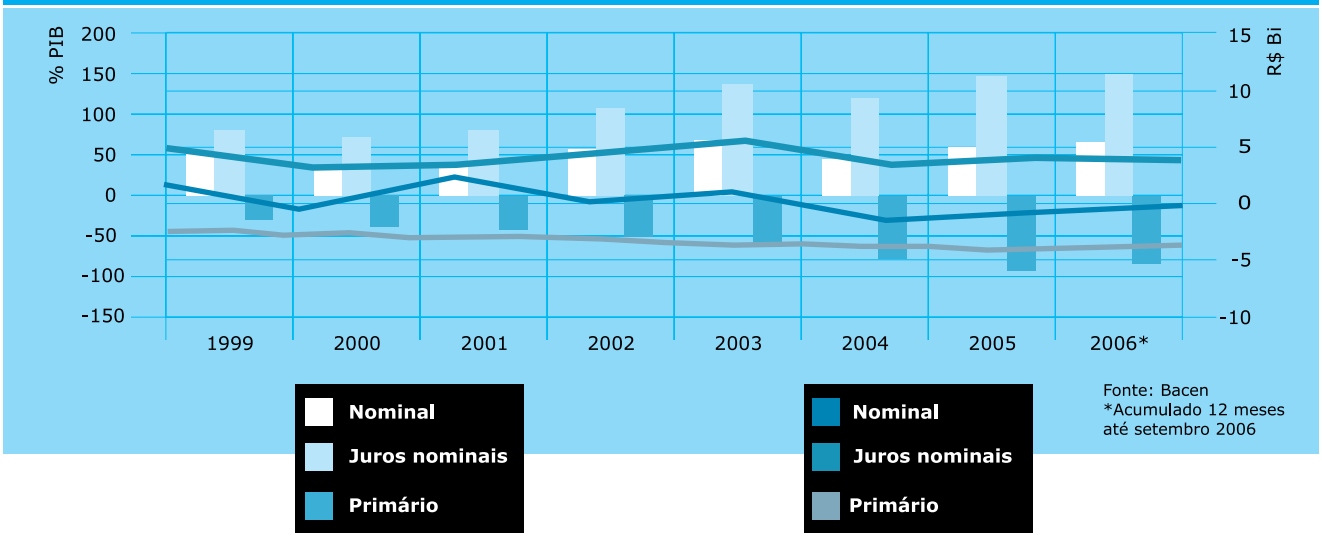
to estas aumentaram 11,8% no acumulado do ano até agosto, as despesas tiveram um incremento de 13,9%.

O aperto fiscal concretizado no superávit primário, porém, não tem sido suficiente para arcar com todos os encargos da dívida, fazendo com que seu estoque mantenha uma trajetória ascendente. Segundo dados do Banco Central, no acumulado de 12 meses fechado em setembro de 2006, por exemplo, a incidência de juros foi de R$ 158,7 bilhões (7,76% do PIB), enquanto o superávit do setor público foi de "apenas" R$ 87,49 bilhões (4,28 % do PIB), ou seja, foram somados R$ 71,1 bilhões (3,48% do PIB) ao estoque da dívida pública nos últimos 12 meses. Eis a "pequena" necessidade de financiamento do setor público no referido período (Gráfico 4).

Os números da incidência de juros são exemplo inconteste do direcionamento do ajuste fiscal. No acumulado de janeiro a setembro, os juros somaram R$ 121,6 bilhões, cerca de quinze vezes o valor que deve ser destinado ao Bolsa-Famíl ia, maior programa social do governo federal, durante todo o ano de 2006.

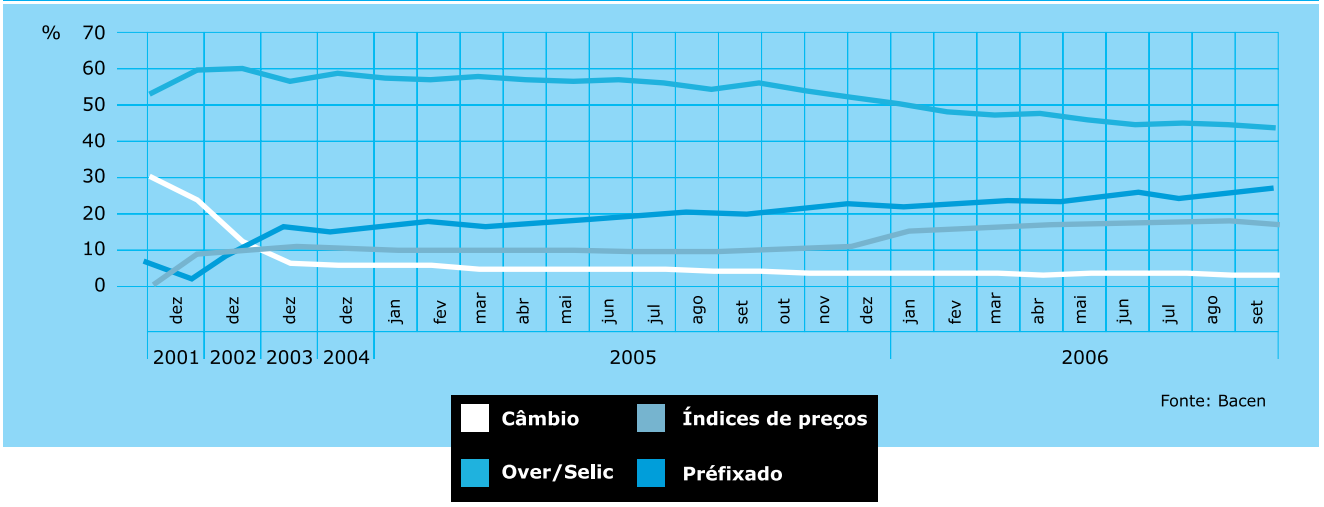
O governo ainda não conseguiu, mesmo com os continuados cortes na taxa básica de juros (SELIC), reduzir de maneira significativa seus gastos com juros. Isso é decorrência da própria estratégia de gestão da dívida mobiliária pública, que se baseia em contínua troca de papéis atrelados à SELIC por papéis prefixados ou corrigidos por índices de preço, como demonstrado no Gráfico 5.

Gráfico 4
Necessidade de financiamento do setor público: Brasil, 1999 - 2006*



Fonte: Bacen
*Acumulado 12 meses até setembro 2006

Gráfico 5
Perfil da dívida mobiliária do setor público: Brasil, Dez/2001 - Dez/2004; Jan/2005 - Set/2006



Fonte: Bacen

Essa redução da participação dos títulos pós-fixados, que absorvem mais rapidamente os impactos da queda da taxa básica de juros, fez com que a sensibilidade da dívida à variação da SELIC diminuísse. Em agosto de 2006, quando a participação dos títulos atrelado à SELIC era de 42,5% do total da dívida pública mobiliária, uma baixa de 1 ponto percentual naquela taxa, mantida por 12 meses, teria impacto de 0,28 ponto na dívida líquida; alguns anos atrás, o impacto seria de 0,32 ponto, pois os títulos corrigidos pela SELIC representavam, na época, 56,4% do total da dívida pública mobiliária (RIBEIRO, 2006).

A vantagem dessa política é que, no caso de um aumento na taxa básica de juros, o impacto sobre a dívida pública será amenizado, o que, em certa medida, dá maior margem de manobra aos gestores da política econômica. A desvantagem está no custo mais alto dos títulos prefixados ou indexados à inflação em relação à SELIC, que permanece em trajetória descendente.

Conclusão

Os números provam que as metas traçadas pelo modelo de ajuste fiscal vêm sendo atingidas com competência pela equipe econômica. Porém, há que se perguntar quem paga a conta desse ajuste. Pelo que foi exposto, o direcionamento da política é evidente. A resposta, portanto, mostra-se de forma nítida e inconteste.

Mesmo acreditando na manutenção da estabilidade das contas públicas como ponto fundamental e necessário da política econômica, é preciso encontrar um outro caminho que não os cortes dos investimentos públicos aliados ao aumento da carga tributária. Talvez tenha chegado o tempo de se apostar mais no crescimento do denominador da relação dívida/PIB do que tentar frear a expansão do seu numerador, já que isso implica em grande sacrifício à população.

Se há alguma política econômica neutra, certamente não é esta que se apresenta. Na verdade, não cabe acreditar na existência de uma única política neutra. Há que se pensar em uma proposta alternativa que não se esconda atrás de uma suposta neutralidade e que preconize explicitamente o crescimento e a inclusão social.

Já que não existe neutralidade na política econômica, por que não questionar os seus axiomas? Por que não questionar a rigidez da meta de inflação, a política de altos superávits primários, de liberdade cambial, de livre mobilidade de capital?

Fixar uma meta inflacionária mais condizente com a realidade brasileira, permitindo uma queda gradual, porém rápida, das taxas de juros abriria espaço, mesmo mantendo as contas públicas sob controle, para uma maior taxa de investimento público. Paralelamente, uma política de controle do fluxo de capitais permitiria uma maior previsibilidade da taxa de câmbio, permitindo que os investidores traçassem planos de mais longo prazo. No mesmo sentido, uma política de desvalorização cambial daria novo fôlego ao setor exportador.

Desfeita a idéia de neutralidade dessa política econômica, com a inflação sob controle e as contas nacionais mais sólidas, é chegado o tempo de mudar as prioridades econômicas e sociais do governo. É chegado o tempo de preconizar o crescimento econômico e, conseqüentemente, a inclusão social como fim da política econômica.

Referências

AGÊNCIAS NOTICIOSAS. IPCA mantém espaço para juro menor. *Valor Econômico,* São Paulo. 09 out. 2006. p. A5.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Indicadores de conjuntura*. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em: 17 out. 2006.

BELLUZO, Luiz Gonzaga; CARNEIRO, Ricardo. Bloqueios ao crescimento. *Política Econômica em Foco*, n. 3, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim_cecon3.asp>. Acesso em: 15 out. 2006.

CRUZ, Ney Hayashi da. Queda da Selic não derruba gasto com juros da dívida. *Folha de São Paulo*, Brasília. 28 set. 2006. p. B6.

INDICADORES consolidados. Banco Central. Disponível em: <www.bc.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2006.

IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2005.

IZAGUIRRE, Mônica. Para fazer superávit, o governo federal define corte de gastos. *Valor Econômico*, Brasília, 26 set. 2006. p. A6.

PATU, Gustavo. Após elevar gastos, governo corta R$ 1,6 bi do orçamento. *Folha de São Paulo*, Brasília, 26 set. 2006. p. B1.

POCHMANN, Marcio. *Déficit público nominal zero e custos sociais*. Disponível em: <www.acaopopularsocialista.org.br/textos/estudo_pochmann.pdf>. Acesso em: 20 out. 2006.

RIBEIRO, Alex. Receita extra ajuda governo a atingir superávit recorde. *Valor Econômico*, Brasília, 28 set. 2006. p. A3.

SOFIA, Julianna. Dívida interna cresce R$ 25 bi em agosto. *Folha de São Paulo*, Brasília, 14 set. 2006. p. B4.

Investimentos industriais previstos para o estado da Bahia totalizam R$ 11,2 bilhões

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2006-2010, totalizaram um volume da ordem de R$ 11,2 bilhões, agregando 479 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Quanto à situação dos investimentos, observa-se que 53% estão em ampliações de unidades industriais, representando cerca de R$ 5,9 bilhões em 100 projetos, enquanto aproximadamente 47% encontram-se em implantações e 0,2% em reativações, somando recursos na ordem de R$ 5,2 bilhões em 379 projetos.

No que diz respeito ao complexo de atividade econômica, verifica-se que 57% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (39%) e Químico-Petroquímico (18%), perfazendo R$ 6,3 bilhões em 108 projetos. Os demais respondem por R$ 4,8 bilhões distribuídos em 371 projetos, notadamente no complexo Agroalimentar, com participação de 10,2%.

Analisando os investimentos quanto à localização, indicado pelos eixos de desenvolvimento, conclui-se que o eixo Metropolitano concentra 50% dos investimentos previstos, representados num volume de R$ 5,6 bilhões, e responde por 52% dos projetos (251). Os demais eixos agregam montante na ordem de R$ 5,6 bilhões alocados em 228 projetos, com destaque para o eixo Extremo Sul, que é responsável por 30% dos investimentos.

Em relação ao número de empregos previstos, tem-se a expectativa que os empreendimentos industriais gerem 63.763 postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano (41%) e Grande Recôncavo (20%) absorvem aproximadamente 61% dos empregos, ou 38.772 novos postos. Os restantes respondem por 39% dos empregos, especialmente o eixo Mata Atlântica, respondendo por 11% dos empregos (7.259 novos postos).

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: os incentivos especiais para o setor de informática, em 1995; o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes, em 1997; e o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica, em 1998, além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2006, encontram-se a Peroxy Bahia Indústria Química, a Unipoli Indústria e Comércio de Embalagens, a Barry Callebault Brasil S/A, a Oxiteno Nordeste S/A Indústria e Comércio, a Qualitycal Indústria e Comércio Ltda e a ETEP Indústria Metalúrgica Ltda.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2006 - 2010

Complexo	Volume (R$1.000,00)	Nº. Projetos
Agroalimentar	1.144.496	78
Atividade mineral e beneficiamento	514.328	26
Calçados/Têxtil/Confecções	1.004.239	58
Complexo madeireiro	4.327.981	16
Eletroeletrônico	221.100	63
Metal-mecânico	496.272	45
Químico-petroquímico	2.029.931	92
Reciclagem	1.156	1
Transformação petroquímica	820.404	90
Outros	638.390	10
Total	**11.198.297**	**479**

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC-SEI
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/11/06

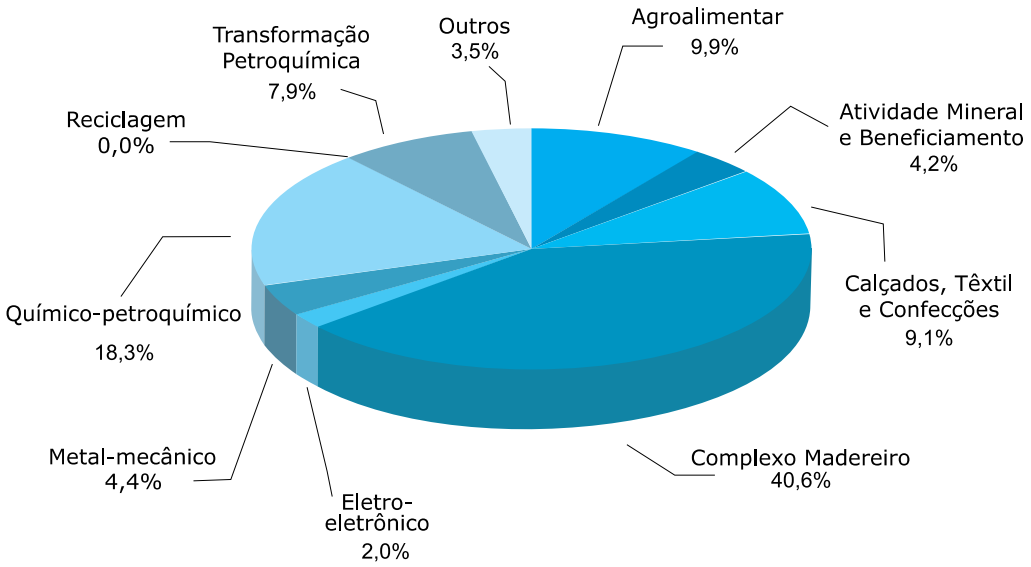
Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2006 - 2010

Eixo	Volume (R$1.000,00)	Nº. Projetos
Baixo Médio São Francisco	49.439	7
Chapada Norte	86.581	10
Chapada Sul	4.890	4
Extremo Sul	3.376.221	16
Grande Recôncavo	502.552	70
Irecê do São Francisco	22.193	2
Mata Atlântica	248.735	51
Médio São Francisco	3.000	1
Metropolitano	5.564.248	251
Nordeste	41.860	8
Oeste do São Francisco	253.348	6
Planalto Central	293.378	2
Planalto Sudoeste	214.632	38
A Definir	537.220	13
Total	**11.198.297**	**479**

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC-SEI
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/11/06.

Investimentos previstos para a Bahia - 2006/2010

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC - SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* da SEI, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

C&P

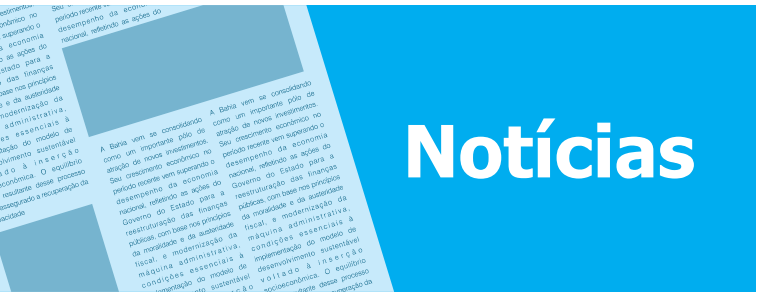
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.
Informações: **www.sei.ba.gov.br**

SEI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA



Notícias

Negócios

Grupos hoteleiros investem na Bahia

Dois dos maiores grupos hoteleiros da Europa confirmaram investimentos na Bahia para o próximo ano. O Grupo Meliá, primeiro colocado no ranking dos hotéis espanhóis, e o RIU, segunda maior cadeia de hotéis da Espanha, vão construir 1,2 mil apartamentos na Costa dos Coqueiros – metade para a categoria turística e a outra metade para a superluxo –, como parte de um pacote de investimentos de US$ 1,3 bilhão, a ser integralizado até 2010.

O Meliá comprou uma área na Praia de Genipabu, na Costa dos Coqueiros, onde vai aplicar US$ 300 milhões na construção de três hotéis, um campo de golfe e um condomínio residencial-turístico. Já o RIU vai construir e operar dois dos três hotéis previstos para a área adquirida em Praia do Forte pelo Grupo Trusam, que projeta investimentos de mais US$ 1 bilhão para os três complexos.

O crescimento turístico na Bahia está pautado no respeito ao meio ambiente, uma vez que o sistema de licenciamento ambiental feito pelo CRA é reconhecido como um dos mais rígidos do Brasil. Até 2010, estão previstos mais de US$ 3 bilhões de investimentos privados no setor, gerando cerca de 23 mil empregos diretos. O grupo IberoStar, também espanhol, já opera desde o primeiro semestre deste ano com o seu primeiro resort em Praia do Forte: o Iberostar Golf Spa Resort e Village. Quando estiver totalmente concluído, em 2010, o empreendimento vai responder por investimentos de mais de US$ 300 milhões com seu megacomplexo de três hotéis, 208 casas e campo de golfe.

Para absorver todos esses investimentos, o governo da Bahia terá investido R$ 5,3 bilhões em obras de infra-estrutura, de 1991 até este ano. São obras de saneamento, estradas, aeroportos, proteção ambiental e melhoria da qualidade do atendimento. Na Reserva Imbassaí – complexo de hotéis e 184 casas do grupo português Reta Atlântico –, o grupo espanhol Fiesta vai construir e administrar dois hotéis. Em 2012, quando estiver totalmente pronto, representará um investimento de US$ 85 milhões. Em Imbassaí, o grupo italiano Orissio investirá cerca de US$ 20 milhões nos resorts Orissio Norte e Orissio Sul, com 2 mil novos apartamentos.

Em Baixio, no município de Esplanada, Costa dos Coqueiros, o grupo espanhol GrupAce adquiriu 14 quilômetros de litoral para implantar 10 resorts, três campos de golfe e equipamentos de lazer e turismo que vão transformar a região em um dos principais destinos turísticos do Brasil. A projeção de investimentos é de US$ 300 milhões. Também no primeiro semestre deste ano foram inaugurados o Hotel Resort Vila Galé Marés, em Guarajuba, representando investimentos de US$ 28 milhões do grupo português Vila Galé e o Bahia Plaza Resort, em Busca Vida, do grupo hoteleiro gaúcho Plaza, que investiu US$ 12 milhões em seu primeiro hotel no Nordeste.

Além da Costa dos Coqueiros, onde se concentra a maior parte dos novos hotéis, outras regiões turísticas da Bahia aparecem no mapa de investimentos internacionais. Em Canavieiras, será implantado o segundo Superclube Breezes da Bahia – o primeiro foi em Sauípe – na Praia de Atalaia, com investimentos previstos de US$ 12 milhões. Em Trancoso, na Costa do Descobrimento, será instalado o segundo resort Txai, representando investimentos de US$ 7 milhões, cuja conclusão está programada para 2008.

Grupos hoteleiros da Espanha anunciam investimentos na Bahia. Diário Oficial, 08/11/2006.

Iniciativa promove oportunidades de emprego no subúrbio ferroviário

Um projeto que integra habitação e geração de empregos. Assim pode ser definido o Parque Empresarial Moradas da Lagoa, inaugurado ontem no bairro de Fazenda Coutos (BA-528) pelo governador Paulo Souto. São 14 galpões para abrigar indústrias não-poluentes, gerando 2,4 mil postos de trabalho para moradores do Loteamento Moradas da Lagoa e arredores.

A segunda etapa do projeto prevê a construção de mais nove galpões no local. Das indústrias que farão parte desse conjunto, quatro estão em fase de opera-

ção e pré-operação, sete em implantação e três com projetos em análise.

Com um investimento superior a R$ 31 milhões (recursos públicos e privados), o parque ocupa uma área de mais de 130 mil metros quadrados, incluindo galpões, administração, refeitório e área verde. Ele fica ao lado do Loteamento Moradas da Lagoa, entre os bairros de Coutos e Valéria, criado para oferecer moradia digna para famílias de baixa renda.

As empresas são Tideli (móveis), Docan (têxtil), K Confecção, K Confec/Via Marina, Pereira Borges, Natybel, Venor, Foruel (confecção), Mayor (limpeza), Fortiori (vestuário), S&M Indústrias de Papéis (papel), Minas Bahia (alimentos), T&D Material Elétrico (material elétrico) e Spumacar (sistema Ford).

Iniciativa promove oportunidades de emprego no subúrbio ferroviário. Diário Oficial, 11/11/2006.

Sul do estado ganha nova fábrica

A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) está instalando uma fábrica de chocolate e derivados no Centro de Desenvolvimento Tecnológico e Treinamento, localizado na sede regional do órgão, na rodovia que liga Ilhéus a Itabuna. O objetivo da iniciativa é aprimorar e difundir tecnologias inovadoras que permitam agregar valor ao cacau e outros produtos da região. O projeto conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (Fapesb), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Segundo a assessoria do órgão, a fábrica vai produzir chocolate, liquor, torta e manteiga de cacau. A idéia da Ceplac é, a partir dessa unidade piloto, estimular a instalação de miniindústrias nos municípios da região cacaueira. Gustavo Moura, diretor geral da Ceplac, adianta que estão alocados recursos da ordem de R$400 mil, já em processo de licitação, para a conclusão da segunda etapa da fábrica, que vai produzir sucos, doces, aguardentes, conservas, polpas, geléias e licores a partir de frutas regionais como cajá, banana, graviola, abacaxi, coco, maracujá, jenipapo e outros.

Na avaliação do dirigente, além das tecnologias adotadas no processo de recuperação da lavoura cacaueira, renegociação das dívidas e busca de novas linhas de crédito de custeio e investimento, é necessário "verticalizar a produção, visando agregar valor, gerar empregos e elevar a renda dos produtores". Ele considera que o cacau continua sendo uma importante fonte para o desenvolvimento sustentável da região, por suas características ambientais e econômicas.

Sul do estado ganha nova fábrica. Correio da Bahia, 20/11/2006.

Ação Governamental

Estado prepara novos professores de história

Eles já estão acostumados a fazer uma viagem ao passado e contar aos alunos a história das civilizações. Mas a partir de agora estarão mais capacitados para o ensino da disciplina. É que foi iniciado nesta semana, no auditório da Fundação Luís Eduardo Magalhães (Flem), o curso de licenciatura em História para 350 professores do Estado.

Oriundos de diversas localidades da Bahia, os professores devem concluir nos próximos quatro anos a licenciatura oferecida pela Secretaria da Educação (SEC), através de um convênio firmado com a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), no âmbito do programa Pró-licenciatura, do Ministério da Educação.

O objetivo do curso, realizado na modalidade educação à distância, é licenciar os professores em exercício por meio de formação consistente e contextualizada em sua área de atuação. As atividades presenciais são ministradas em sete pólos ligados à Rede Educação. No total, a SEC ofereceu este ano quase 5 mil vagas nos cursos de formação inicial.

Entre as vantagens oferecidas pelo curso, os professores apontam a flexibilidade dos horários de estudo. Isso porque, como já estão inseridos no mercado, seria muito difícil conciliar o trabalho com um curso presencial.

Professores do Estado iniciam curso de licenciatura em História. Diário Oficial, 10/11/2006.

Baixo Sul auferiu US$ 2,2 milhões

Em Ituberá, a 308 quilômetros de Salvador, foi assinado um convênio entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Instituto de Desenvolvimento

Sustentável do Baixo Sul (Ides) para a doação de US$ 2,2 milhões. A verba será aplicada na execução do Programa de Fomento à Produção Integrada e Ambientalmente Sustentável em Áreas de Proteção Ambiental. Do valor doado, metade vem do BID e a outra metade da Fundação Odebrecht, parceira do Ides.

O convênio significa a solidificação do progresso, do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental. O Programa de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Baixo Sul, que está presente em 11 municípios, é realizado em uma parceria entre os governos estadual e federal e a Fundação Odebrecht. O programa atua em quatro eixos básicos: capital produtivo, humano, social e ambiental. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de áreas rurais, por meio da produção integrada das cadeias produtivas.

O Baixo Sul possui quatro cadeias produtivas – aqüicultura (criação de tilápias e de ostras), palmito, mandioca e piaçava –, todas lideradas por cooperativas, que reúnem cerca de 2,2 mil famílias de agricultores e 74 de aqüicultores. Os novos investimentos vão fortalecer as cooperativas já envolvidas no programa e mais 540. As ações serão realizadas através de capacitação de produtores, certificação de produtos e processos, apoio ao acesso a novos mercados e sistematização, monitoramento e multiplicação dos resultados dos projetos.

Na esfera do capital produtivo, foram estruturadas cadeias produtivas gerando emprego e renda. Em capital humano, o programa se subdivide nos projetos Casas Familiares: Rural e Mar e Casa do Jovem. O primeiro fornece educação profissional, formando empresários rurais e aqüícolas, futuros líderes de suas respectivas comunidades e responsáveis por ajudar a construir o patrimônio moral e material indispensável ao desenvolvimento sustentável.

Já o projeto Casa do Jovem objetiva desenvolver uma educação rural de qualidade, gratuita, orientada para o trabalho e cujo foco resida na formação de pessoas donas de seus próprios destinos. Ele inclui ainda a capacitação de professores. Por fim, a vertente capital social implementa o Instituto Direito e Cidadania, que promove condições favoráveis para o exercício pleno da cidadania, com foco na organização e no fortalecimento da área social, por meio dos projetos Direito e Cidadania e Balcões de Direitos.

Baixo Sul recebe US$ 2,2 milhões. Diário Oficial, 13/11/2006.

Credibahia já financiou R$ 21 milhões em microcrédito

Segunda maior instituição de fomento a atuar com microcrédito no estado, atrás apenas do Banco do Nordeste, a Desenbahia já financiou 17,4 mil contratos via Credibahia desde que foi criado, em 2002, somando mais de R$ 21 milhões. O microcrédito, segundo o presidente da Desenbahia, Vladson Menezes, é uma das grandes opções de inclusão social, por ampliar as perspectivas para pessoas até então excluídas do processo produtivo. Com pequenos recursos, emprestados em condições especiais, esses cidadãos podem iniciar ou manter pequenos negócios. Os empréstimos máximos são de R$ 5 mil, para os que pagaram em dia contratos anteriores. O primeiro financiamento, para aquisição de matéria-prima, por exemplo, é limitado em R$ 2 mil. Menezes ressalta que o Credibahia tem as melhores condições do mercado, com juros de 1,8% ao mês para o primeiro contrato e dispensa de taxa de abertura de crédito.

Outro ponto positivo do Credibahia, observa o dirigente, é a tramitação desburocratizada da linha, que permite a liberação do dinheiro em um prazo de aproximadamente dez dias. A agência de fomento tem postos em 122 municípios do estado. Para 2007, segundo Vladson Menezes, o orçamento prevê mais R$ 24 milhões, com a possibilidade de ampliação a depender da demanda. Dos postos já implantados, o campeão de contratos é o de Teixeira de Freitas, no extremo-sul do estado, com 1.535 financiamentos assinados até outubro, totalizando R$ 2,1 milhões.

A carteira ativa do Credibahia conta com um montante de financiamentos de R$ 8,6 milhões, distribuídos entre os 124 postos (dois na capital). Em volume de recursos aplicados, a participação do programa no mercado de microcrédito produtivo da Bahia já está em 25%, ficando em 18,5% em quantidade de contratos, segundo a Gerência de Microfinanças da agência.

O Banco do Nordeste (Crediamigo) responde por 54% em termos de valor e 60% em quantidade de contratos de microcrédito produtivo no estado. Os outros 21% são disponibilizados por oito organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) especializadas em microcrédito. O índice de renovação de contratos é de 63%.

Credibahia já financiou R$ 21 milhões em microcrédito. Correio da Bahia, 20/11/2006.

União

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.957, de 07 de novembro de 2006 – Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução nº 1.718, de 14 de outubro de 2006, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a qual, entre outras disposições, proíbe a transferência de armamento convencional e de bens e tecnologias sensíveis envolvendo a República Popular e Democrática da Coréia e estabelece restrições de viagem, congelamento de fundos, ativos financeiros e recursos econômicos de indivíduos e entidades envolvidos em programas nucleares, missilísticos e de outras armas de destruição em massa naquele País.

Decreto nº 5.963, de 14 de novembro de 2006 – Dispõe sobre a execução do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 38, de 30 de maio de 2006, assinado ao amparo do artigo 25 do Tratado de Montevidéu, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana.

Decreto nº 5.969, de 21 de novembro de 2006 – Promulga a Decisão no 18/05, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que dispõe sobre a Integração e o Funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – FOCEM, adotada em Assunção, em 19 de junho de 2005.

Decreto nº 5.971, de 28 de novembro de 2006 – Altera o Programa de Dispêndios Globais – PDG das empresas estatais federais, aprovado pelo Decreto nº 5.567, de 26 de outubro de 2005, e dá outras providências.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 328, de 01 de novembro de 2006 – Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados e aos Municípios, no exercício de 2006, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Medida provisória nº 330, de 09 de novembro de 2006 – Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo ELETROBRÁS, no valor total de R$ 106.726.769,00, para os fins que especifica.

Atos do poder legislativo

Leis

Lei nº 11.366, de 09 de novembro de 2006 – Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS, no valor total de R$ 14.875.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais), para os fins que especifica.

Lei nº 11.370, de 28 de novembro de 2006 – Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R$ 698.797.766,00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica.

Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006 – Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

Gabinete do Ministro da Fazenda

Portarias

Portaria nº 364, de 01 de novembro de 2006 – Altera a Portaria MF nº 204, de 22 de agosto de 1996, que

estabelece termos e condições para a instalação e o funcionamento de lojas francas no País.

Secretaria da Receita Federal

Instruções Normativas

Instrução Normativa nº 690, de 21 de novembro de 2006 – Revoga Instrução Normativa SRF nº 236, de 31 de outubro de 2002, que dispõe sobre o crédito presumido do IPI de que trata o art. 6º da Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002. DOU de 22.11.2006.

Instrução Normativa nº 691, de 22 de novembro de 2006 – Aprova o programa gerador da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf 2007) e dá outras providências.

Instrução Normativa nº 692, de 30 de novembro de 2006 – Aprova o programa e as instruções de preenchimento da Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica – Simples, relativa ao exercício de 2007.

Banco Central do Brasil

Resoluções

Resolução nº 3.418, de 08 de novembro de 2006 – Dispõe sobre a formalização das operações de crédito de que tratam os arts. 15 e 15-A da Lei 11.322, de 2006, referentes às operações contratadas ao amparo das Resoluções 2.238, de 1996, 2.471, de 1998, e 2.681, de 1999, e alterações posteriores.

Resolução nº 3.419, de 03 de novembro de 2006 – Dispõe sobre alteração nas normas dos Empréstimos do Governo Federal (EGF) de leite, formalizados ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2).

Resolução nº 3.420, de 03 de novembro de 2006 – Dispõe sobre a concessão de prazo para as instituições financeiras formalizarem os aditivos referentes às reprogramações de prestações de operações de que tratam as Resoluções 3.363, 3.373 e 3.376, todas de 2006.

Resolução nº 3.421, de 03 de novembro de 2006 – Dispõe sobre o fator de ponderação incidente sobre o saldo das operações com recursos captados por meio de depósitos de poupança rural (MCR 6-4), para efeito de cumprimento da exigibilidade.

Resolução nº 3.422, de 30 de novembro de 2006 – Dispõe acerca da realização de operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores.

Resolução nº 3.423, de 30 de novembro de 2006 – Dispõe sobre a linha de crédito destinada ao financiamento das empresas de custeio de café da safra 2006/2007, ao amparo de recursos do Funcafé.

Circulares

Circular nº 3.331, de 16 de novembro de 2006 – Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

Carta-Circular

Carta-Circular nº 3.248, de 03 de novembro de 2006 – Esclarece acerca do disposto no art. 1º da Resolução 3.401, de 2006, quanto à quitação antecipada de operações de arrendamento mercantil.

Carta-Circular nº 3.249, de 07 de novembro de 2006 – Esclarece sobre a remessa das informações relativas à Circular nº 2.912, de 1999 – créditos garantidos pelo Fundo Garantidor de Créditos FGC.

Carta-Circular nº 3.250, de 27 de novembro de 2006 – Divulga esclarecimentos acerca da remessa de informações relativas ao direcionamento obrigatório dos depósitos de poupança para financiamento imobiliário pelas entidades do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE.

Carta-Circular nº 3.248, de 03 de novembro de 2006 – Divulga procedimentos relativos a devolução de documentos pela Centralizadora da Compensação de Cheques e Outros Papéis – Compe.

Comissão de Valores Mobiliários

Instruções

Instrução nº 441, de 10 de novembro de 2006 – Dispõe sobre empréstimo de valores mobiliários

por entidades de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários, altera as Instruções CVM nº 249, de 11 de abril de 1996, 277, de 8 de maio de 1998, e 300, de 23 de fevereiro de 1999.

Estado

Atos do poder executivo

Lei nº 10.401, de 08 de novembro de 2006 – Altera a programação governamental constante do Plano Plurianual para o período de 2004-2007, e dá outras providências.

Decretos

Decreto nº 10.155, de 10 de novembro de 2006 – Dispõe sobre os procedimentos para o encerramento do exercício financeiro de 2006 no âmbito da Administração Pública Estadual.

Decreto nº 10.156, de 13 de novembro de 2006 – Procede à Alteração nº 81 ao Regulamento do ICMS e dá outras providências.

Decreto nº 10.158, de 16 de novembro de 2006 – Dispõe sobre a Equipe de Transição de Governo e dá outras providências.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 361, de 01 de novembro de 2006 – Altera para o exercício de 2006, o Orçamento Analítico dos Encargos Gerais do Estado - EGERAIS, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 362, de 07 de novembro de 2006 – Altera para o exercício de 2006 o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índice de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC[1] - Salvador: Nov/2006

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Nov/05	Nov/06	No ano[2]	Últimos 12 meses[3]	Abr/92 = 100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,75	0,68	2,13	3,08	357233,0	239,49
Habitação e encargos	1,42	0,13	18,96	20,67	832752,9	665,94
Artigos de residência	-0,39	0,01	-1,58	-1,80	274331,3	229,29
Vestuário	0,98	0,72	-1,81	-0,96	311409,2	182,76
Transporte e comunicação	-0,15	-0,27	4,54	4,31	634901,5	687,11
Saúde e cuidados pessoais	0,26	-0,30	4,49	4,46	620941,9	330,82
Despesas pessoais	0,26	0,53	3,57	4,08	667702,1	382,86
Geral	**0,49**	**0,33**	**3,40**	**3,96**	**473374,4**	**329,87**

Fonte: SEI
[1] O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pequisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Nov/2006

Capitais	Valor da cesta (R$)	Variação no mês[1] (%)	Variação acumulada(%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano[2]	12 meses[3]	
Aracaju	145,44	6,19	0,10	5,06	45,00
Belém	156,47	6,15	-0,19	4,33	48,41
Belo Horizonte	179,25	4,05	1,34	4,05	55,46
Brasília	173,74	6,22	-1,95	0,43	53,75
Curitiba	177,45	7,51	0,30	2,82	54,90
Florianópolis	178,29	2,84	3,28	1,71	55,16
Fortaleza	129,27	0,99	-2,83	-0,80	39,99
Goiânia	149,18	3,78	0,04	2,95	46,15
João Pessoa	135,61	-0,74	-6,22	-0,43	41,96
Natal	137,78	2,64	1,37	1,05	42,63
Porto Alegre	192,01	7,23	0,37	7,51	59,40
Recife	134,69	3,12	-4,01	-4,67	41,67
Rio de Janeiro	179,09	7,40	0,56	1,58	55,41
Salvador	140,48	4,39(*)	3,14	4,38	43,46
São Paulo	185,29	3,09	1,01	0,34	57,33
Vitória	163,84	3,76	-1,07	-0,96	50,69

Fonte: DIEESE
[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores
* A variação de 4,39%, para Salvador foi calculada sobre valores diferentes dos divulgados em outubro.
O custo da cesta básica correto é de R$ 134,57; a variação foi de -0,44%; o tempo de trabalho necessário foi de 84hs e 35 minutos; a variação no ano -1,20% e a em 12 meses, de 8,18%

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2005/2006

Produtos do LSPA[1]	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2005[2]	2006[3]	Variação (%)	2005[2]	2006[3]	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi[4]	119.712	128.054	7,0	24.914	25.473	2,2
Algodão herbáceo	819.977	810.633	-1,1	3.184	3.353	5,3
Alho	7.432	7.398	-0,5	6.939	7.887	13,7
Amendoim	7.042	7.275	3,3	1.150	1.061	-7,8
Arroz total	92.683	19.605	-78,8	2.376	1.120	-52,9
Arroz sequeiro	74.832	17.324	-76,8	2.156	1.022	-52,6
Arroz irrigado	17.851	2.281	-87,2	4.161	4.073	-2,1
Batata-inglesa	177.150	165.650	-6,5	31.578	33.465	6,0
Cana-de-açúcar	5.636.887	6.147.954	9,1	58.761	59.980	2,1
Cebola	121.631	149.173	22,6	20.428	25.335	24,0
Feijão total	460.505	332.178	-27,9	670	539	-19,5
Feijão 1ª safra	122.830	75.327	-38,7	482	380	-21,1
Sequeiro	61.912	43.071	-30,4	434	450	3,7
Irrigado	5.520	5.592	1,3	2.667	3.359	26,0
Caupi	55.398	26.664	-51,9	503	264	-47,5
Feijão 2ª safra	337.675	256.851	-23,9	781	615	-21,2
Sequeiro	302.735	226.594	-25,2	749	585	-21,9
Irrigado	23.947	16.960	-29,2	2.241	2.323	3,7
Caupi	10.993	13.297	21,0	629	580	-7,8
Fumo	11.021	11.272	2,3	923	907	-1,7
Mamona	135.394	72.702	-46,3	734	670	-8,8
Mandioca	4.512.817	4.406.906	-2,3	12.840	12.749	-0,7
Milho total	1.614.899	1.146.102	-29,0	2.067	1.606	-22,3
Milho 1ª safra	1.206.621	686.425	-43,1	3.020	2.086	-30,9
Sequeiro	1.155.660	635.945	-45,0	2.966	1.976	-33,4
Irrigado	50.961	50.480	-0,9	5.176	7.070	36,6
Milho 2ª safra	408.278	459.677	12,6	1.070	1.195	11,7
Sequeiro	406.946	458.723	12,7	1.068	1.194	11,8
Irrigado	1.332	945	-29,1	3.149	2.899	-7,9
Soja	2.401.200	1.991.400	-17,1	2.760	2.282	-17
Sorgo granífero	104.196	72.487	-30,4	1.798	1.463	-18,6
Tomate	204.599	197.011	-3,7	38.927	39.355	1,1
Trigo	1.915	nd	nd	5.583	nd	nd
Lavouras permanentes						
Banana[5]	865.221	1.161.121	34,2	13.880	14.932	7,6
Cacau	142.240	135.925	-4,4	255	261	2,2
Café	140.339	176.800	26,0	962	1.113	15,8
Castanha-de-cajú	5.964	6.542	9,7	289	245	-15,1
Coco-da-baía[4]	723.600	615.784	-14,9	8.873	7.618	-14,1
Guaraná	1.293	1.410	9,0	209	227	8,8
Laranja[5]	800.852	949.678	18,6	15.877	18.143	14,3
Mamão[5]	679.083	723.532	6,5	50.429	54.863	8,8
Pimenta-do-reino	3.224	3.637	12,8	2.457	2.550	3,8
Sisal	195.680	233.588	19,4	887	888	0,1
Uva	86.338	89.648	3,8	25.230	28.919	14,6

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra
[1] A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996
[2] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)
[3] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), novembro/2006 (dados sujeitos a retificação)
[4] Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare
[5] Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2005/2006

Produtos do LSPA[1]	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha)[4]	
	2005[2]	2006[3]	Variação(%)	2005[2]	2006[3]	Variação(%)	2005[2]	2006[3]
Lavouras temporárias								
Abacaxi	4.805	5.027	4,6	4.805	5.027	4,6	0	0
Algodão herbáceo	257.567	241.761	-6,1	257.567	241.761	-6,1	0	0
Alho	1.071	938	-12,4	1.071	938	-12,4	0	0
Amendoim	6.122	6.855	12,0	6.122	6.855	12,0	0	0
Arroz total	39.004	17.511	-55,1	39.004	17.511	-55,1	0	0
Arroz sequeiro	34.714	16.951	-51,2	34.714	16.951	-51,2	0	0
Arroz irrigado	4.290	560	-86,9	4.290	560	-86,9	0	0
Batata-inglesa	5.610	4.950	-11,8	5.610	4.950	-11,8	0	0
Cana-de-açúcar	96.319	102.730	6,7	95.929	102.500	6,8	390	230
Cebola	5.954	5.888	-1,1	5.954	5.888	-1,1	0	0
Feijão total	775.368	718.718	-7,3	687.440	616.345	-10,3	87.928	102.373
Feijão 1ª safra	342.929	291.242	-15,1	255.001	198.469	-22,2	87.928	92.773
Sequeiro	230.147	183.464	-20,3	142.717	95.735	-32,9	87.430	87.729
Irrigado	2.070	1.665	-19,6	2.070	1.665	-19,6	0	0
Caupi	110.712	106.113	-4,2	110.214	101.069	-8,3	498	5.044
Feijão 2ª safra	432.439	427.476	-1,1	432.439	417.876	-3,4	0	9.600
Sequeiro	404.273	397.268	-1,7	404.273	387.668	-4,1	0	9.600
Irrigado	10.687	7.300	-31,7	10.687	7.300	-31,7	0	0
Caupi	17.479	22.908	31,1	17.479	22.908	31,1	0	0
Fumo	11.939	12.430	4,1	11.939	12.430	4,1	0	0
Mamona	185.521	108.529	-41,5	184.346	108.529	-41,1	1.175	0
Mandioca	380.078	408.564	7,5	351.473	345.664	-1,7	28.605	62.900
Milho total	808.761	785.840	-2,8	781.121	713.568	-8,6	27.640	72.272
Milho 1ª safra	427.140	400.783	-6,2	399.500	328.991	-17,6	27.640	71.792
Sequeiro	417.295	393.643	-5,7	389.655	321.851	-17,4	27.640	71.792
Irrigado	9.845	7.140	-27,5	9.845	7.140	-27,5	0	0
Milho 2ª safra	381.621	385.057	0,9	381.621	384.577	0,8	0	480
Sequeiro	381.198	384.731	0,9	381.198	384.251	0,8	0	480
Irrigado	423	326	-22,9	423	326	-22,9	0	0
Soja	870.000	872.600	0,3	870.000	872.600	0,3	0	0
Sorgo granífero	57.945	50.051	-13,6	57.945	49.530	-14,5	0	521
Tomate	5.256	5.006	-4,8	5.256	5.006	-4,8	0	0
Trigo	343	nd	nd	343	nd	nd	0	nd
Lavouras permanentes								
Banana	62.424	82.211	31,7	62.336	77.758	24,7	88	4.453
Cacau	556.727	553.476	-0,6	556.727	520.233	-6,6	0	33.243
Café	145.957	160.963	10,3	145.957	158.833	8,8	0	2.130
Castanha-de-cajú	20.779	27.135	30,6	20.660	26.754	29,5	119	381
Coco-da-baía	81.604	81.651	0,1	81.547	80.831	-0,9	57	820
Guaraná	6.197	6.343	2,4	6.197	6.206	0,1	0	137
Laranja	50.593	52.397	3,6	50.441	52.343	3,8	152	54
Mamão	13.611	13.408	-1,5	13.466	13.188	-2,1	145	220
Pimenta-do-reino	1.312	1.451	10,6	1.312	1.426	8,7	0	25
Sisal	226.458	279.688	23,5	220.558	262.998	19,2	5.900	16.690
Uva	3.422	3.150	-7,9	3.422	3.100	-9,4	0	50

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra
[1] A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996
[2] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)
[3] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), novembro/2006 (dados sujeitos a retificação)
[4] Eqüivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Set/2006				
Classes e Gêneros	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]	Acumulado 12 meses[4]
Indústria Geral	**-0,5**	**1,0**	**4,3**	**4,3**
Extrativa Mineral	0,4	-4,2	-0,5	-1,2
Indústria de Transformação	-0,5	1,3	4,6	4,6
Alimentos e Bebidas	-2,9	-0,2	-2,7	0,3
Celulose, papel e produtos de papel	-4,0	19,6	30,6	37,0
Refino de petróleo e álcool	7,2	-5,7	5,1	4,0
Produtos químicos	-2,1	1,4	-0,6	-2,1
Borracha e plástico	3,9	-2,8	5,5	7,1
Minerais não metálicos	-5,7	11,0	9,7	12,5
Metalurgia básica	1,2	6,4	13,8	13,5
Veículos automotores	nd	-0,7	-5,8	-0,9

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível
[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Set/2005 - Set/2006 %				
Períodos	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]	Acumulado 12 meses4
Setembro 2005	**-4,4**	**4,7**	**4,5**	**7,3**
Outubro	-2,0	1,9	4,3	6,8
Novembro	1,6	1,1	4,0	4,6
Dezembro	6,9	10,6	4,5	4,5
Janeiro	-3,3	6,6	6,6	4,5
Fevereiro	-0,5	7,6	7,1	4,7
Março	-0,4	6,6	6,9	5,3
Abril	1,4	5,3	6,5	5,2
Maio	-0,8	7,2	6,7	5,8
Junho	-0,1	1,4	5,7	6,1
Julho	-2,6	-1,3	5,1	5,5
Agosto	3,6	1,3	4,6	4,6
Setembro 2006	**-0,5**	**3,3**	**4,4**	**4,5**

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI
[1]Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[2]Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3]Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4]Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Out/2006				
Classes	No mês[3]	Mensal[4]	Acumulado no ano[5]	Acumulado 12 meses[6]
Rural/Irrigação	-2,7	-3,0	4,1	4,1
Residencial	4,0	5,9	4,1	4,3
Industrial[1]	-0,6	3,3	2,4	1,8
Comercial	2,7	0,3	0,4	1,1
Utilidades públicas[2]	-1,8	8,7	6,5	6,1
Setor público	-0,6	-8,1	1,2	3,2
Concessionária	-0,4	-6,3	-0,5	0,5
Total	**1,2**	**2,9**	**3,1**	**3,3**

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: CAC - SEI
[1] Consumo industrial corresponde à COELBA
[2] Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica
[3] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[4] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[5] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[6] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no Volume de Vendas no Varejo[1] - Bahia: Setembro/2006			
Classes e Gêneros	Mensal[2]	No ano[3]	12 meses[4]
Comércio Varejista	11,3	9,1	7,8
Combustíveis e Lubrificantes	-5,6	-3,2	-7,0
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	18,7	13,3	10,5
Hipermercados e Supermercados	30,8	22,1	17,3
Tecidos, Vestuário e Calçados	4,8	1,7	5,6
Móveis e Eletrodomésticos	24,4	20,7	22,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,3	3,4	6,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	-30,1	-27,9	-17,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-14,6	30,7	41,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	18,8	12,5	13,4
Veículos, Motos e Peças	19,4	20,8	18,1
Material de construção	7,5	5,0	1,63

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível
[1] Dados deflacionados pelo IPCA
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Total de cheques compensados
Bahia: Outubro/2005 - Outubro/2006 %

Períodos	Quantidade			Valor (R$)		
	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]
Outubro 2005	**0,8**	**-1,3**	**-5,6**	**1,1**	**-8,6**	**1,6**
Novembro	-1,5	-10,1	-6,0	0,6	0,0	1,5
Dezembro	1,5	-9,0	-6,3	5,0	-11,3	0,9
Janeiro	6,3	-0,8	-0,8	3,3	-2,1	-4,9
Fevereiro	-26,7	-19,5	-9,7	-23,3	-13,8	-7,5
Março	37,4	-0,2	-6,4	31,2	4,7	-3,5
Abril	-23,2	-12,4	-7,8	-21,1	-6,2	-4,1
Maio	18,0	-8,2	-7,9	18,7	-0,5	-3,3
Junho	-9,5	-10,2	-8,2	-8,9	-4,0	-3,4
Julho	3,2	-4,8	-7,8	2,5	1,3	-2,8
Agosto	3,3	-13,7	-8,6	6,4	-4,6	-3,0
Setembro	-8,0	-13,2	-9,1	-8,4	-5,4	-3,3
Outubro 2006	**12,0**	**-3,6**	**-8,5**	**12,8**	**5,6**	**-2,4**

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CAC - SEI
[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Taxas de desemprego e de participação
Região Metropolitana de Salvador - Out/2006 %

Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	**22,9**	**21,6**	**28,1**
Desemprego aberto	14,4	13,5	18, 4
Desemprego oculto	8,5	8,2	9,7
Participação (PEA/PIA)	**60,7**	**61,6**	**57,4**

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Out/2006 %

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2005	**14,0**	**13,9**	**61,0**	**61,8**
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9
Março	14,0	13,0	60,4	60,6
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5
Setembro	14,1	13,2	61,5	61,7
Outubro	14,1	13,1	61,4	61,7
Novembro	13,9	13,0	61,7	62,0
Dezembro	13,6	12,9	61,8	62,3
Janeiro 2006	**13,9**	**13,4**	**61,8**	**62,3**
Fevereiro	14,1	13,8	61,8	62,3
Março	14,9	14,4	61,1	61,7
Abril	15,3	14,6	60,7	61,5
Maio	15,7	14,9	60,1	61,1
Junho	15,8	15,1	60,0	61,1
Julho	15,9	15,0	60,2	61,2
Agosto	15,7	14,8	60,3	61,1
Setembro	14,9	14,0	60,5	61,3
Outubro	14,4	13,5	60,7	61,6

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Out/2006 %

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total[1]
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Núm. absolutos[1]	Índice[2]	Núm. absolutos[1]	Índice[2]	Núm. absolutos[1]	Índice[2]	Núm. absolutos[1]	Índice[2]	Participação (PEA/PIA)	Desemp. total (DES/PEA)	
Janeiro 2005	**1.693**	**129,0**	**1.273**	**121,7**	**420**	**157,7**	**1.083**	**118,3**	**61,0**	**24,8**	**3.287**
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Setembro	1.738	132,5	1.328	127,0	410	154,0	1.088	118,8	61,5	23,6	3.333
Outubro	1.739	132,5	1.334	127,5	405	152,1	1.093	119,4	61,4	23,3	3.339
Novembro	1.751	133,5	1.352	129,3	399	149,9	1.088	118,8	61,7	22,8	3.345
Dezembro	1.758	134,0	1.350	129,1	408	153,2	1.086	118,7	61,8	23,2	3.350
Janeiro 2006	**1.762**	**134,3**	**1.344**	**128,5**	**418**	**157,0**	**1.089**	**119,0**	**61,8**	**23,7**	**3.356**
Fevereiro	1.766	134,6	1.346	128,7	420	157,7	1.091	119,2	61,8	23,8	3.362
Março	1.750	133,4	1.318	126,0	432	162,2	1.114	121,7	61,1	24,7	3.368
Abril	1.742	132,8	1.317	125,9	425	159,6	1.128	123,3	60,7	24,4	3.374
Maio	1.729	131,8	1.307	125,0	422	158,5	1.148	125,4	60,1	24,4	3.380
Junho	1.730	131,9	1.320	126,2	410	154,0	1.153	126,0	60,0	23,7	3.386
Julho	1.739	132,5	1.323	126,5	416	156,2	1.150	125,6	60,2	23,9	3.391
Agosto	1.746	133,1	1.325	126,7	421	158,1	1.149	125,6	60,3	24,1	3.397
Setembro	1.756	133,8	1.343	128,4	413	155,1	1.146	125,2	60,5	23,5	3.403
Outubro	1.766	134,6	1.362	130,2	404	151,7	1.142	124,8	60,7	22,9	3.409
Variação mensal											
Out-06/Set-06		**0,6**		**1,4**		**-2,2**		**-0,3**	**0,3**	**-2,6**	
Variação no ano											
Dez-05/Out-06		**0,5**		**0,9**		**-1,0**		**5,2**	**-1,8**	**-1,3**	
Variação anual											
Out-06/Out-05		**1,6**		**2,1**		**-0,2**		**4,5**	**-1,1**	**-1,7**	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000
[2] Base: Dezembro 1996 = 100
A partir de janeiro/2002 as projeções da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Out/2006 %

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção[1]	Serviços pessoais[2]	Serviços domesticos	Outros
Janeiro 2005	**8,6**	**4,9**	**16,3**	**32,3**	**26,4**	**10,0**	**1,5**
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6
Setembro	9,3	4,3	16,0	33,2	26,2	9,4	1,6
Outubro	9,1	4,3	15,7	33,3	26,5	9,4	1,7
Novembro	9,6	4,2	16,1	32,1	27,1	9,3	1,6
Dezembro	9,7	4,6	16,2	31,5	26,8	9,4	1,8
Janeiro 2006	**9,4**	**5,0**	**16,3**	**31,4**	**26,8**	**9,3**	**1,8**
Fevereiro	8,9	5,4	16,6	31,6	26,3	9,6	1,6
Março	8,7	5,3	16,6	31,7	26,7	9,4	1,6
Abril	9,2	5,6	16,8	31,3	25,7	9,7	1,7
Maio	9,2	5,6	16,7	31,4	25,9	9,5	1,7
Junho	9,2	5,5	16,7	31,7	26,0	9,6	1,3
Julho	8,7	5,0	16,7	32,5	26,4	9,6	1,1
Agosto	9,2	5,0	16,5	32,3	26,4	9,5	1,1
Setembro	9,2	4,9	15,9	32,5	26,9	9,4	1,2
Outubro	9,6	4,9	15,9	33,0	26,4	9,1	1,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Adminstração pública, Forças Armardas e polícia; Creditícios e financeiros: Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza
[2] Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Out/2006 %

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros[1]
	Total	Ass. priv. c/carteira	Ass. priv. s/carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/público	Aut.trab. p/empresa			
Janeiro 2005	**60,3**	**35,7**	**11,5**	**13,1**	**23,4**	**19,2**	**4,2**	**4,2**	**10,0**	**2,1**
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1
Setembro	62,2	36,7	11,4	14,1	22,0	18,4	3,6	4,2	9,4	2,2
Outubro	62,1	36,6	11,3	14,1	22,3	18,7	3,5	3,8	9,4	2,4
Novembro	62,6	37,2	11,2	14,1	22,0	18,4	3,5	3,6	9,4	2,4
Dezembro	62,4	37,7	11,6	13,2	22,6	19,0	3,7	3,2	9,5	2,3
Janeiro 2006	**61,8**	**37,5**	**11,8**	**12,4**	**23,2**	**19,4**	**3,9**	**3,6**	**9,2**	**2,1**
Fevereiro	62,2	38,2	11,8	12,1	22,5	19,0	3,5	3,5	9,6	2,2
Março	62,4	37,8	11,6	12,9	21,7	18,5	3,1	4,1	9,4	2,5
Abril	62,5	37,3	11,7	13,5	21,4	18,5	2,9	3,7	9,7	2,7
Maio	61,8	36,6	11,7	13,4	21,8	18,8	3,0	4,0	9,5	2,8
Junho	62,4	36,4	11,8	14,0	21,7	18,8	2,9	3,6	9,6	2,7
Julho	62,8	37,0	11,2	14,6	21,7	18,8	2,8	3,6	9,6	2,3
Agosto	63,2	37,8	10,8	14,5	21,8	18,7	3,1	3,6	9,5	1,9
Setembro	63,7	38,9	10,8	13,9	21,4	18,4	3,1	3,8	9,4	1,8
Outubro	63,5	39,1	10,9	13,4	21,3	18,3	3,0	4,0	9,1	2,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Set/2006 R$

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados[1]			Assalariados[2]		
	Valor absoluto[3]		Índice[4]	Valor absoluto		Índice[4]
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2005	**745**	**402**	**79,7**	**858**	**495**	**80,0**
Fevereiro	773	423	82,6	879	514	81,9
Março	801	422	85,7	909	517	84,8
Abril	772	409	82,5	880	486	82,1
Maio	759	398	81,2	865	478	80,7
Junho	741	406	79,3	852	482	79,5
Julho	750	423	80,2	868	509	81,0
Agosto	758	423	81,1	879	529	81,9
Setembro	757	423	81,0	878	525	81,8
Outubro	755	420	80,8	862	519	80,4
Novembro	745	415	79,7	859	517	80,1
Dezembro	743	416	79,4	842	515	78,5
Janeiro 2006	**757**	**414**	**81,0**	**860**	**514**	**80,2**
Fevereiro	765	412	81,8	864	510	80,6
Março	754	408	80,7	872	509	81,3
Abril	752	407	80,4	868	506	80,9
Maio	741	405	79,2	853	503	79,5
Junho	749	413	80,1	857	504	79,9
Julho	752	424	80,4	856	501	79,8
Agosto	765	449	81,9	866	522	80,8
Setembro	761	451	81,4	861	521	80,2
Variação mensal						
Set-06/Ago-06	**-0,5**	**0,3**	**-0,5**	**-0,7**	**-0,1**	**-0,7**
Variação no ano						
Dez-05/Set-06	**2,5**	**8,4**	**2,5**	**2,2**	**1,2**	**2,2**
Variação anual						
Set-06/Set-05	**0,5**	**6,7**	**0,5**	**-1,9**	**-0,7**	**-1,9**

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício
[2] Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês
[3] Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Setembro - 2006
[4] Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Set/2006 **R$**

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo / 2º incompleto	2º grau completo / 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2005	**256**	**367**	**444**	**800**	**2.305**
Fevereiro	274	374	470	814	2.283
Março	290	373	473	821	2.351
Abril	292	365	475	785	2.310
Maio	286	372	469	773	2.342
Junho	267	380	452	761	2.325
Julho	277	385	455	785	2.304
Agosto	296	392	454	798	2.266
Setembro	292	380	451	799	2.205
Outubro	266	370	453	804	2.219
Novembro	252	353	457	787	2.201
Dezembro	278	365	487	788	2.218
Janeiro 2006	**291**	**378**	**509**	**782**	**2.218**
Fevereiro	279	380	504	797	2.228
Março	257	374	485	784	2.243
Abril	243	377	465	768	2.261
Maio	242	394	448	741	2.169
Junho	260	392	446	739	2.156
Julho	267	401	458	749	2.148
Agosto	281	403	477	768	2.196
Setembro	291	406	498	769	2.132

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
1 Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Setembro - 2006

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Set/2006 **R$**

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2005	**728**	**986**	**548**	**734**	**819**	**422**
Fevereiro	740	985	550	746	827	429
Março	770	1.121	583	743	859	454
Abril	743	1.064	564	710	831	452
Maio	732	1.028	570	705	821	453
Junho	702	908	567	694	787	433
Julho	706	926	598	689	791	432
Agosto	713	977	579	691	792	438
Setembro	720	1.064	573	684	801	445
Outubro	717	1.052	550	683	799	435
Novembro	720	1.051	590	679	805	434
Dezembro	708	1.009	590	677	795	418
Janeiro 2006	**724**	**1.009**	**596**	**712**	**807**	**438**
Fevereiro	729	1.059	575	700	818	426
Março	726	1.055	531	700	813	428
Abril	709	1.030	534	671	792	431
Maio	692	929	527	687	767	438
Junho	709	930	564	707	784	439
Julho	711	950	561	708	789	423
Agosto	718	968	585	706	793	440
Setembro	712	970	602	686	784	444

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Setembro - 2006
NOTA: Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal [1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Set/2006 R$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados[2]					Assalariados[3]				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2005	**130**	**282**	**402**	**772**	**1.640**	**282**	**328**	**495**	**919**	**1.760**
Fevereiro	142	281	423	864	1.640	281	328	514	974	1.839
Março	162	281	422	862	1.735	280	325	517	973	1.953
Abril	139	280	409	818	1.622	279	323	486	964	1.892
Maio	128	278	398	766	1.616	278	322	478	861	1.911
Junho	128	278	406	751	1.608	278	318	482	857	1.800
Julho	127	317	423	806	1.592	317	318	509	942	1.894
Agosto	127	318	423	847	1.641	318	339	529	953	1.851
Setembro	126	315	423	841	1.682	315	349	525	954	1.893
Outubro	156	312	420	822	1.587	312	338	519	945	1.798
Novembro	155	310	415	779	1.576	310	332	517	931	1.823
Dezembro	154	309	416	818	1.560	309	330	515	916	1.664
Janeiro 2006	**154**	**307**	**414**	**818**	**1.635**	**307**	**341**	**514**	**926**	**1.824**
Fevereiro	153	306	412	815	1.635	306	347	510	919	1.834
Março	152	304	408	811	1.533	304	344	509	917	1.824
Abril	151	304	407	807	1.596	304	353	506	912	1.815
Maio	150	304	405	802	1.519	304	353	503	907	1.805
Junho	150	350	413	800	1.586	350	352	504	907	1.801
Julho	149	350	424	799	1.599	350	355	501	900	1.776
Agosto	150	349	449	802	1.604	349	365	522	903	1.706
Setembro	150	350	451	802	1.604	350	371	521	902	1.705

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Setembro - 2006
[2] Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício
[3] Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego
Bahia: Jan/2005 - Out/2006

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total[1]	Indústria transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2005	**63.952**	**10.810**	**9.507**	**15.552**	**28.003**
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Setembro	5.975	2.354	1.616	1.604	2.322
Outubro	4.564	1.448	-577	1.785	3.166
Novembro	2.655	-374	211	2.360	2.539
Dezembro	-5.791	-926	-1.332	865	-1.466
2006	**31.763**	**8.123**	**746**	**11.077**	**7.589**
Janeiro	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Fevereiro	2.449	-320	173	607	1.853
Março	101	782	69	-841	-1.346
Abril	2.869	1.384	-727	771	901
Maio	6.038	1.240	519	1.872	816
Junho	4.395	992	347	1.057	-519
Julho	4.647	1.546	813	1.277	-906
Agosto	2.632	1.178	670	1.420	1.529
Setembro	3.274	447	573	1.410	2.285
Outubro	-1.636	305	-3.283	2.430	86
Nov/05 - Out/06	**28.627**	**6.823**	**-375**	**14.302**	**8.662**

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento
[1] Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Out/2006

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total[1]	Indústria transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2005	**36.057**	**3.555**	**6.414**	**5.322**	**21.610**
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Setembro	5.145	725	1.119	876	2.325
Outubro	4.419	481	-66	859	2.832
Novembro	2.932	-2	-350	1.147	2.098
Dezembro	-840	-259	-424	321	-467
2006	**12.500**	**3.451**	**1.394**	**4.267**	**3.225**
Janeiro	3.315	610	1.356	327	986
Fevereiro	1.371	226	97	302	790
Março	-1.386	-48	17	-535	-859
Abril	375	6	-806	386	761
Maio	1.022	-103	588	413	177
Junho	703	444	520	280	-536
Julho	1.514	966	773	565	-778
Agosto	2.459	446	449	675	899
Setembro	3.339	453	510	644	1.678
Outubro	-212	451	-2.110	1.210	107
Nov/05 - Out/06	**14.592**	**3.190**	**620**	**5.735**	**4.856**

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento
[1] Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan - Set/2006 **R$ 1.000**

Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Ago-Set/2006 (c)	% c/b	Até o bimestre (d)	% d/b	
Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	**815.788.483**	**815.788.483**	**132.497.696**	**16,24**	**582.945.084**	**71,46**	**232.843.399**
Receitas Correntes	**575.218.298**	**575.218.298**	**96.998.957**	**16,86**	**427.170.125**	**74,26**	**148.048.173**
Receita Tributária	173.600.935	173.600.935	25.682.467	14,79	124.314.562	71,61	49.286.373
Receita de Contribuições	330.288.651	330.288.651	53.711.950	16,26	229.948.769	69,62	100.339.882
Receita Patrimonial	35.056.708	35.056.708	6.849.036	19,54	30.821.882	87,92	4.234.826
Receita Agropecuária	20.857	20.857	3.094	14,83	19.754	94,71	1.103
Receita Industrial	512.252	512.252	59.003	11,52	248.788	48,57	263.464
Receita de Serviços	23.927.124	23.927.124	3.671.665	15,35	20.034.695	83,73	3.892.429
Transferências Correntes	330.769	330.769	20.935	6,33	127.067	38,42	203.702
Outras Receitas Correntes	11.481.002	11.481.002	7.000.807	60,98	21.654.608	188,61	(10.173.606)
Receitas de Capital	**240.570.185**	**240.570.185**	**35.498.739**	**14,76**	**155.774.959**	**64,75**	**84.795.226**
Operações de Crédito	168.700.936	168.700.936	24.756.547	14,67	112.386.862	66,62	56.314.074
Alienação de Bens	5.472.520	5.472.520	339.239	6,20	4.144.416	75,73	1.328.104
Amortizações de Empréstimos	22.645.063	22.645.063	5.442.807	24,04	18.045.801	79,69	4.599.262
Transferências de Capital	85.803	85.803	506.224	589,98	526.226	613,30	(440.423)
Outras Receitas de Capital	43.665.863	43.665.863	4.453.922	10,20	20.671.654	47,34	22.994.209

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan - Set/2006 **R$ 1.000**

Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Ago-Set/2006 (c)	% c/b	Até o bimestre (d)	% d/b	
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)	**7.443.330**	**7.443.330**	**1.261.465**	**16,95**	**4.775.642**	**64,16**	**2.667.688**
Receitas Correntes	**7.443.330**	**7.443.330**	**1.261.465**	**16,95**	**4.775.642**	**64,16**	**2.667.688**
Receita Tributária	-	-	(4)	-	152	-	(152)
Receita de Contribuições	7.443.330	7.443.330	1.240.347	16,66	4.688.578	62,99	2.754.752
Receita Patrimonial	-	-	107	-	1.818	-	(1.818)
Receita Industrial	-	-	17.753	-	74.749	-	(74.749)
Receita de Serviços	-	-	3.200	-	10.248	-	(10.248)
Outras Receitas Correntes	-	-	62	-	97	- (97)	
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	**823.231.813**	**823.231.813**	**133.759.160**	**16,2**	**587.720.726**	**71,39**	**235.511.087**
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	**837.540.472**	**837.540.472**	**59.203.461**	**7,07**	**269.790.058**	**32,21**	**567.750.414**
Operações de Crédito Internas	837.540.472	837.540.472	57.603.461	6,88	263.863.099	31,50	573.677.37
Operações de Crédito Externas	-	-	1.600.000	-	5.926.959	-	(5.926.959)
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III+IV)	**1.660.772.285**	**1.660.772.285**	**192.962.622**	**11,62**	**857.510.784**	**51,63**	**803.261.501**
Déficit (VI)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (VII)=(V+VI)	**1.660.772.285**	**1.660.772.285**	**192.962.622**	**11,62**	**857.510.784**	**51,63**	**803.261.501**
Saldo de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**59.032.091**	**-**	**-**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan - Set/2006 **R$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=a+b	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Ago-Set/2006 (d)	Até o bimestre (e)	Ago-Set/2006 (f)	Até o bimestre (g)		
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	**816.675.966**	**54.335.441**	**871.011.407**	**57.110.418**	**730.455.405**	**115.508.042**	**562.702.780**	**64,6**	**308.308.627**
Despesas Correntes	**649.793.265**	**5.191.566**	**654.984.831**	**52.819.034**	**563.086.099**	**100.676.168**	**436.856.507**	**66,7**	**218.128.324**
Pessoal e Encargos Sociais	103.963.953	217.299	104.181.252	5.478.190	90.158.824	16.898.811	74.513.895	71,5	29.667.357
Juros e Encargos da Dívida	179.525.234	653	179.525.887	76.240	177.048.060	19.082.785	110.183.896	61,4	69.341.991
Outras Despesas Correntes	366.304.078	4.973.614	371.277.692	47.264.604	295.879.215	64.694.572	252.158.716	67,9	119.118.976
Transf.a Estados, DF e Munícipios	121.767.265	923.076	122.690.341	5.186.434	116.729.203	20.226.965	85.420.330	69,6	37.270.011
Benefícios Previdenciários	154.985.632	-	154.985.632	31.705.341	116.347.787	31.705.885	116.344.857	75,1	38.640.775
Demais Despesas Correntes	89.551.181	4.050.538	93.601.719	10.372.829	62.802.225	12.761.722	50.393.529	53,8	43.208.190
Despesas de Capital	**144.036.179**	**50.979.877**	**195.016.056**	**4.291.384**	**167.369.306**	**14.831.874**	**125.846.273**	**64,5**	**69.169.783**
Investimentos	21.236.659	4.096.965	25.333.624	2.594.161	11.448.547	1.492.362	2.618.280	10,3	22.715.344
Inversões Financeiras	30.306.471	745.034	31.051.505	1.478.766	22.021.712	4.188.239	13.336.933	43,0	17.714.572
Amortização da Dívida	92.493.049	46.137.878	138.630.927	218.457	133.899.047	9.151.273	109.891.060	79,3	28.739.867
Reserva de Contingência	**22.846.522**	**(1.836.002)**	**21.010.520**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**21.010.520**
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	**9.507.608**	**(661)**	**9.506.947**	**594.922**	**7.441.684**	**1.401.137**	**5.752.599**	**60,5**	**3.754.348**
Despesas Correntes	**9.052.251**	**(661)**	**9.051.590**	**583.824**	**7.016.621**	**1.325.220**	**5.383.856**	**59,5**	**3.667.734**
Pessoal e Encargos Sociais	8.691.163	(661)	8.690.502	515.651	6.706.734	1.251.001	5.158.471	59,4	3.532.031
Outras Despesas Correntes	361.088	0	361.088	68.173	309.887	74.219	225.385	62,4	135.703
Despesas de Capital	**455.357**	**0**	**455.357**	**11.098**	**425.063**	**75.917**	**368.743**	**81,0**	**86.614**
Investimentos	4.230	0	4.230	1.681	2.723	754	830	19,6	3.400
Inversões Financeiras	451.127	0	451.127	9.417	422.340	75.163	367.913	81,6	83.214
Subtotal das Despesas (X)=(VIII+IX)	**826.183.574**	**54.334.780**	**880.518.354**	**57.705.340**	**737.897.089**	**116.909.179**	**568.455.379**	**64,6**	**312.062.975**
Amortização da Dívida - Refinanciamento (XI)	**834.588.711**	**0**	**834.588.711**	**-**	**819.420.606**	**37.605.881**	**260.214.804**	**31,2**	**574.373.907**
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	826.884.493	0	826.884.493	0	811.716.388	37.530.155	256.126.722	31,0	570.757.771
Refinanciamento de Outras Dívidas	7.704.218	0	7.704.218	0	7.704.218	75.726	4.088.082	53,1	3.616.136
Subtotal com Refinanciamento (XII) = (X+XI)	**1.660.772.285**	**54.334.780**	**1.715.107.065**	**57.705.340**	**1.557.317.695**	**154.515.060**	**828.670.183**	**48,3**	**886.436.882**
Superávit (XIII)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**28.840.601**	**-**	**-**
Total XIV=(XII+XIII)	**1.660.772.285**	**54.334.780**	**1.715.107.065**	**57.705.340**	**1.557.317.695**	**154.515.060**	**857.510.784**	**-**	**886.436.882**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balanço Orçamentário - Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Ago/2006

R$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Jul-Ago	%	Até o bi-mestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	**15.484.890**	**15.638.462**	**2.445.184**	**15,64**	**9.617.846**	**61,50**	**6.020.616**
Receita Tributária	8.800.006	8.810.782	1.431.344	16,25	5.388.534	61,16	3.422.248
Impostos	8.550.199	8.560.975	1.378.772	16,11	5.213.940	60,90	3.347.035
Taxas	249.807	249.807	52.572	21,05	174.593	69,89	75.213
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	1.603.995	1.603.995	284.777	17,75	1.098.990	68,52	505.005
Contribuições Sociais	1.603.995	1.603.995	284.777	17,75	1.098.990	68,52	505.005
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	129.018	130.567	30.149	23,09	118.610	90,84	11.957
Receitas Imobiliárias	7.986	8.734	2.565	29,37	6.857	78,50	1.878
Receitas de Valores Mobiliários	115.389	116.190	27.014	23,25	109.631	94,36	6.558
Receitas de Concessões e Permissões	5.550	5.550	358	6,45	1.462	26,35	4.088
Outras Receitas Patrimoniais	93	93	212	228,26	660	711,94	(567)
Receita Agropecuária	1.635	1.635	3	0,18	8	0,49	1.627
Receita da Produção Vegetal	150	150	-	-	-	-	150
Receita da Produção Animal e Derivados	1.205	1.205	3	0,25	7	0,36	1.198
Outras Receitas Agropecuárias	280	280	-	-	-	0,16	280
Receita Industrial	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Transformação	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	79.558	89.880	8.570	9,53	40.424	44,98	49.456
Receita de Serviços	79.558	89.880	8.570	9,53	40.424	44,98	49.456
Transferências Correntes	5.497.054	5.523.474	808.717	14,64	3.320.494	60,12	2.202.980
Transferências Intergovernamentais	5.331.744	5.338.795	799.890	14,98	3.271.813	61,28	2.066.981
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	1.183	1.183	286	24,19	403	34,04	780
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	164.128	183.496	8.541	4,65	48.278	26,31	135.218
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	790.585	895.090	98.949	11,05	508.218	56,78	386.873
Multas e Juros de Mora	128.797	128.797	23.091	17,93	73.021	56,69	55.777
Indenizações e Restituições	28.752	28.752	7.337	25,52	21.275	74,00	7.477
Receita da Dívida Ativa	7.339	7.339	2.217	30,21	5.293	72,12	2.046
Receitas Diversas	625.697	730.202	66.304	9,08	408.629	55,96	321.573
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.417.061)	(1.417.061)	(217.325)	15,34	(857.432)	60,51	(559.630)
Receitas de Capital	**941.058**	**944.029**	**71.161**	**7,75**	**265.961**	**20,65**	**678.068**
Operações de Crédito	698.573	698.573	62.682	8,97	227.031	32,50	471.542
Operações de Crédito Internas	383.402	383.402	15.698	4,09	67.657	17,65	315.745
Operações de Crédito Externas	315.171	315.171	46.983	14,91	159.374	50,57	155.797
Alienação de Bens	37.727	39.072	3.082	7,89	9.442	16,28	29.630
Alienação de Bens Móveis	33.170	33.170	305	0,92	2.554	7,70	30.615
Alienação de Bens Imóveis	4.557	5.903	2.777	47,05	6.888	116,69	(985)
Amortização de Empréstimos	5.132	5.132	424	7,80	1.614	31,44	3.518
Amortização de Empréstimos	5.132	5.132	424	8,26	1.614	31,44	3.518
Transferências de Capital	196.387	198.012	4.973	2,51	27.874	14,08	170.137
Transferências Intergovernamentais	12.716	12.716	244	1,92	244	1,92	12.472
Transferências de Instituições Privadas	71	71	-	-	-	-	71
Transferências do Exterior	300	300	6	2,06	173	57,58	127
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	183.300	184.176	4.722	2,56	27.457	14,91	156.719
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	3.240	3.240	-	-	-	-	3.240
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	3.240	3.240	-	-	-	-	3.240
Subtotal das Receitas (I)	**16.425.949**	**16.582.491**	**2.516.346**	**15,17**	**9.883.807**	**59,60**	**6.698.683**
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III=(I+II)	**16.425.949**	**16.582.491**	**2.516.346**	**15,17**	**9.883.807**	**59,60**	**6.698.683**
Déficit (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (V)= (III+IV)	**16.425.949**	**16.582.491**	**2.516.346**	**15,17**	**9.883.807**	**59,60**	**6.698.683**
Saldos de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**98.100**	**-**	**-**

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanço Orçamentário - Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Ago/2006 **R$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Jul-Ago	Até o Bimestre	Bim. Jul-Ago	Até o bimestre	
Despesas Correntes	**13.650.484**	**118.261**	**13.768.746**	**2.140.459**	**8.325.614**	**2.169.513**	**8.193.940**	**5.574.806**
Pessoal e Encargos	6.991.340	34.537	7.025.877	1.106.460	4.478.275	1.112.255	4.473.426	2.552.451
Juros e Encargos da Dívida	805.880	(26.998)	778.882	102.522	364.937	102.522	364.937	413.945
Outras Despesas Correntes	5.853.264	110.722	5.963.987	931.477	3.482.402	954.736	3.355.577	2.608.409
Despesas de Capital	**2.743.965**	**48.523**	**2.792.488**	**352.394**	**1.324.943**	**363.809**	**1.291.396**	**1.501.091**
Investimentos	1.611.710	75.650	1.687.360	157.692	570.210	169.105	536.663	1.150.697
Inversões Financeiras	135.869	(10.288)	125.581	10.003	45.066	10.004	45.066	80.515
Amortização da Dívida	996.385	(16.839)	937.547	184.700	709.668	184.700	709.668	227.879
Reserva de Contingência	31.500	(10.243)	21.257	-	-	-	-	21.257
Subtotal das Despesas (VI)	**16.425.949**	**156.541**	**16.582.491**	**2.492.853**	**9.650.558**	**2.533.322**	**9.485.336**	**7.097.154**
Amortização da Dívida-Refinanciamento (VII)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (VIII)=(VI+VII)	**16.425.949**	**156.541**	**16.582.491**	**2.492.853**	**9.650.558**	**2.533.322**	**9.485.336**	**7.097.154**
Superávit (IX)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**398.471**	**-**
Total (X)=(VIII+IX)	**16.425.949**	**156.541**	**16.582.491**	**2.492.853**	**9.650.558**	**2.533.322**	**9.883.807**	**7.097.154**

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2005 - Set/2006 **R$ 1.000**

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	636.043	617.773	30.157	52.834	666.200	670.607
Fevereiro	525.513	601.436	63.017	78.254	588.530	679.690
Março	486.953	567.745	48.790	58.047	535.743	625.792
Abril	526.342	601.722	67.908	59.602	594.250	661.324
Maio	601.883	551.866	66.249	87.458	668.132	639.324
Junho	616.439	597.869	65.828	82.583	682.267	680.452
Julho	514.707	606.423	85.607	91.280	600.314	697.703
Agosto	490.534	637.657	82.891	95.985	573.425	733.642
Setembro	625.826	785.574	77.998	76.935	703.824	862.509
Outubro	634.026		52.120		686.146	
Novembro	618.966		49.475		668.441	
Dezembro	599.895		82.788		682.683	
Total	**6.877.127**		**772.828**		**7.649.955**	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais
Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária[1] - Bahia: Jan/2005 - Set/2006 **R$ 1.000**

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	655.249	626.292	31.068	53.563	686.317	679.854
Fevereiro	539.201	610.081	64.658	79.379	603.860	689.460
Março	494.755	578.510	49.572	59.148	544.326	637.657
Abril	532.086	612.990	68.649	60.718	600.735	673.709
Maio	610.001	560.100	67.143	88.763	677.144	648.862
Junho	627.574	602.776	67.017	83.261	694.591	686.037
Julho	526.128	610.362	87.507	91.873	613.634	702.235
Agosto	505.390	639.182	85.401	96.215	590.791	735.397
Setembro	645.632	785.574	80.466	76.935	726.098	862.509
Outubro	649.972		53.431		703.403	
Novembro	632.442		50.552		682.994	
Dezembro	612.555		84.535		697.090	
Total	**7.030.986**		**789.999**		**7.820.985**	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP
Elaboração:SEI
(1) Valores atualizados a preços de Setembro/06 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2005 - Set/2006 **R$ 1.000**

Ano e Mês	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2005												
Janeiro	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894
Setembro	150.327	1.713.070	10.620	88.859	-	64.789	12.357	138.746	9.217	82.950	182.521	2.088.415
Outubro	174.078	1.887.148	11.491	100.350	22.385	87.175	14.224	152.970	9.217	92.167	231.395	2.319.810
Novembro	210.430	2.097.578	11.895	112.245	-	87.175	17.045	170.015	9.217	101.383	248.586	2.568.396
Dezembro	295.024	2.392.602	13.220	125.465	-	87.175	24.118	194.132	22.639	124.023	355.000	2.923.396
2006												
Janeiro	242.173	242.173	12.638	12.638	22.090	22.090	18.191	18.191	13.422	13.422	308.514	308.514
Fevereiro	208.287	450.461	10.696	23.334	-	22.090	15.639	33.830	-	13.422	234.622	543.136
Março	196.780	647.240	9.885	33.219	-	22.090	14.821	48.650	-	13.422	221.486	764.622
Abril	221.540	868.780	11.436	44.655	22.782	44.872	16.693	65.343	-	13.422	272.451	1.037.073
Maio	243.136	1.111.917	10.099	54.754	-	44.872	18.419	83.763	3.850	17.273	275.505	1.312.578
Junho	236.615	1.348.532	11.735	66.489	-	44.872	18.757	103.014	19.251	36.524	286.358	1.598.936
Julho	212.019	1.560.551	11.303	77.792	25.371	70.243	16.403	106.864	3.850	40.374	268.947	1.867.883
Agosto	214.511	1.775.062	11.561	89.354	-	70.243	16.371	110.714	3.850	44.224	246.294	2.114.176
Setembro	199.305	1.974.367	14.894	104.247	-	70.243	15.374	114.564	3.850	48.074	233.422	2.347.599

Fonte: MINFAZ/STN
Elaboração:SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96,já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF

Município

Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan - Ago/2006 **R$ 1.000**

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jul-Ago/ 2006 (b)	% b/a	Jan-Ago/ 2006 (c)	% c/a	
Receitas Correntes	**2.153.816**	**2.158.016**	**306.142**	**14,2**	**1.167.396**	**54,1**	**990.620**
Receita Tributária	572.188	572.188	91.033	15,9	410.994	71,8	161.194
Impostos	482.454	482.454	80.260	16,6	347.054	71,9	135.400
Taxas	89.734	89.734	10.430	11,6	62.487	69,6	27.247
Outras Receitas Tributárias	-	-	343	-	1.453	-	-
Receita de Contribuições	82.793	82.793	12.200	14,7	46.483	56,1	36.310
Contribuições Sociais	37.254	37.254	4.625	12,4	17.195	46,2	20.059
Contribuições Econômicas	45.539	45.539	7.575	16,6	29.288	64,3	16.251
Receita Patrimonial	49.043	49.043	4.560	9,3	21.153	43,1	27.890
Receitas Imobiliárias	1.382	1.382	123	8,9	680	49,2	702
Receitas de Valores Mobiliários	10.251	10.251	2.884	28,1	11.996	117,0	(1.745)
Receitas de Concessões e Permissões	24.977	24.977	1.554	6,2	8.398	33,6	16.579
Outras Receitas Patrimoniais	12.433	12.433	(1)	(0,0)	79	0,6	12.354
Receita Industrial	3.900	3.900	-	-	-	-	3.900
Receita da Indústria de Construção	3.900	3.900	-	-	-	-	3.900
Receita de Serviços	29.303	31.417	255	0,8	3.142	10,0	28.275
Receita de Serviços	29.303	31.417	255	0,8	3.142	10,0	28.275
Transferências Correntes	1.190.445	1.192.531	181.784	15,2	625.907	52,5	566.624
Transf. Intergovernamentais	1.144.185	1.144.185	179.683	15,7	613.552	53,6	530.633
Transf. de Instituições Privadas	8	8	1	12,5	170	2.125,0	(162)
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	1	-	3	-	(3)
Transferências de Convênios	46.252	48.338	2.099	4,3	12.182	25,2	36.156
Outras Receitas Correntes	226.144	226.144	16.310	7,2	59.717	26,4	166.427
Multas e Juros de Mora	76.359	76.359	9.145	12,0	27.211	35,6	49.148
Indenizações e Restituições	-	-	934	-	3.348	-	(3.348)
Receita da Dívida Ativa	137.484	137.484	5.812	4,2	23.838	17,3	113.646
Receitas Correntes Diversas	12.301	12.301	419	3,4	5.320	43,2	6.981
Receitas de Capital	**66.317**	**66.367**	**3.674**	**5,5**	**19.011**	**28,6**	**47.356**
Operações de Crédito	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Operações de Crédito Internas	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Alienação de Bens	151	151	-	-	3	-	148
Alienação de Bens Móveis	151	151	-	-	3	2,0	148
Transferências de Capital	54.438	54.488	3.674	6,7	19.008	34,9	35.480
Transf. Intergovernamentais	4.020	4.020	-	-	-	-	4.020
Transferências de Convênios	50.418	50.468	3.674	7,3	19.008	37,7	31.460
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-		100
Deduções da Receita Corrente	(77.883)	(77.883)	(12.071)	15,5	(44.038)	56,5	(33.845)
Subtotal das Receitas (I)	**2.142.250**	**2.146.500**	**297.745**	**13,9**	**1.142.369**	**53,2**	**1.004.131**
Déficit (II)	**-**	**-**	**47.023**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (III)= (I+II)	**2.142.250**	**2.146.500**	**344.768**	**16,1**	**1.142.369**	**53,2**	**1.004.131**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG
Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF)

Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Salvador: Jan - Ago/2006 **R$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Jul-Ago/ 2006 (d)	Jan-Ago/ 2006 (e)	Jul-Ago/ 2006 (f)	Jan-Ago/ 2006 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	**1.879.810**	**20.452**	**1.900.262**	**233.364**	**1.302.252**	**322.233**	**1.053.337**	**55,4**	**846.925**
Pessoal e Encargos Sociais	600.567	1.833	602.400	55.176	473.668	97.758	368.685	61,2	233.715
Juros e Encargos da Dívida	80.095	(9)	80.086	11.258	53.374	11.953	45.490	56,8	34.596
Outras Despesas Correntes	1.199.148	18.628	1.217.776	166.930	775.210	212.522	639.162	52,5	578.614
Despesas de Capital	**259.921**	**(13.337)**	**246.584**	**25.918**	**111.891**	**22.535**	**86.261**	**35,0**	**160.323**
Investimentos	180.947	(13.361)	167.586	8.130	39.315	8.605	33.984	20,3	133.602
Inversões Financeiras	4.018	-	4.018	1.114	2.679	779	2.318	57,7	1.700
Amortização da Dívida	74.956	24	74.980	16.674	69.897	13.151	49.959	66,6	25.021
Reserva de Contingência	**2.519**	**-**	**2.519**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.519**
Subtotal das Despesas (I)	**2.142.250**	**7.115**	**2.149.365**	**259.282**	**1.414.143**	**344.768**	**1.139.598**	**53,0**	**1.009.767**
Amortização da Dívida/Refinanciamento (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	**2.142.250**	**7.115**	**2.149.365**	**259.282**	**1.414.143**	**344.768**	**1.139.598**	**53,0**	**1.009.767**
Superávit (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**		**2.771**	**-**	**-**
Total (V) = (III+IV)	**2.142.250**	**7.115**	**2.149.365**	**259.282**	**1.414.143**	**344.768**	**1.142.369**	**53,0**	**1.009.767**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG
Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF)

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: cac@sei.ba.gov.br
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

SEI

SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

GOVERNO DA
Bahia
TERRA DE TODOS NÓS

Secretaria do Planejamento